

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIANA ARAUJO FRAZÃO

**ASSESSORIA TÉCNICA E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO:** Uma  
proposta de diretrizes às práticas projetuais voltadas para o aprendizado  
interdisciplinar da UNDB

São Luís  
2020

JULIANA ARAUJO FRAZÃO

**ASSESSORIA TÉCNICA E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO:** Uma proposta de diretrizes às práticas projetuais voltadas para o aprendizado interdisciplinar da UNDB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Raoni Muniz Pinto

São Luís  
2020

---

Frazão, Juliana Araujo

ASSESSORIA TÉCNICA E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO:  
Uma proposta de diretrizes às práticas projetuais voltadas para o aprendizado  
interdisciplinar da UNDB/ JULIANA ARAUJO FRAZÃO. – São Luís, 2020-  
105f.

Orientador: Prof. Me. Raoni Muniz Pinto

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura  
e Urbanismo – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco –  
UNDB, 2020.

1. Arquitetura e Urbanismo - Ensino. 2. Diretrizes - assessoria. 3. Projeto  
Interdisciplinar.

CDU 72.37.02

---

JULIANA ARAUJO FRAZÃO

**ASSESSORIA TÉCNICA E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO:** Uma proposta de diretrizes às práticas projetuais voltadas para o aprendizado interdisciplinar da UNDB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Me. Raoni Muniz Pinto** (Orientador)  
Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

---

**Prof. Ma. Raíssa Muniz Pinto**  
Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

---

**3º Avaliador**

*Dedico este trabalho à minha querida avó Margarida, que infelizmente não está mais comigo em presença física mas sempre estará em meu coração.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer ao meu bom Deus por ter me dado o dom da vida, por ser saudável, por ter amigos verdadeiros, por ter ao meu redor pessoas que me amam, que querem o meu sucesso e a minha felicidade, por ter me colocado na família certa, onde apesar de todas as dificuldades, nenhum esforço foi medido para que eu tivesse uma educação digna. Ele me permitiu o privilégio de poder estar concluindo mais uma etapa da minha vida, onde apesar das provações, me proporcionou alegria e gratidão por ter chegado até aqui.

Aos meus pais Eliane e Nilton por todo o amor que recebi e recebo, por todo apoio, incentivo a sempre correr atrás dos meus objetivos e nunca abaixar a cabeça diante dos problemas, por sempre acreditar em mim e na minha capacidade de conquistar todos os objetivos que sonho, pelos puxões de orelha pra me alimentar ou descansar quando eu passava dias e noites (em claro) estudando ou realizando os trabalhos da faculdade, por toda oração, afeto e compreensão, tudo isso tornou a minha chegada até aqui foi gloriosa.

Ao meu amor Júnior que desde que entrou na minha vida foi só pra somar e me ajudar a concluir o sonho de me formar em arquitetura, um presente de Deus na minha vida, agradeço por todo o suporte que recebi de você, pelo amor, pela paciência e sermões que não me deixaram abaixar a cabeça ou jogar tudo pro alto, quando o que eu mais queria era desistir de tudo. Obrigada por tudo e por estar presente nesse momento tão importante.

À todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, por toda dedicação e vontade de transmitir seus conhecimentos da melhor forma, vocês são incríveis! Em especial, quero agradecer aos professores Raoni Muniz, pela oportunidade de aprendizado, por abrir a minha mente na disciplina de interesse social, pelo projeto de extensão Oficina da Cidade, pelas conversas, por sempre ser tão solícito como professor/ orientador, por ter aceitado fazer parte da construção desse trabalho, pelo apoio e pelas orientações valiosíssimas e à Raíssa Muniz, por ser uma excelente professora, inteligentíssima, completamente acessível, pela participação, desde o começo soube me direcionar ao que de fato eu queria estudar nesta pesquisa, pela sinceridade e por sempre dar bons conselhos de grande importância na minha pesquisa, gratidão!

Às amigas que construí ao longo do curso, os desesperos de concluir os trabalhos, os grupos de estudo nas disciplinas mais difíceis, nas madrugadas de case, paper e projetos (quem nunca?), a união e apoio que tínhamos uns aos outros, a todos que fizeram parte dessa minha jornada e colaboraram de alguma forma, obrigada por tudo!

*"Diz quem foi que fez o primeiro teto  
Que o projeto não desmoronou  
Quem foi esse pedreiro esse arquiteto  
E o valente primeiro morador"  
(Almanaque - Chico Buarque)*

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca através dos preceitos da Assessoria Técnica traçar diretrizes voltadas para o ensino de arquitetura e urbanismo mediante os projetos interdisciplinares tendo como estudo de caso a UNDB. O trabalho discute a prática da assessoria técnica no contexto atual e sua relação com o ensino de arquitetura e urbanismo, aborda também a distinção dos termos “assistência” e “assessoria”, uma vez, que são comumente confundidos. A partir da análise dos trabalhos já feitos pelo curso de Arquitetura e Urbanismo, identificar a relação que possuem com a assessoria técnica e dessa forma propor parâmetros que incentivem a aproximação das práticas de ensino e extensão dos projetos interdisciplinares com assessoria técnica. Para a elaboração deste estudo, foi feito um levantamento de dados acerca das atividades acadêmicas multidisciplinares, uma pesquisa documental com base nos materiais informativos da metodologia utilizada na UNDB, além da aplicação de questionário, que atrelada as informações e análise dos projetos, proporcionaram uma análise da relação das atividades desenvolvidas no curso e a assessoria técnica.

**Palavras-chave:** Assessoria técnica. Ensino. Arquitetura e Urbanismo. Projetos interdisciplinares. Diretrizes.

## ABSTRACT

The present Work of Course Conclusion seeks through the precepts of the Technical Advisory to outline guidelines for teaching architecture and urbanism through interdisciplinary projects having as a case study the UNDB. The work discusses the practice of technical assistance in the current context and its relationship with the teaching of architecture and urbanism, also addresses the distinction of the terms "assistance" and "advisory", since they are commonly confused. Based on the analysis of the work already done by the Architecture and Urbanism course, identify the relationship they have with the technical assistance and thus propose parameters that encourage the approximation of teaching practices and extension of interdisciplinary projects with technical assistance. For the elaboration of this study, a survey of data about the multidisciplinary academic activities was made, a documental research based on the informative materials of the methodology used at UNDB, besides the application of a questionnaire, which linked the information and analysis of the projects, provided an analysis of the relationship between the activities developed in the course and the technical assistance.

**Keywords:** Technical assistance; Teaching; Architecture and urbanism; Interdisciplinary projects; Guidelines

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama esquemático dos programas habitacionais existentes . . .	33
Figura 2 – Diagrama esquemático da atuação da assistência e assessoria técnica	35
Figura 3 – Diagrama esquemático do funcionamento da assessoria técnica . .	36
Figura 4 – Diagrama esquemático das diretrizes para a assessoria técnica . .	37
Figura 5 – Assessorias Técnicas: Forças e fragilidades . . . . .	39
Figura 6 – Principais características que podem ser atribuídas à “assistência” e à “assessoria” técnica . . . . .	40
Figura 7 – Quadro geral de atividades dos projetos interdisciplinares . . . . .	50
Figura 8 – Etapas do processo de aplicação dos projetos interdisciplinares . .	51
Figura 9 – Esquema de linha do tempo dos projetos interdisciplinares do curso de arquitetura e urbanismo realizados pela UNDB . . . . .	51
Figura 10 – Levantamento de dados dos projetos interdisciplinares realizados pela UNDB. . . . .	53
Figura 11 – Comparativo dos projetos interdisciplinares realizados pela UNDB à prática da Assistência Técnica. . . . .	54
Figura 12 – Comparativo dos projetos interdisciplinares realizados pela UNDB à prática da Assessoria Técnica . . . . .	55
Figura 13 – Definição do público-alvo . . . . .	58
Figura 14 – Identificação da participação nos projetos interdisciplinares . . . . .	59
Figura 15 – Percepção de trabalho direto com os beneficiários durante o interdis- ciplinar . . . . .	59
Figura 16 – Oportunidade de conversar com a comunidade . . . . .	60
Figura 17 – Etapa de desenvolvimento do projeto que ocorreram as conversas .	61
Figura 18 – Percepção acerca dos beneficiários quanto à autonomia no projeto .	61
Figura 19 – Importância da comunidade no desenvolvimento do projeto . . . . .	62
Figura 20 – Identificar se houve a prática de capacitação técnica entre professo- res, alunos e comunidade . . . . .	62
Figura 21 – Intenção de execução das propostas de projeto . . . . .	63
Figura 22 – Promoção dos direitos básicos dos cidadãos . . . . .	64
Figura 23 – Incentivo à prática do mutirão na comunidade . . . . .	65

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO . . . . .	12
2	A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL E A ASSESSORIA TÉCNICA . . . . .	16
2.1	Breve contexto histórico sobre a pauta da moradia . . . . .	16
2.2	Os problemas habitacionais enfrentados no país . . . . .	18
2.3	Alternativas do habitar para as classes populares . . . . .	19
2.4	Surgimento e trajetória das assessoria técnicas no Brasil . . . . .	23
2.5	Campo de atuação para o serviço de assessoria técnica na ar- quitetura e urbanismo . . . . .	29
2.6	Diferenças entre os termos Assessoria e Assistência Técnica . .	30
3	PROJETOS INTERDISCIPLINARES NA ARQUITETURA E URBA- NISMO . . . . .	42
3.1	Interdisciplinaridade na arquitetura e urbanismo . . . . .	42
3.2	Intencionalidade e objetivos . . . . .	45
3.3	Interdisciplinaridade na aplicação: do projeto à ação . . . . .	46
3.4	Projetos interdisciplinares desenvolvidos na instituição UNDB .	48
4	ANÁLISE DOS PROJETOS INTERDISCIPLINARES DE ARQUITE- TURA E URBANISMO DA UNDB . . . . .	53
4.1	Levantamento dos projetos e comparativo com as práticas da assessoria e assistência técnica . . . . .	53
4.2	Elaboração e aplicação do questionário . . . . .	55
4.3	A percepção dos participantes . . . . .	57
4.4	Proposta de diretrizes para ampliação dos Projetos Interdiscipli- nares perante o olhar da Assessoria Técnica . . . . .	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .	69
	REFERÊNCIAS . . . . .	71
	APÊNDICES . . . . .	74
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE SOBRE A DINÂMICA E PARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS INTERDISCI- PLINARES REALIZADOS . . . . .	75

<b>ANEXOS</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO A – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - PORTELINHA (2015.2) . . . . .</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO B – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - RENASCENÇA (2016.1) . . . . .</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO C – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - CIDADE OLÍMPICA (2016.2) . . . . .</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO D – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - DIVINEIA (2017.1) . . . . .</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO E – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - RESÍDUOS SÓLIDOS (2017.2) . . . . .</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO F – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - ZUMBI DOS PALMARES (2018.1) . . . . .</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO G – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - ZUMBI DOS PALMARES/ MELHORIAS HABITACIONAIS (2018.2) . . . . .</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO H – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR ZUMBI DOS PALMARES/QUADRA 09 (2018.2)</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO I – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - ATERRO DO BACANGA (2019.1) . . . . .</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO J – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - RAPOSA (2019.2) . . . . .</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O intenso processo de urbanização nas cidades diminui fortemente as alternativas habitacionais para pessoas de baixa renda, uma vez que tais alternativas são influenciadas pelas ações de especulação imobiliária e da inadequação das políticas de habitação, feitos estes que inuenciam diretamente no remanejamento dessas famílias para assentamentos longínquos ou precários.

Nesse contexto, o aumento das ocupações irregulares como favelas, cortiços e loteamentos clandestinos se intensificou a partir da segunda metade do século XX como resultante desse processo urbanizado segregador de forte afinidade com características marcantes da sociedade patrimonialista do Brasil pré-republicano. (MARICATO, 1999).

Atualmente, o nosso país possui um déficit habitacional aproximadamente de 11,3 milhões de unidades no quesito qualitativo e cerca de 6,1 milhões no que diz respeito à esse problema no aspecto quantitativo, totalizando o valor de 17,4 milhões de casas, onde grande parte encontra-se em áreas informais (BÖHM, 2018).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui hoje 80% da sua população morando em área urbana. O déficit habitacional se torna cada vez mais evidente, principalmente nas áreas urbanas, pois, as cidades brasileiras possuem muitos problemas relacionados ao seu planejamento, falta de reforma e regularização fundiária, de controle e fiscalização do uso e a forma de ocupação do solo (IBGE, 2015).

Em decorrência da falta de disponibilidade aos serviços de um arquiteto, tem-se a autoconstrução, prática muito comum para a população de baixa renda, essa técnica é vista como um costume ligado aos aspectos sociais de uma parte da população brasileira, que, por questões financeiras e de demandas sociais, acabaram tendo que optar em construir suas próprias moradias devido à “dificuldade” existente de fazer uso de serviços técnicos de um arquiteto ou engenheiro.

Segundo Balthazar (2012) a autoconstrução não é apenas uma preferência dos moradores, e sim uma solução precária, que resulta do contexto socioeconômico brasileiro, de concentração de renda e falta de alternativas no mercado formal de moradias.

O fato de grande parte da população brasileira construir sua própria moradia gera vários problemas no que diz respeito à técnicas construtivas, conforto ambiental, posicionamento no terreno, qualidade e segurança técnicas construtivas, privilégios na disposição dos cômodos, estruturais, e de instalações... Todos esses elementos quando não considerados geram ambientes insalubres, que comprometem a saúde

dos moradores, desperdício de dinheiro, materiais, tempo, dentre outras complicações que comprometem a qualidade de vida dos moradores.

A habitação é uma pauta pertinente e que precisa urgentemente receber a devida atenção, pois influencia diretamente no desenvolvimento da sociedade por estar intimamente ligada à qualidade de vida e saúde da população. Mediante tal problema, há um movimento no Brasil, formado por diversas pessoas em diversas áreas que por décadas lutam em busca de uma arquitetura para todos, que propõe como bem comum o direito à moradia e à cidade.

A assessoria técnica surge como uma experiência completa que tem grande atuação e interesse em processos de autogestão realizados pelos próprios moradores de um determinado lugar, atuam tanto em assentamentos populares quanto na construção de casas, onde a principal intenção da prática em assessoria é promover a produção de habitats com mais qualidade e baixo custo, proporcionar conforto, segurança e uma moradia saudável, desperta esperanças de transformação na vida das pessoas que enfrentam esse problema (ROLNIK, 2015).

Entretanto, é necessário destacar a importância da realização de atividades voltadas para a população de baixa renda, ainda nos primeiros períodos da graduação do curso de arquitetura e urbanismo. Uma ferramenta muito relevante que colabora nesse processo é a extensão universitária, trata-se de uma grande oportunidade para pôr em prática a teoria e a pesquisa desenvolvida na universidade e preparar tecnicamente os estudantes para a atuação profissional.

A aplicação de projetos interdisciplinares e de extensão universitária são um recurso muito enriquecedor para essa troca de conhecimento entre alunos, professores e comunidade, além de terem maior interação e contato com outras realidades, é despertado desde cedo a importância da função social do arquiteto, tanto pela necessidade de demandas populares quanto pelo tabu de ainda ser uma profissão elitizada.

Essa ação colaborativa se torna um vínculo perfeito e incentivador, devido a troca de conhecimentos, de vivência, de histórias e culturais, são de grande importância na esfera social, pois a ideia é atrelar os ensinamentos técnicos adquiridos em academia com o aprendizado obtido durante a experiência na extensão universitária.

No entanto, há algumas lacunas em aberto na prática da assessoria técnica, que é o fato dela ainda ser pouco difundida e não tão explorada. É importante que o corpo docente que compõe os cursos de arquitetura e urbanismo em todo o Brasil estejam cientes sobre tal prática e capacitados, pois, é algo ainda não tão discutido dentro e fora da academia.

A proposta de diretrizes para a prática de assessoria técnica em projetos interdisciplinares e de extensão, busca reunir a melhor forma de garantir um serviço baseado

nas premissas básicas arquitetônicas que agregam valores estéticos, funcionais, úteis e de cunho social, a partir de experiências pessoais vividas e atreladas ao conhecimento empírico, como uma possível forma de otimizar algumas das questões habitacionais.

Portanto, este trabalho possui como objetivo geral traçar diretrizes para a ampliação da prática da assessoria técnica nos projetos interdisciplinares no curso de arquitetura e urbanismo da UNDB. Para concretização do objetivo geral foram analisados os trabalhos desenvolvidos na instituição, foi discutido também o papel do projeto interdisciplinar como uma metodologia ativa do ponto de vista pedagógico do ensino da Arquitetura e Urbanismo, que atrelados às práticas de assessoria, tendem a contribuir através do caráter transformador para a população da cidade.

O trabalho está organizado em dois capítulos teóricos e dois capítulos que abordam análises e discussões, dessa forma:

No capítulo 2, é abordada a questão da moradia no Brasil, de modo a discutir um breve contexto histórico de como se deu o processo de urbanização no país, como a expansão urbana influenciou na habitação, além dos problemas habitacionais enfrentados pela população e as poucas alternativas de morar para as famílias de baixa renda.

Neste capítulo é discutido também a assessoria técnica voltada para a habitação no Brasil, através da conceituação, do entendimento, quais as vertentes de atuação da assessoria, a relação entre assistência e assessoria técnica, e o enfoque da necessidade do profissional de arquitetura e urbanismo no desempenho do seu papel social.

O capítulo 3, é voltado para o debate pedagógico da aplicação dos projetos interdisciplinares como metodologia ativa na arquitetura, é exposto o seu significado, características, objetivos e aplicação na arquitetura, com a intenção de destacar que quando aplicado no curso atrelado a sua contribuição social, os estudantes e futuros técnicos tendem a agregar muito mais valores e experiências, além de adquirir um olhar coletivo.

No capítulo 4, é feito um levantamento dos projetos interdisciplinares realizados pela instituição, separados e organizados em uma linha cronológica de desenvolvimento e a compilação dos planos de trabalhos comparados às características da assessoria e da assistência a fim de identificar as relações existentes com as práticas da assistência ou assessoria técnica, no âmbito dos objetivos e planejamento de cada atividade e/ou na execução.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados os planos de trabalhos dos projetos interdisciplinares da UNDB como parâmetro de aquisição de dados e informações substanciais para melhor embasamento e justificativa do trabalho proposto, além da aplicação e elaboração de questionários. Devido ao atual momento de pandemia, a etapa de entrevistas e visita em campo não foram possíveis acontecer, entretanto, o trabalho intensificou-se na análise com base nos materiais e recursos disponíveis.

O resultado do questionário e o comparativo entre as atividades desenvolvidas, culminou na análise e elaboração de diretrizes propostas a expandir a prática da assessoria técnica na metodologia interdisciplinar.

## 2 A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL E A ASSESSORIA TÉCNICA

### 2.1 Breve contexto histórico sobre a pauta da moradia

Durante todo o processo de acontecimentos históricos no Brasil, sabe-se que sempre existiram problemas sociais, econômicos e espaciais. A linha de tempo que remonta todos os fatos, inicia-se ainda no século XIX durante o período colonial, onde existiam a formação de centros urbanos em algumas cidades brasileiras, mesmo que a maior parte do processo produtivo e lucrativo fosse nos grandes campos.

Nesse momento histórico, não havia grande quantidade de núcleos urbanos, apenas sedes que exerciam atividades administrativas, financeiras e comerciais. Comumente existiam pequenas casas nesses centros urbanos que contornavam a capela e que acabavam tornando-se vilas, estas, por se tornarem algo simbólico, apresentavam também a casa de Câmara e a Cadeia. De acordo com Maricato (1997, p. 13), ainda afirma que:

Durante todo o período colonial, apenas as cidades mais importantes tinham algum calçamento nas ruas. O saneamento básico nunca foi preocupação da Coroa portuguesa. Em geral, a água era recolhida por escravos e aguadeiros que abasteciam as moradias. As fezes eram transportadas por escravos e despejadas nos cursos de água. As cidades ligadas ao ciclo do ouro constituíam exceções. Em Tira-dentes, São João del-Rei e Ouro Preto, então Vila Rica, foram construídas pontes com a utilização de pedras trabalhadas com esmero incomum, além de algumas obras de infraestrutura

Não se distinguindo muito do que existia, no período imperial e republicano, os problemas relacionados à posse de terra, seu uso, movimentação econômica e política ainda eram vigentes e separatistas, uma vez que, dado outro momento histórico, já haviam alguns instrumentos criados para amparar os escravos, como a abolição da escravatura, lei do ventre livre, entre outras.

Tais recursos os beneficiavam de uma forma, mas também os prejudicavam pois uma vez libertos, eles agora encontravam-se em situação de vulnerabilidade e concorrência. Os negros tiveram que ir para os centros urbanos em troca de trabalho, trabalho este que já era disputado pelos homens brancos livres e por imigrantes. Assim, o meio social começa a se constituir de forma distinta já que não haviam mais escravos, então o negro passa a ser visto como maior parte dos pobres e são imediatamente deslocados do núcleo urbano para as áreas mais afastadas (MARICATO, 1997).

De acordo com Maricato (1997), em meados dos anos de 1872 a 1890, o Brasil apresenta um impulso urbano- econômico devido o café e as indústrias, a sociedade se

renovou, surge o aparecimento da classe média e a população cresceu, esse avanço precisou de uma infraestrutura melhor, como o aumento de moradia, o transporte, entre outros serviços urbanos.

As cidades brasileiras passaram então por um processo de transformação, onde o principal intuito era deixar para trás o passado escravista e a recomeçar sua história, a exemplo tem-se o Rio de Janeiro, que passou por mudanças no que diz respeito ao urbanismo, economia, transporte e político.

Todos os interesses eram movidos pelo lucro e não é surpresa que as famílias de classe baixa não eram consideradas nesse processo de renovação. Esse crescimento populacional espontâneo gerou consequências, como a propagação de doenças, febre amarela, cólera, devido as péssimas condições, ou melhor dizer, a falta de saneamento básico.

Assim, na proposta de renovação urbana, o intuito de embelezar e melhorar a cidade, descartava os pobres e juntamente todos os problemas sociais envolvidos, como a solução de moradia, que era comumente deixada de lado e não inclusa na reforma urbana. Negros e pobres tinham que ocupar áreas irregulares, morros, encostas, ou os subúrbios e periferias (MARICATO, 1997).

Cidades referências como Rio e São Paulo, tinham um código de postura que tratava da construção de edificações, mas também de algumas restrições, dessa forma, Maricato aponta em seu livro que tal código não permitia a construção de cortiços em áreas centrais, ou seja, a classe baixa deveria ocupar a parte afastada da esfera elitista, por isso não é incomum perceber que nessas cidades, ao lados dos bairros ricos e desenvolvidos, existe uma organização antagônica residente em morros e em situação de vulnerabilidade.

A terra passa a ser altamente valorizada, com isso, as áreas urbanas que estavam dotadas de infraestrutura tornam-se as parcelas mais caras do perímetro da e o mercado imobiliário passa a ser o principal agente articulador da movimentação de investimento e do alto retorno que ele traz.

É perceptível os problemas sociais e econômicos que surgiram durante todo o processo de construção histórica no nosso país, interesses elitistas, privilégios e a constante busca por lucro, independente de como ele será gerado, exclui grande parte da população brasileira que se tornou consequência do processo histórico, de urbanização e do desenvolvimento social. Essa “maioria”, persiste na luta pelos seus direitos e por condições de vida digna. No tópico seguinte, será discutido os problemas da população no âmbito habitação e quais as formas que a maior parte das pessoas encontram para sobreviver e morar.

## 2.2 Os problemas habitacionais enfrentados no país

A habitação, atualmente, é um dos maiores problemas social e urbano que a população brasileira enfrenta. Tal problema está intimamente ligado às medidas participativas de inserção da população no meio social, por parte do governo, através de políticas públicas e projetos governamentais, os programas habitacionais, a má distribuição de infraestrutura na cidade, como saneamento básico, equipamentos urbanos, transporte, asfaltamento e a solução disfarçada de que se resolve o problema habitacional com unidades que se caracterizam por quantidade e não por qualidade.

Dessa forma, Vargas (2016, p. 553) afirma em seu artigo que:

A moradia se revela elemento de fundamental importância para a reprodução social. Na experiência de muitos, esse bem só poderá ser acessado via autoconstrução e a partir de processos que envolverão a irregularidade na forma da apropriação da terra. Essa é uma realidade fortemente presente nas cidades da periferia do capitalismo, desencadeando cenários e simbologias que nos desafiam a compreensão.

Vargas (2016) complementa através de sua fala, o atual retrato do modo de como os menos favorecidos tendem a se organizar perante as limitações que lhes são impostas, muitos são adeptos à autoconstrução, muita das vezes em áreas de riscos, mananciais, rios, encostas, morros e na periferia, onde são esquecidos pelo poder público e pela sociedade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 6º, confere ao Estado a responsabilidade de assegurar direitos mínimos ao povo, dentre eles: “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988).

O direito é garantido por lei e há alguns anos, apesar dos problemas que o envolvem, tornou-se uma pauta efetiva em seminários, academias, audiências públicas, mas é necessário que tal problema, saia das discussões teóricas a parta para a prática, pois a cada ano as estatísticas só aumentam, e não são somente números, são pessoas, famílias que estão desamparadas ou vivendo em condições de risco, estando em total vulnerabilidade.

Villaça (1986) traz uma abordagem bem interessante e subjetiva sobre “Em que consiste o problema da habitação?”, pois como ele mesmo define, se trata de uma pergunta complexa que parte das condições mais básicas da existência humana, que é um teto para dormir, se proteger de fenômenos naturais, da própria ação humana, entre vários outros aspectos diretos e indiretos da vontade de ter a sua própria moradia.

O autor afirma que a resposta para esse questionamento é o próprio problema habitacional, assim ele complementa:

A primeira decorrência desse tipo de denição da questão habitacional é que o problema sempre existiu e sempre existirá. Pode ser um pouco mais grave aqui do que ali, hoje do que ontem, mas sempre existirá. Existe nos Estados Unidos, no Japão, na União Soviética, na França e em Cuba. Existiu no Brasil escravocrata, na Idade Média e no antigo Egito. Nunca deixará de existir. Essa forma de pensar esconde e distorce a verdadeira questão. Com isso, entre outras coisas, fornece à classe burguesa o argumento que ela precisa para tentar explicar à classe dominada, seu clamoroso fracasso na solução do problema. As idéias daquele gênero são produzidas e difundidas, ao longo das décadas, numa tentativa de transformá-las em verdades aceitas sem discussão, em “dados” da realidade, e com isso fazer com que os trabalhadores acreditem que o problema da habitação é mesmo muito complexo, difícil e no fundo, insolúvel, e que a burguesia está fazendo tudo que pode para resolvê-lo, ou melhor, para minorá-lo, já que resolvê-lo mesmo seria impossível (VILLAÇA, 1986, p. 3).

Dessa forma ele aborda o fato de se tratar de um problema crônico e mascarado, uma vez que a classe dominante utiliza das justificativas de dificuldade como forma de aceitação da maioria, de que é um problema, tentam resolver, mas é algo complexo e com isso as pessoas aceitam essa ideologia, não restando muito o que fazer, a não ser reivindicar e esperar respostas por parte do poder público. Enquanto a moradia é uma situação ainda não resolvida no país, resta à população carente tentar resolvê-la da forma mais acessível dentro dos limites possíveis, assim, essas soluções serão explanadas e discutidas no próximo tópico.

### **2.3 Alternativas do habitar para as classes populares**

O capitalismo se instala no Brasil na segunda metade do século XIX e se consolida nas primeiras décadas do século XX, cem anos depois da formação desse sistema econômico na Inglaterra, durante a Revolução Industrial. Com o fim do antigo sistema implantado no país, o escravocrata, havia agora um grande aumento do “homem livre”, denominação usada para caracterizar os ex- escravos, pobres, que não tinham mais lugar para morar, trabalhar e como sobreviver.

Sobre o capitalismo, Villaça (1986, p. 6), analisa os aspectos que agora deveriam ser considerados por esse “homem livre” através do seu salário, tudo deveria ser providenciado, comida, vestes, casa e tudo que fosse necessário para sua sobrevivência. Em um trecho do seu livro ele afirma:

A casa, entretanto, é uma mercadoria especial. Normalmente o capitalismo não tem possibilidade de oferecer a todos os membros da sociedade as mercadorias que ele tem condições de produzir e que os consumidores teriam condições de consumir. Em outras palavras, o

capitalismo precisa de escassez para sobreviver. A escassez precisa ser produzida e controlada na sociedade capitalista pois sem ela o mercado não funcionaria enquanto mecanismo xador de preços. O capitalismo precisa criar permanentemente a escassez para poder haver concorrência, sem a qual ele também não sobreviveria. A escassez não precisa necessariamente ser criada entre as classes mais pobres, mas ela também é criada nessas classes, fazendo inclusive parte da manutenção do chamado “exército de reserva” e sendo um dos mecanismos de rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho.

Como o autor aponta, é preciso um grupo social sentir os efeitos da escassez de mercado para que se tenha o que gerar, vender e lucrar. Não necessariamente implique nas classes baixas, mas diante da pirâmide econômica, quem são os mais propensos a enfrentar tais efeitos? Os ex- escravos e as demais pessoas que não tinham poder aquisitivo como os donos de fazenda ou membros ligados ao governo. Tendo em vista todo esse grande interesse econômico, o Estado, bem interessado no desenvolvimento urbano e industrial, começou a intervir juridicamente como forma mais efetiva de garantir seus interesses.

A moradia se tornou objeto de mercadoria no poder da classe dominante e foi o principal fator determinante na criação de espaços públicos, privados, nobres, populares, áreas centrais e periféricas na cidade. Assim, os núcleos urbanos se conduzem ao crescimento e adensamento populacional, surge a falta de assentamentos, de modo conseqüente surge também o problema habitacional como questão social (VILLAÇA, 1986).

Inicialmente, a forma mais popular de moradia eram os cortiços, forma essa encontrada como solução para realocar inúmeras pessoas que encontravam-se sem teto. Corresponde à um tipo de moradia alugada pertencente a outra pessoa, Villaça (1986) afirma que foi a primeira tipologia de habitação, que possuía preço acessível e garantia retorno ao proprietário.

Os relatos e informações que se tem acerca dos cortiços, são sobre as suas péssimas condições de habitabilidade, não havia nenhuma preocupação em dispor de condições saudáveis a instalação dessas construções e no modo que ela e os usuários se comportavam. A principal função era abrigar pessoas para dormirem e oferecer retorno lucrativo aos proprietários, assim, Bonduki (1998, p. 24) aponta algumas características desses assentamentos:

1) [...] pela má qualidade e impropriedade das construções; 2) pela falta de capacidade e má distribuição dos aposentos, quase sempre sem luz e sem a necessária ventilação; 3) pela carência de prévio saneamento do terreno onde se acham construídos; 4) finalmente, pelo desprezo das mais comezinhas regras de higiene doméstica. Raramente cada casinha tem mais de 3 m de largura, 5 a 6 m de fundo e altura de 3 m a 3,5 m, com uma capacidade para 4 pessoas quando muito.

As condições precárias dos cortiços culminaram em um foco de epidemia que preocupou bastante a elite e o Estado, pois com a intensificação de ocupações, houve uma grande dúvida do que se fazer: extinguir esse modelo de habitação que gerava mais problemas do que solução e comprometia a salubridade de todos, ou manter esse sistema como forma de assistência à toda a classe trabalhadora (VILLAÇA, 1986).

O Estado então teve que intervir na expansão acelerada dos cortiços, para isso adotou medidas associadas à um Código Municipal de Posturas que estabelecia os primeiros parâmetros acerca das construções, criado no intuito de controlar o crescimento dessas unidades que influenciavam diretamente no aumento das epidemias. Villaça (1986, p. 15) afirma que as cidades desenvolvidas possuíam seus respectivos códigos, a exemplo o de São Paulo, datado em 1886, onde complementa:

O Código de Posturas Municipais do Município de São Paulo de 1886, por exemplo, contém uma série de dispositivos regulamentando os cortiços. Não só número e dimensões de cômodos, instalações sanitárias, ventilação e insolação, mas também suas localizações. A construção de cortiços era proibida “no perímetro do comércio” e quando seus terrenos fossem contíguos a “casas de habitação” deveriam ter no mínimo 15 metros de frente. Também no Rio de Janeiro, segundo Ribeiro e Peachman, em 1889 “... a Postura Municipal determinava que no perímetro central da cidade cavam proibidos o estabelecimento e a construção de cortiços, casinhas e edificações acanhadas...”.

Percebe-se que tais medidas não tinham tanto a ver com o controle da saúde pública, mas estavam relacionadas com o distanciamento destes assentamentos das áreas ocupadas pela classe alta. Dessa forma, criou-se um forte vínculo entre o mercado mobiliário e as diretrizes urbanísticas que regiam as cidades, onde nessa nova proposta de remodelação da área urbana não havia espaço para a população de baixa renda e o discurso da demolição dos cortiços insalubres para o bem da saúde comum logo foi desvendado como forma de criar avenidas imensas, pertencentes ao plano de embelezamento das cidades brasileiras, através dessas novas avenidas, surgia um imenso campo de investimentos para o setor imobiliário.

Villaça (1986, p. 15) comenta sobre esse plano e o impacto que ele gerou em duas das principais cidades brasileiras, referencias em seu desenvolvimento:

Para a abertura dessa avenida, o então Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, demoliu nada menos que 3.000 casebres, quantidade enorme para a população da cidade que era de 805.000 habitantes. Essa quantia representaria, para uma população atual de 10 milhões, a demolição de 46.000 casas. Também em São Paulo, a demolição dos cortiços era exigida e saudada, porém, somente se concretizava quando eles se constituíam em obstáculos à renovação urbana nas direções “nobres” da cidade.

Paralelamente aos cortiços havia outro modelo de moradia, as **vilas operárias**, criadas em resposta ao capitalismo inserido no mercado das habitações. Disseminada não somente nas cidades brasileiras como nos demais países, não passou de uma estratégia frustrada, pois não foram organizadas o suficiente para atender a demanda, além de estabelecer controle abusivo sobre os trabalhadores, cabendo aos mesmos terem que conviver de acordo com os costumes disciplinadores que seus empregadores estabeleciam (VILLAÇA, 1986, p. 16).

No Brasil, foram construídas várias vilas operárias, A maioria delas, ou foram construídas em cidades do interior, onde a mão-de-obra, por ser pequena, precisava ser atraída e retida, ou foram oferecidas apenas para operários qualificados, que eram mais raros. Pelo ponto de vista da elite, era mais viável o modelo de vilas operárias do que o cortiço, tendo como única restrição mais severa com base na lei, o seu local de implantação.

Era proibida a construção dessas vilas em áreas nobres ou de potencial uso, assim, Villaça (1986) reforça tal fundamento através de um trecho contido no Código Sanitário de São Paulo do ano de 1984: Apesar das vilas serem consideradas, na época modelos de “habitação higiênica”, esse Código determinava que elas “ [...] seriam estabelecidas fora da aglomeração urbana.”. A Lei Municipal nº 413 de 1901 isentava de impostos as vilas operárias construídas “[...] fora do perímetro central.”.

Percebe-se que mais uma vez não há preocupação alguma em oferecer unidades habitacionais dignas para a população de classe baixa que crescia cada vez mais e ocupava o espaço urbano, não havia intenção de lhes proporcionar infraestrutura, moradia digna, com qualidade e cumprir com seu papel social.

Deste modo, os anos passaram, surgiu o modelo de habitação da “casa própria”, uma transição que variava da situação social e econômica das classes. Villaça (1986). Aponta que no Brasil, a ideia da moradia própria era destinada à dois grupos: como mercadoria para a classe alta/média e a casa autoconstruída para a população de baixa renda. Sobre a autoconstrução, o autor completa:

Em tais condições e no tocante à habitação, os únicos componentes da cesta de consumo do trabalhador que são oferecidos pelo mercado são: um lote em loteamento ilegal, longínquo e desprovido de melhoramentos públicos, oferecidos para compra a prestações, e o material de construção. A mão de obra é a do próprio trabalhador, de seus amigos e de sua família, que trabalham na construção da moradia nas horas de folga e nos fins de semana. (VILLAÇA, 1986, p. 21).

O conceito de autoconstrução citado se refere ao processo no qual os próprios habitantes assumem diretamente a gestão da produção de suas moradias, adquirindo material, contratando profissionais ou trabalhando diretamente nas obras de construção

ou reforma de suas moradias, localizadas principalmente nos assentamentos urbanos populares.

Não se limita às construções onde moradores trabalham diretamente nas obras, mas inclui também as realizadas por profissionais remunerados, geralmente do mesmo bairro ou vizinhança, trabalhando sob gestão direta de quem habita ou vai habitar as moradias (BALTHAZAR, 2012).

Tal abordagem feita pelo autor, possui grande relevância no embasamento desta pesquisa, pois foi através do processo da autoconstrução em sistema de mutirões, participações e ação conjunta, que surgiu uma ferramenta muito importante na arquitetura, porém não muito comentada, a assessoria técnica, cuja pauta será abordada no próximo capítulo.

## **2.4 Surgimento e trajetória das assessorias técnicas no Brasil**

No que diz respeito a construção das assessorias técnicas, grande parte se constituiu na década de 80, com primeiros indícios nos anos 70, com o regime militar debilitado devido a crise econômica, bem como, o auge da expansão em direção ao subúrbio e as periferias, movimentos sociais que lutavam por moradia, saneamento e transporte. Tal prática era composta por uma equipe multidisciplinar, formada por arquitetos, assistentes sociais, órgão público, academias e a Igreja Católica (PEREIRA, 2006).

A efetividade da assistência é atrelada ao surgimento dos movimentos populares, na década de 80, em prol de ocupações territoriais para construção futura de casas. Tratam-se (até então) de organizações desvinculadas com o poder público e sim de profissionais que se dedicaram a contribuir em melhores condições de vida à população de baixa renda. Essa participação não visava fins lucrativos e atuava principalmente no apoio às lutas pela moradia (PEREIRA, 2006).

O primeiro registro feito foi através do Simpósio Latino- Americano de Racionalização da Construção aplicado em habitações de interesse social (1981). Pereira (2006), afirma que as experiências iniciais eram por parte de grupos uruguaios com práticas em Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte de São Paulo (1982) onde havia uma demanda alta de crescimento populacional.

Nos grupos haviam muitos professores, arquitetos e militantes, onde através das assessorias, contribuía nos debates e articulação de mecanismos que favoreciam a autoconstrução por meio do mutirão. Em continuidade à sistematização do processo de assessoria, o autor completa:

Formam-se aí dois grupos de assessoria: o LABHAB (BA) (Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas-Artes) e a equipe de Habitação da

Vila Comunitária de São Bernardo do Campo, que foram responsáveis pela formação de diversas outras assessorias. A partir dos envolvidos com o Laboratório de Habitação da BA, vieram outros laboratórios de outras instituições de ensino, como o da FAU Santos (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos), o Habitafaus, e o L'Habitat da PUC-Campinas, além de se fortalecerem as assessorias ligadas ao Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo. Depois, provenientes dessa mesma genealogia, surgiram o Gamha (Grupo de Assessorias e Movimentos por Habitação), o Usina (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado) e a Oficina de Habitação. Do segundo grupo, ligado a São Bernardo, vieram o CAAP (Centro de Assessoria à Autogestão Popular) e a Teto (Assessoria a Movimentos Populares), em São Miguel. (PEREIRA, 2006, p. 90).

Os laboratórios de habitação foram mecanismos fundamentais para a atuação das assessorias técnicas na década de 80, principalmente ligados às faculdades de arquitetura e urbanismo. Eram moldados sob influências externas, ou seja, na prática vivenciadas por cooperativas uruguaias (VILAÇA, 2016).

Com isso, um dos pioneiros em São Paulo, foi o Laboratório de Habitação da Faculdade da Escola de Belas Artes de São Paulo (FEBASP), nomeado LabHab. Vilaça (2016), afirma que a oficina era formada por professores das áreas de arquitetura e engenharia e alunos da academia, o laboratório em questão já havia sido considerado em debates feito em um seminário ainda nos anos de 1982, onde o objetivo do mesmo era discutir os caminhos futuros do curso de arquitetura e urbanismo, o grupo era liderado pelo professor Jorge Caron, que participou da Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo.

Nos anos de 1982 a 1986, o LabHab foi fechado pela coordenação do curso mas em nada foi impedido de atuar, o grupo continuou colaborando com assessorias em construção de diversas atuações, igrejas, colônia de férias de um sindicato e no que confere habitação, participou na construção de um conjunto de casas no Grajaú (Zona Sul de São Paulo) e na urbanização das favelas do Jardim Oratório (Mauá) e Recanto da Alegria, também no Grajaú.

Sobre a última participação, houve um significado maior pois foi possível a união da arquitetura com os movimentos populares de modo efetivo, Vilaça I. (2016), expõe o relato do arquiteto e professor da Faculdade de Belas Artes, João Marcos de Almeida Lopes que participou da experiência de assessoria e de presenciar certa resistência à aplicação de novas técnicas propostas pelo grupo, com isso:

Foi proposto, como tecnologia adequada à situação, a utilização de solo-cimento para a construção de casas. Liberado o espaço para a construção de uma casa-protótipo, iniciamos a escavação das fundações, enquanto que, paralelamente, eram feitos estudos de qual a dosagem inicial para a composição do solo-cimento. Ao lado das valetas cavadas para as fundações, desmanchávamos um barranco para utilizar a terra que, misturada com o cimento, compunha o material que era depositado,

com certo grau de umidade, nas valetas e socado com pilões feitos com restos de madeira. [...] Isso intrigava bastante os moradores – que encolhiam os ombros e nos acreditavam “doutores”. Alguns se arriscavam a dizer que entendiam “porque a gente tira a terra do chão pra depois devolver e ainda por cima, ter que socar”. Não passou da fundação: as casas foram construídas com blocos de concreto, assentados com argamassa de areia, cal e cimento. [...] No mesmo lugar, foi definida uma área onde seria construído um Centro Comunitário. A proposta que foi levada adiante foi construirmos uma cúpula de tijolos cerâmicos furados, de tal forma que o próprio sistema estrutural viabilizasse uma acentuada redução nos custos, uma vez que a cúpula, conforme a geometria pensada para ela, se auto-portaria, excluindo a utilização de insumos caros, como aço e concreto. Essa não ficou só na fundação. Escavamos as valetas, executamos as fundações e começamos a levantar as paredes da cúpula. [...] A partir das primeiras fiadas, a sensação era de que um disco voador havia pousado na Zona Sul de São Paulo. Lámos, alguns professores e alunos, nos fins de semana, levantando as fiadas, uma a uma. Sem ou quase nenhuma participação dos moradores. Assentávamos algumas garrafas que serviriam como iluminação e uma abóbada que faria a vez de porta de entrada. A mais ou menos 3 metros de altura, já parecendo um balde de ponta cabeça, começamos a notar que as garrafas eram sistematicamente utilizadas como alvo para campeonatos de pedradas. Sem falar que o interior servia otimamente para o alívio de necessidades. Até que, após um acidente em que um dos moradores perdeu sua casa [...] e não tendo onde se abrigar, utilizou a cúpula como opção. O interessante foi deparar com aquele meio balde emborcado com um telhado de duas águas em cima! Assim ficou até que os moradores resolveram demolir a cúpula – ao que não nos opusemos (LOPES, 2011, p. 76-77).

O *LabHab* se constituiu em grande parte às experimentos, porém, possui uma carga de experiências advindas das cooperativas uruguaias, que influenciaram bastante no formato de como se davam estas assessorias. Entretanto, enquanto o grupo persistia nas tentativas, os movimentos populares cresciam cada vez mais e integraram-se em debates acerca da sua atuação juntamente com a dos profissionais que lhe davam apoio.

Em 1984, ocorreu em São Paulo o 1º Encontro dos Movimentos de Moradia por Cooperativismo, Ajuda- Mútua e Autogestão, o evento contou com os próprios representantes das causas de moradia (Zona Sul), da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) e de membros do próprio *LabHab* (VILAÇA, 2016).

Contudo, no final de 1985 e início de 1986, o *LabHab* teve que encerrar suas atividades por ordem da própria instituição (Belas Artes), devido a uma grande crise que o curso de arquitetura e urbanismo enfrentava. Assim, no ano de 1986 houve uma demissão em grande número dos professores após a greve que buscava melhores salários e condições de ensino.

Estes professores que também eram vinculados ao *LabHab*, tiveram que procurar outros locais de trabalho e onde se instalaram, deram início à criação de grupos

semelhantes como os Laboratórios de Habitação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o L'Habitat e na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (VILAÇA, 2016).

Em 1985, o Laboratório de Habitação da Unicamp teve o apoio do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nudecri) da própria universidade e pôde dar continuidade aos trabalhos iniciados ainda no LabHab da Escola de Belas Artes, porém o da Unicamp foi aprimorado a partir de melhor estruturação e direcionamento no objetivo principal que é o desenvolvimento de um sistema construtivo pré-fabricado, onde seria possível otimizar a produção de moradias à base de mutirão e autoconstrução. Sobre isso, Vilaça (2016), afirma que:

Este sistema era baseado em painéis de blocos cerâmicos e concreto armado que funcionavam como componentes para paredes, lajes e escada – havia também um painel de telhas cerâmicas e concreto armado para ser utilizado nas coberturas – que poderiam ser produzidos em canteiros simples e a partir de mão-de-obra sem qualificação. Como destacou o próprio Joan Villá em sua dissertação de mestrado, a opção por este sistema baseava o “processo produtivo numa concepção econômica”, na medida em que possibilitava a adoção da pré-fabricação sem a necessidade de grandes investimentos e sem custos de transporte – pois as placas seriam produzidas no mesmo local onde seriam utilizadas.

Entretanto, é possível ressaltar que apesar da proposta de um sistema mais eficiente, sua implantação não teve êxito devido às dificuldades encontradas na disposição e transporte do material, os painéis pesavam aproximadamente 100 kg e eram fabricados pelos próprios moradores e mutirantes, no próprio local da obra, onde na maioria das vezes apresentavam terrenos com a topografia acidentada e não disponibilizavam de materiais e equipamentos necessários na elaboração desse sistema.

Simultaneamente, em 1986, surgiram articulações de arquitetos que desejavam atuar diretamente nos movimentos populares, assim, Nabil Bonduki, professor e coordenador do LabHab da Escola de Belas Artes juntamente com Joan Villá, foi eleito presidente do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP), e passou assim a organizar várias condutas em prol da intensificação da assessoria técnica nos movimentos de moradia e isso vir a se tornar de fato um vertente de atuação para os profissionais de arquitetura (VILAÇA, 2016).

No ano seguinte, foi criado o Grupo de Assessoria a Movimentos por Habitação (GAHMA), tornando-se a primeira organização a ser criada nos anos seguintes, após o encerramento das atividades de assistências.

A cerca disso, Vilaça (2016) complementa:

Em 1987 também é fundada a União dos Movimentos de Moradia (UMM), reunindo diversos grupos de moradia – sobretudo da Zona

Leste de São Paulo – que se articulavam em torno de lideranças ligadas às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Fortalecidos, os movimentos de moradia se multiplicavam e começam a se relacionar de maneira mais articulada com os partidos políticos e com o Estado.

Sobre as assessorias, é importante entender que seu contexto passou por diversas transformações. Durante o mandato de Mário Covas (governador do estado de São Paulo), as experiências adquiridas com as assessorias foram inclusas nas políticas oficiais, porém a época de alcance máximo da prática foi na gestão de Luiza Erudina, em 1989.

De acordo com Ronconi (1995), foram contabilizadas cerca de vinte grupos atuantes diretos através de Programa de mutirões, das quais, destacam-se experiências positivas do modelo de assistência que foram consideradas em outro modelo de programa, o de Crédito Solidário do governo federal.

Logo no início do mandato, criou-se um programa de financiamento com base em fundos ainda mantidos pela Superintendência de Habitação Popular (HABI). Esse programa era voltado para a construção de moradias por autoconstrução e era conhecido como FUNAPS Comunitário. Em seu artigo, Vilaça aponta o grande contentamento de Nabil Bonduki, quando esteve à frente do HABI, apontando assim, o saldo positivo da experiência:

Palavras e argumentos são insuficientes para mudar opiniões. Por isso, ao invés de apenas argumentar, convido todos os que atuam, trabalham ou refletem sobre as políticas públicas, em particular sobre a questão habitacional, e os que sonham com formas alternativas de organização e gestão da produção a visitarem ou conhecerem alguns dos 45 mutirões autogeridos que a Prefeitura de São Paulo, através de HABI e do FUNAPS está financiando em todas as regiões do município, abrangendo até agora mais de 6.000 famílias.

Os céticos vão se surpreender; os apaixonados vão se emocionar. Trata-se do Programa FUNAPS Comunitário, que viabilizou, na prática, uma reivindicação de quase dez anos do movimento de moradia de São Paulo: acesso à terra e financiamento de material de construção diretamente para cooperativas e mutirão, com assessoria técnica autônoma do poder político.

Neste programa habitacional pioneiro no Brasil, associações comunitárias, verdadeiras cooperativas habitacionais, assinam um convênio com o FUNAPS para receber financiamento e promover a edificação das moradias, administrando todo o processo produtivo: contratam entidade de assessoria técnica, montam o canteiro de obras e obtêm os instrumentos de trabalho, compram o material de construção, organizam o mutirão, envolvendo todos os futuros moradores, e contratam, até o limite de 10% do total do financiamento, parte da mão-de-obra necessária. Não se trata, portanto, simplesmente de um mutirão, trabalho gratuito promovido pelo Estado para a construção de casas, nem de autoconstrução, onde cada morador se vira individualmente para levantar um abrigo. É o mutirão autogerido, organização autônoma da sociedade civil que, com o apoio e financiamento da prefeitura, equa-

ciona a produção das moradias com a participação dos moradores e introdução de avanços tecnológicos e sociais [...] (BONDUKI, 1998).

Bonduki (1998, p.113-114) fala ainda que durante anos, o mutirão autoconstruído foi alvo de resistência de várias esferas como o poder público, mercado imobiliário e até mesmo outros profissionais que não apoiavam a causa acreditavam ser, como ele mesmo atribui, um “misto tecnológico” e “romantismo delirante”. Sobre mutirão autogerido ele fala:

Mutirão seria sinônimo de baixa produtividade, processos artesanais de construção, longo e interminável tempo de obra, impossibilidade de produção massiva de moradias, baixas densidades, desperdício de terrenos e precariedade habitacional. Autogestão, então, seria um ideal inatingível, uma utopia do século XIX: os sem-terra jamais seriam capazes de administrar recursos e gerir a construção de um conjunto habitacional. Bonduki (1998, p. 113-114).

Assim, mutirões autoconstruídos quebraram todos os preconceitos e associações de ideais utópicos, a prática só teve sucesso devido a colaboração da Prefeitura de São Paulo. Bonduki (1998, p.113-114), aponta que o custo para a construção de moradias autoconstruídas por meio dos mutirões, foi de 50% a menos do que o que seria cobrado por empresários ligados ao meio imobiliário, além disso, as casas eram de boa qualidade técnica, continham até 60m de área e alto aproveitamento do terreno, atendendo a densidade de até 700 hab/há.

Assim, o FUNAPS Comunitário proporcionou condições viáveis para a construção jurídica de vários grupos de assessoria técnica, grupos estes que anteriormente possuíam uma relação independente entre movimentos populares, poder público e as próprias assessorias. Essa formação efetiva dos conjuntos técnicos, se expandiram para além de São Paulo e foram para outros municípios.

Nesse momento, as assessorias técnicas eram voltadas para interações do mesmo nível, de igual para igual, entre profissionais e moradores e atribuíam cada vez mais, características opostas ao modelo de habitação convencional. Villaça (1986) afirma que alguns dos conjuntos atuantes na época ainda se fazem presentes nos dias atuais, como a Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina CTAH), a Ambiente Arquitetura e a Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru TGA).

Desde os anos de 1980, diversos profissionais, mas principalmente os arquitetos e urbanistas assumiram a linha de frente das assessorias técnicas, grupo esse, que busca oferecer condições em forma de projetos para Habitações de Interesse Social (HIS) e realiza o intermédio entre a população de classe baixa, ausência de moradia, problemas para acessar à cidade e o poder público, de forma a contribuir assim na participação e criação de projetos habitacionais que funcionem em mutirão

autoconstruído para Associações de Moradores e Movimentos Sociais de Moradia. Todavia, é importante perceber que as assessorias técnicas atuam em outras vertentes, que serão comentadas no próximo tópico.

## **2.5 Campo de atuação para o serviço de assessoria técnica na arquitetura e urbanismo**

Desde o surgimento das assessorias, a sua formação era composta basicamente por estudantes que tiveram acesso à militância estudantil ainda em graduação, outras se posicionavam como ONG, grupo de profissionais com o dever de auxiliar as comunidades carentes ou apenas uma vertente de trabalho em crescimento, pois, a medida que os problemas habitacionais surgiam, eminentemente surgiam também oportunidades de emprego nessa área, gerando assim, demandas.

Com a criação do Projeto Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) que surgiu através da Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, organização de Assessoria Técnica com mais de vinte anos de prática em produção habitacional e urbanização de favelas e assentamentos precários, tal prática funcionou como mais um mecanismo de propagação das assessorias nos tempos atuais e permitiu a diversificação de atuação.

Assim, de acordo com ATHIS (2020), dentro do campo da assessoria técnica, os profissionais atuantes no processo são das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias, Serviço Social, Direito, Geografia, História, entre outras vertentes relacionadas. Todo esse conjunto age diretamente com a população de baixa renda na criação de projetos e/ou na sua execução também, projetos de cunho habitacional ou regularização fundiária voltados para Interesse Social.

Dentro das Assessorias Técnicas, existem alguns tipos de serviço, tais como: ATHIS (2020):

- Capacitação para a organização e participação comunitária;
- Plano de urbanização;
- Projeto e/ou construção de infraestrutura urbana e equipamentos públicos;
- Regularização fundiária;
- Construção de novas unidades habitacionais;
- Reforma ou ampliação de imóveis existentes;
- Capacitação de mão de obra e desenvolvimento de técnicas e ferramentas que possibilitem a participação da população carente na construção dos novos territórios.

Quanto a forma de atuação, as Assessorias Técnicas podem ser expressas em escritórios de arquitetura e engenharia, em profissionais independentes, organização

não-governamentais (ONG's), cooperativas ou associações, pode também ser atuante em prefeituras ou governos e acrescidas em políticas públicas ATHIS (2020).

Há aproximadamente cinquenta anos, a moradia vem sendo discutida e repensada para que sua melhoria reflita positivamente no âmbito habitacional do país, entretanto, ao passar do tempo, foram surgindo novos meios de tentar sanar esse problema, que é o caso da assistência técnica, um instrumento comumente confundido com a própria assessoria técnica. Muitos teóricos e profissionais da área tendem a correlacionar ambos os termos à mesma prática, já outros, acreditam ser práticas distintas, esse debate de expressões e de atitudes será abordado no próximo tópico.

## 2.6 Diferenças entre os termos Assessoria e Assistência Técnica

Como discutido no tópico 3.1, a trajetória da temática desenvolvida nesta pesquisa é datada desde a década de 70 para 80, sabendo também que em outros países, a prática da assessoria técnica surgiu bem antes como é o caso do Uruguai, intimamente ligado à movimentos sociais e luta por moradia, no Brasil, uma das cidades pioneiras foi São Paulo, que passava pelo momento de ascensão das periferias, problemas habitacionais e de regularização fundiária para as famílias que não eram integrantes do BNH, moravam de aluguel ou não pertenciam a nenhum programa assistencialista.

Evidentemente que para adentrar à discussão acerca dos termos “assistir” e “assessorar”, é necessário compreender o que se trata a assistência técnica como prática e instrumento legal, o que é político e o que é técnico, como surgiu e em que contexto ela foi inserida. Posto isto, no ano de 2008 foi sancionada a Lei 11.888 de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), que, de acordo com a legislação assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (BRASIL, 1988).

Inserida em um momento de esperança e de dedicação à política urbana nos anos 2000, Cardoso e Amore (2018) afirmam que a lei foi instrumento de uma grande e importante movimentação de órgãos que regem a área de arquitetura/urbanismo e engenharia, incluindo a participação efetiva dos sindicatos de cada campo de atuação. O projeto piloto foi criado pelo arquiteto e urbanista Clóvis Ingelfritz, que foi também um dos criadores do programa ATME (Assistência Técnica à Moradia Econômica) no Rio Grande do Sul. De acordo com o Manual de Implantação da Assistência Técnica (IAB,2010), na Constituição de 1988 existe uma emenda direcionada à política urbana, abrangendo os parâmetros legais que tratam da reforma urbana e da função social da cidade, com isso, em 2000, o ato da moradia passa a ser reconhecido como direito social do cidadão, legalizado e amparado pela própria lei maior.

Um ano depois, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) após onze anos prosseguidos no Congresso. O Estatuto foi mais um instrumento que reforçava a assistência técnica e jurídica de forma gratuita para grupos sociais ou comunidades com condições menos favorecidas, tornando assim, um decreto muito importante para as condições urbanas futuras do Brasil.

Além do Estatuto da Cidade, o Manual de Implantação de Assistência Técnica (IAB,2010) aponta também a criação do SNHIS, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) em decorrência da falta de uma entidade de financiamento voltado para as políticas habitacionais desde o fim do BNH (Banco Nacional de Habitação) em 1980. Esse novo recurso tornou-se a Lei 11.124/05 e visa efetivar investimentos e subsídios provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para que assim seja possível e viável o acesso à moradia digna de maneira sustentável para a população de baixa renda.

No que diz respeito aos parâmetros legais da Lei 11.888/08, é destinada para famílias com renda mensal de até três (3) salários mínimos que ocupam áreas urbanas ou rurais, a assistência técnica pública gratuita voltados para o projeto e construção de habitações de interesse social para moradias próprias. Sobre o que se tem direito, a lei complementa o seguinte artigo:

§ 1o O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação (BRASIL, 1988).

A Lei nº 11.888/08 descreve ainda que o principal intuito da assistência técnica é assegurar o direito à moradia, não sendo menos importante outras necessidades, tais como:

- I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;
- II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;
- III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;
- IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental. (BRASIL, 1988).

Ainda, no escopo da Lei de Assistência Técnica, há a destinação do oferecimento dos serviços gratuitos que vão do projeto até a execução, onde são priorizadas as obras inseridas em práticas de mutirões, através dos movimentos sociais e de profissionais atuante neste campo. Além da colaboração em mutirão, está descrito também na

Lei 11.888/08 quem são os “objetos” de parceria e como funciona o convenio entre União, Estado, Município ou Distrito Federal e profissionais das áreas envolvidas como arquitetura, urbanismo e engenharia, sobre tal vinculo, ela aponta:

I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

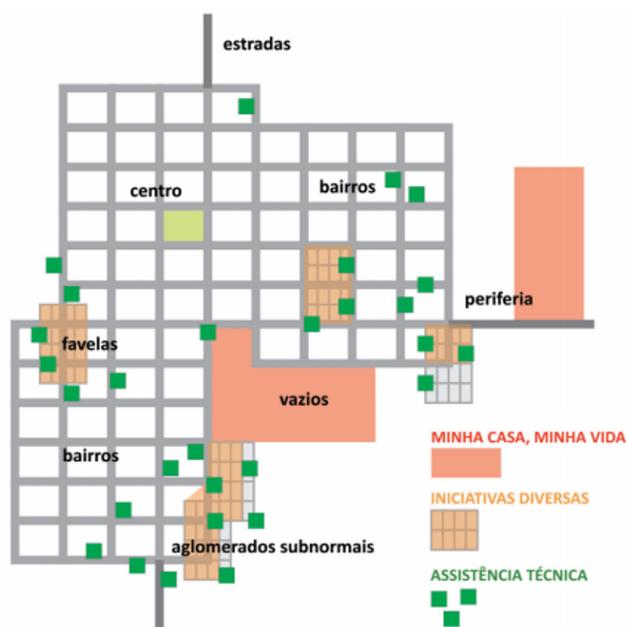
IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município (BRASIL, 1988).

Em reforço à esse convênio entre o público alvo e os órgãos envolvidos, a Lei prioriza a importância da prática e programas que ofereçam capacitação profissional, residência ou até mesmo incentivos advindos de extensão universitária nas áreas relacionadas à arquitetura, urbanismo ou engenharias, priorizando o acesso à inovações tecnológicas e metodologias de natureza participativa e que possibilite a transmissão de conhecimento. Esses serviços técnicos ofertados na Lei Nº 11.888/08 podem ser desenvolvidos de maneira individual para as famílias ou em conjunto aos grupos organizados, como é o caso de associações ou cooperativas, estes por sua vez como já citado anteriormente, são custeados pelos recursos públicos, de fundos federais (FNHIS) ou de iniciativa privada.

De acordo com o Manual para Implantação de Assistência Técnica (IAB, 2010), o acesso das famílias ao programa é feito por meio de um levantamento cadastral pelo município, sem delimitação de bairros inclusos, é válido quaisquer pessoa, independentemente de sua localidade ou se faz parte de alguma organização, movimento social, de modo a tornar a assistência universal através da forma “difusa” e “pulverizada” em todo o perímetro urbano e rural para o melhoramento das moradias das famílias no seu próprio bairro, onde as mesmas já possuem seus laços afetivos e sociais.

Através do esquema ilustrado na figura 01, acredita-se que dessa forma sejam evitadas novas necessidades de serviços como o abastecimento, o transporte, infraestrutura, pois, o foco da melhoria é nas unidades habitacionais já existentes nos próprios bairros onde ela estão inseridas, ou seja, qualificar a moradia e reforçar as relações sociais existentes, porém, essa situação não se aplica para as famílias que estão situadas em áreas de risco ou proibidas para uso residencial (IAB, 2010).

Figura 1 – Diagrama esquemático dos programas habitacionais existentes



Fonte – IAB(2010)

Com base na resumida explicação da Lei 11.888/08, é possível compreender mais ainda o comum equívoco entre os termos “assessoria” e “assistência”. Atualmente, a expressão que prevalece em meio à debates e atividades é “assistência técnica” pelo simples fato de ser uma lei, surgiu e tramitou no meio legislativo e hoje possui alcance nacional, deixando de lado os grupos de assessoria técnica que foram os precursores dessa prática, destacando-se principalmente na cidade de São Paulo.

Percebe-se então que de acordo com o que os profissionais envolvidos tratam, entende-se a assessoria baseia-se na ação coletiva, no trabalho de todos, na participação popular atrelados à construção de movimentos sociais, ao mesmo tempo que, a assistência técnica possui natureza puramente técnica, de cunho assistencialista, voltado para o projeto e a construção da unidade habitacional, sobre isso, Kapp (2018, p.222) afirma:

*assistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto assessoria condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação. A razão é histórica, não teórica ou etimológica: se o Estado prefere o termo assistência, os movimentos populares que em alguma medida realizam ou almejam a autogestão têm preferido o termo assessoria.*

Assim, baseado nos conceitos e nas diretrizes atribuídas pela Lei 11.888/08 e na afirmação de Kapp, entende-se a “assistência” como um serviço de caráter

técnico voltado para resolver os problemas físico-espaciais da unidade habitacional, não aprofundando nas raízes do problema real que na maioria das vezes não é somente a moradia, mas questões sociais, econômicas e políticas do que seria o “habitar” popular.

Demartini (2016), acrescenta que para de fato assegurar o cidadão aos direitos básicos como o da moradia e à cidade, é necessário um serviço mais abrangente, que tenha participação das famílias, que atenda ao conjunto de necessidades socioeconômicas e políticas e não necessariamente apenas a moradia, incluindo também os aspectos subjetivos, as singularidades, o morar e o viver de cada um.

Evidentemente que, embora a criação e aprovação da Lei de Assistência Técnica esteja relacionada à conquista dos movimentos sociais com a participação efetiva dos profissionais envolvidos nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharias e muitos anos de conquista, seus objetivos ainda são bem limitados à ação de problemas técnicos e construtivos nas moradias como se só essa solução já fosse suficiente, por isso, Demartini (2016) afirma a forma mais viável de tornar a assistência técnica mais eficiente:

Se aplicados adequadamente, com metodologias participativas, materiais e técnicas construtivas coerentes com as prioridades levantadas junto à população concernente, os serviços de assistência técnica podem viabilizar melhorias significativas para a unidade habitacional e, conseqüentemente, proporcionar melhor qualidade de vida às famílias beneficiadas. Entretanto, para que a população tenha assegurado o seu direito à cidade, que vai além da aquisição da casa própria ou das melhorias habitacionais, é preciso mais do que o tratamento dos problemas de ordem técnico-construtiva. É necessário que a população, o poder público e as equipes técnicas envolvidas na implementação da política pública habitacional, voltem-se conjuntamente para questões mais abrangentes inseridas no contexto da moradia popular, de modo que o “habitar” não seja reduzido apenas ao espaço físico da unidade habitacional – uma vez que o “habitar” relaciona-se à ação participante e ao direito à cidade (DEMARTINI, 2016, p.14).

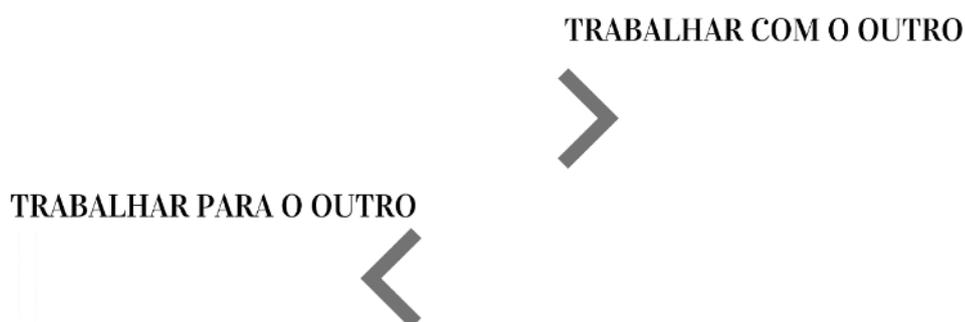
Ao passo que a característica tecnicista das assistências possuam aspectos negativos quando comparadas às assessorias, é importante observar que tanto a Lei 11.888/08 quanto o Manual para Implantação da ATHIS (criado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil) estabelecem objetivos voltados para essa prática, através das expressões “uma família”, “um profissional”, “um projeto”, “uma obra”, o que permite concluir que as famílias que tiverem interesse em algum dos serviços ofertados pelos profissionais, deveriam procurar um escritório mais próximo de sua residência, criando assim, uma relação similar ao que já acontece nos dias atuais quando clientes com poder aquisitivo maior procura um profissional para a realização de um projeto, diferindo apenas no recurso financeiro, uma vez que o programa possui um subsídio por parte do poder público. (CARDOSO; LOPES, 2019).

A justificativa para tal situação é que tanto a Lei Nº 11.888/08 quanto o Manual, tratam-se de documentos desenvolvidos e destinados para arquitetos, portanto, há maior acúmulo de atividades desenvolvidas pelo arquiteto que culminam em soluções para os problemas habitacionais da população de baixa renda, voltando os trabalhos para a edificação em si.

Enquanto o paradigma da assistência se funda nesse ideário assistencialista, a assessoria aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica. Numa situação ideal, os assessorados – geralmente um grupo social organizado – solicitam a assessoria e determinam o papel que ela assumirá no processo (BALTAZAR; KAPP, 2016, p.5).

Partindo desta afirmação, é perceptível que a assessoria se difere da assistência pelo seu caráter multidisciplinar, uma vez que, as equipes que são envolvidas no trabalho de assistência técnica são voltados restritamente aos arquitetos, urbanistas e engenheiros, as equipes de assessoria são formadas por profissionais de diversas áreas como ciências sociais, psicologia, direito, geografia, entre várias outras, que, juntamente à classe trabalhadora discutem e ajudam na obtenção dos seus direitos e principalmente os que dizem respeito à moradia, habitação e cidade, através de ações sociais e de conscientização coletiva (DEMARTINI, 2016).

Figura 2 – Diagrama esquemático da atuação da assistência e assessoria técnica



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Figura 3 – Diagrama esquemático do funcionamento da assessoria técnica



Fonte – Elaborado pela autora (2020).

A principal diferença da assessoria está na sua horizontalidade, é a partir dessa característica que é possível acontecer a promoção da cidadania através da participação efetiva da população, onde nessa prática, não há intenção de destaque para o técnico e sim para o povo, a comunidade passa a ser acompanhada e estimulada na reivindicação e apropriação dos seus direitos como cidadãos, tudo isso por meio da troca de informações e experiências entre todos os envolvidos e implicam na ideia de colaborar uns com os outros, através de decisões consensuais definidas e acordadas pela comunidade e equipe técnica.

Assim, é perceptível que os serviços de assessoria se tornam mais complexos e expansivos do que a assistência técnica, uma vez que, conforme define a própria Lei Nº 11.888/08, é prevista a atuação de equipes reduzidas voltando-se apenas à arquitetos/urbanistas e engenheiros, enquanto que, conforme já mencionado nesta pesquisa, a prática da assessoria abrange diversos outros grupos de trabalho, desde a vertente técnica, exatas até a social.

Essa atribuição de multidisciplinaridade da assessoria a torna singular e de grande contribuição no processo da formação de discussão e entendimento dos enclaves da habitação popular, através de todo o embasamento teórico e metodológico com experiência em práticas datadas desde a década de 60, que envolvem profissionais de diversas áreas na contribuição da concepção e execução de projetos sociais e técnicos. Sobre essa afirmação, DEMARTINI (2016, p.25).

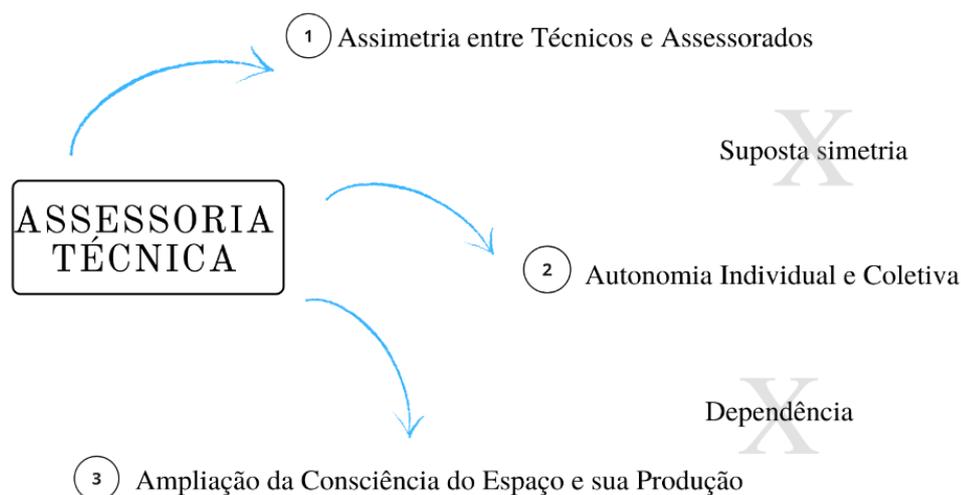
Esta atuação conjunta é fundamental para promoção na implementação de políticas sociais, pois, não se resolvem os problemas do “habitar” popular apenas

com a construção de novas moradias ou com melhorias habitacionais e projetos de urbanização em áreas precárias. Por meio da multidisciplinaridade, não só os aspectos de ordem técnico-construtiva da moradia são considerados, mas também os problemas socioeconômicos que fragilizam e imobilizam a classe trabalhadora ou a população excluída dos programas públicos na luta por melhores condições de vida nas cidades.

Para Baltazar e Kapp (2016), a assessoria técnica possui algumas características fundamentais, tais como:

Uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados; e a rearticulação de uma esfera pública, diferente tanto da esfera privada, quanto da esfera social (BALTAZAR; KAPP, 2016, p.5).

Figura 4 – Diagrama esquemático das diretrizes para a assessoria técnica



Fonte – Baltazar e Kapp (2016), adaptado pela autora.

Entretanto, é válido perceber que a prática da assessoria técnica ainda não é perpetuada ao nível mais alto de sua plenitude. Na elaboração de seu artigo, Demartini (2016), realiza uma análise de forças e fragilidades, a partir de alguns projetos de referência porém sua observação é tão relevante que se torna facilmente compreendida em um contexto nacional sobre os problemas enfrentados pela assessoria.

Em sua análise, a autora reforça as características importantes da assessoria técnica e as classifica como as “forças”, que são elas: a procura em promover e tornar firme os aspectos que envolvem a cidadania; busca tornar independentes e

empoderadas a população, comunidade, ou grupo que necessitam da prática, para que se tornem capazes de saberem lidar com os problemas sociais, políticos e econômicos que permeiam a moradia popular.

Demartini (2016) aponta um aspecto muito importante e tampouco percebido que é a desconstrução da ideia de “o sonho da casa própria”, essa ideia é amplamente difundida pelo mercado imobiliário, que juntamente com outros setores da economia lucram exageradamente em cima do programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

O programa atende algumas faixas salariais que vão desde o nível um até o três, vendem a ideia da “propriedade” e não do direito à moradia, dessa forma, o PMCMV tenta resolver o problema habitacional através da quantidade e não da qualidade como já sabemos, as condições de instalações desses conjuntos habitacionais são péssimas, desde as condições internas, materiais, estrutura, disposição de cômodos, quanto as externas também, entorno, infraestrutura, transporte, equipamentos urbanos, entre outros.

As assessorias técnicas são perfeitamente adequáveis às particularidades dos casos que são inseridas, sejam em novas construções, intervenções habitacionais em favelas ou demais ocupações, intervenções urbanas, urbanização de assentamentos precários, etc. Prioriza pela participação da população juntamente aos profissionais envolvidos nos processos de concepção, aprovação e execução dos projetos sociais e técnicos (DEMARTINI, 2016).

A missão social é essencial nas assessorias, pois, através do engajamento da cidadania, seja por meio da capacitação técnica, oferta de cursos, oficinas, incentivo à geração de renda e participação do povo, da população em debates, fóruns que discutam temas importantes para todos, como as políticas públicas, urbanas e sociais, que é possível permitir às pessoas, o sentimento de posse dos seus direitos, apropriação dos ideias, dos amparos legais e a aplicação prática desses direitos básicos, como o da moradia e à cidade.

Contudo, no que diz respeito à Política Nacional de Habitação (PNH), é perceptível o baixo número de profissionais no campo da arquitetura/urbanismo e engenharias que aderem às assessorias, isso se torna uma grande dificuldade encontrada nessa prática. Demartini (2016) aponta quais seriam as três principais causas dessa baixa adesão: à formação destes cursos, em geral, pouco conectadas com as questões sociais; à baixa remuneração; à atuação direta dos profissionais em áreas de conflito (onde há presença de milícias e traficantes de drogas).

A concepção imposta tanto na faculdade quanto na vida profissional do arquiteto e urbanista é a elitização dos seus serviços e de pouco ou nenhum trabalho prestado às demais classes, a velha e pertinente ideia de arquitetura é para ricos, distancia cada

vez mais a realidade que nosso país enfrenta, dentre os problemas habitacionais, a autoconstrução sem instrução e sem o exercício do papel social aplicado à arquitetura.

Outra fragilidade é a baixa remuneração que desvaloriza o profissional e reduz ainda mais o interesse nas assessorias, além disso, há falta de incentivo e os recursos disponibilizados pelo poder público são bem reduzidos, isso acarreta em prejuízos nas assessorias técnicas, principalmente as que lidam diretamente com ações de melhorias habitacionais e urbanas, que não se encaixam nos programas de políticas públicas existentes (DEMARTINI, 2016).

Figura 5 – Assessorias Técnicas: Forças e fragilidades

<b>ASSESSORIA TÉCNICA</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAGILIDADES</b>
<p>Aumento das possibilidades de acesso à moradia adequada e à cidade pela população pobre, por meio de processo/trabalho participativo e multidisciplinar;</p> <p>Priorização de questões sociais e subjetividades dos modos de morar da população concernente;</p> <p>Busca a promoção da população pobre como “agente da própria causa” e, conseqüentemente, como agente “implementador” da política social/ habitacional;</p> <p>Melhores resultados de desenvolvimento social e projetos arquitetônico-urbanísticos mais coerentes com as necessidades dos moradores;</p> <p>Busca “trabalhar com” a população.</p>	<p>Baixa adesão de profissionais, principalmente das áreas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias;</p> <p>Remuneração dos profissionais pouco atrativa;</p> <p>Falta de incentivo e disponibilização reduzida de recursos por parte do poder público;</p> <p>Trabalho que oferece riscos à segurança física das equipes, devido à presença de traficantes de drogas e/ou milícias;</p> <p>Poucas iniciativas para a formação de redes de trocas de saberes e experiências;</p> <p>Despreparo de muitos profissionais em lidar com as questões sociais.</p>

Fonte – DEMARTINI(2016)

Para complementar o desfecho da discussão entre assessoria e assistência técnica, o quadro abaixo aborda as principais diferenças entre ambas, ressaltando a importância de perceber a relação de oposição para o discurso, onde a assessoria técnica pode ser considerada como a prestação de um serviço mais amplo e variado e quando necessário, oferece assistência técnica em melhorias habitacionais e urbanas nos espaços de vida da classe trabalhadora, na preferência de formação de grupos ou de forma individual (DEMARTINI, 2016).

O antagonismo que rege toda essa discussão é que a prática da assistência técnica quando aplicada sob os regimentos da Lei 11.888/08, torna-se mais um instrumento alternativo de política pública, deixando de lado a parte social, atribuindo seus serviços apenas à parte físico-estrutural das moradias populares, um trabalho tão somente técnico realizados por arquitetos, urbanistas e engenheiros.

Figura 6 – Principais características que podem ser atribuídas à “assistência” e à “assessoria” técnica

<b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>ASSESSORIA TÉCNICA</b>
Engenheiros e Arquitetos Urbanistas (LEI 11.888/2008)	Equipes multidisciplinares (Advogados, Geógrafos, Sociólogos, Assistentes Sociais, Engenheiros, Arquitetos, Administradores, Economistas, Psicólogos, etc)
Atendimento individual, restrito às questões de ordem técnica/construtiva	Estruturação de coletivos, formação e fortalecimento dos “agentes da própria causa”, ações voltadas à emancipação cidadã
Em geral, apresenta relação hierárquica dos profissionais sobre as famílias assistidas	Busca estabelecer uma relação horizontal entre profissionais e população concernente
Prevê capacitação técnica para profissionais e população	Desenvolve capacitação técnica para profissionais e população
Intervenções realizadas em curto prazo, para melhorias pontuais	Ações realizadas a médio e longo prazos, para melhorias mais abrangentes (habitacionais, sociais, econômicas, políticas, etc)
Intervenções técnicas	Ações sociais, troca de saberes, intervenções técnicas
Direito de acesso gratuito a serviços técnicos	Defende e busca meios para garantir a cidadania, o direito à cidade e à moradia adequada indissociavelmente
Incentivo ao mutirão	Incentivo à autogestão e mutirão
“Trabalhar para o outro”	“Trabalhar com o outro”

Fonte – DEMARTINI(2016)

Contudo, se os serviços da assistência técnica forem inclusas na gama de atribuições desenvolvidas pela assessoria, tal situação se reverteria, uma vez que, seriam ampliadas as condições de acesso da população de baixa renda à moradias salubres e satisfatórias bem como o direito à cidade, sobre isso, Demartini (2016, p.8) completa:

Diante dessa incorporação, a “assessoria” técnica pode ser entendida como um serviço mais abrangente e complexo que busca mais do que o saneamento dos problemas técnico construtivos, tendo como prioridade questões sócio-políticas e econômicas presentes no “habitar” popular.

Dessa forma, as assessorias podem ser vistas como agentes importantes em uma política pública por possibilitar o acesso à cidadania e aos seus direitos, juntamente à população ou comunidade é possível obter-se maiores resultados em seus interesses. Tal atribuição de poder à classe trabalhadora se dá pela autogestão na construção de um ideal coletivo, referindo-se à melhorias habitacionais ou outro serviço.

Atualmente, o campo de trabalho para assessoria técnica está bem amplo e aberto à novos profissionais ou estudantes que se interessam na prática social, há registros de diversos escritórios populares atuantes em diversas partes do Brasil, aproximando mais ainda a arquitetura e o urbanismo da população.

A maioria das iniciativas surgem ainda em graduação nos grupos de extensão, como uma oportunidade de praticar tudo que é aprendido em sala de aula, no caso da instituição UNDB, esse acesso é por meio dos projetos interdisciplinares que são grandes recursos de estreitamento da relação entre o meio acadêmico e o meio externo, através dessa metodologia também é possível pôr em prática os conhecimentos e pesquisas adquiridos na faculdade e possibilita aos alunos a capacitação técnica de atuar nessa vertente de trabalho quando se tornarem profissionais, além de assegurar a democratização do acesso e o exercício do papel social do arquiteto e urbanista. No próximo capítulo, será abordada a metodologia interdisciplinar e como ela é aplicada na UNDB.

### 3 PROJETOS INTERDISCIPLINARES NA ARQUITETURA E URBANISMO

#### 3.1 Interdisciplinaridade na arquitetura e urbanismo

Atualmente, o ensino da Arquitetura e Urbanismo é amplamente discutido, principalmente no que diz respeito à aplicação de metodologias ativas como a interdisciplinaridade. A prática da aula somente em salas sem contato com outras formas didáticas como ateliês, laboratórios, a falta de atividades interligadas entre os alunos, métodos de abordagem do corpo discente, entre vários outros fatores, tornam crítica a situação do ensino do curso no Brasil.

A crescente preocupação sobre métodos de ensinamentos mais interativos tornou-se constante no ensino superior, o período atual oferta de muitas tecnologias e informações em tudo e no que diz respeito à educação, percebe-se que os estudantes apresentam maiores necessidades de métodos alternativos dentro da graduação e que métodos diferentes do convencional tendem a atrair mais sua atenção e promover maior dedicação por parte dos alunos. A respeito disso, temos a interdisciplinaridade como um meio positivo de inserção de metodologia ativa, sobre ela entende-se:

A interdisciplinaridade compõe-se por um grupo de disciplinas conexas e com objetivos comuns. Está em nível superior a disciplina, ou área que coordena e define finalidades. Ocorre intensa troca entre especialistas. O horizonte epistemológico deve ser o campo unitário do conhecimento, a negação e a superação das fronteiras disciplinares, a interação propriamente dita (FRANCISCHETT, 2005 apud SCHOSSLER, 2013, p. 3-5).

A ideia de interdisciplinaridade está associada a intensa troca de ensinamentos e experiências, e como o próprio nome sugere, envolve várias disciplinas. No curso de Arquitetura e Urbanismo, cuja a principal característica da sua formação está em ações completamente práticas, o processo de ensino-aprendizagem necessita ser adverso do modelo tradicional.

Todas as faculdades que compõe na sua grade o curso em questão, segue uma série de diretrizes regidas pelo Ministério da Educação, onde uma porcentagem é deixada para os conhecimentos teóricos e outra parte é direcionada aos conhecimentos práticos, a forma como será aplicado o ensinamento empírico é desenvolvido na própria instituição de ensino. Sobre isso, (LOURENÇO; RIBEIRO, 2007 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p. 1353-1354) completa:

Esta prática atual vem sendo seguida em parte desde a Bauhaus, escola alemã de ensino das artes, design e arquitetura, fundada em 1919. Nela os processos de ensino dessas áreas do conhecimento

começaram a ser alterados, tendo chegado ao Brasil tardiamente, mas com grandes transformações práticas. O ensino estava baseado na reflexão prática e estilística nos ateliês e oficinas, com acompanhamento e direcionamento dos docentes.

A fundamentação pedagógica da Escola Bauhaus era aplicada de maneira oposta ao ensino convencional de professor-aluno com foco na transmissão direta de conhecimento, voltando-se para a atribuição participativa do aluno no processo de autoformação, alternando a aplicação de metodologias práticas e teóricas dentro da sala de aula ou em laboratórios e ateliês (comumente usados na Arquitetura e Urbanismo). Dessa forma, (FREIRE, 2009 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p. 1354) completa: completa ainda que:

Essa autoformação que ele denomina autonomia deve ocorrer sempre, a teoria deve ser aplicada na prática, com exemplos reais, devemos discutir com os alunos a realidade concreta, à que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina. “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”.

Ao longo de cinco anos de graduação são aplicadas várias disciplinas de projeto onde é desenvolvida a arte de projetar em cima do seu objeto de estudo, porém é necessário a imersão do aluno no desenvolvimento da proposta projetual, pois dessa forma, é possível que os ensinamentos fundamentais sejam refletidos na prática e tornar útil todo o conhecimento absorvido.

Por isso, na Arquitetura e Urbanismo as práticas e experiências interdisciplinares são tão bem vistas e necessárias. Martins e Terçariol (2016) afirmam que a ação é o elemento principal entre o fazer e o pensar interdisciplinar, sendo preciso determinar uma relação positiva de interação entre as disciplinas, tanto na relação entre alunos quanto dos professores, o que resulta em relações multidisciplinares. A respeito disso, os autores completam:

O caráter disciplinar do ensino formal limita a aprendizagem do aluno, uma vez que não estimula o desenvolvimento das diferentes inteligências, muito menos promove situações para a resolução de problemas e o estabelecimento de conexões entre os fatos, conceitos, isto é, o pensar sobre o que está sendo estudado (MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p.1355).

Partindo da pressuposta característica do ensino convencional, (JAPIASSU, 1976 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p. 74 - 1355) afirma que: “[...] a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.” Desse modo, ele completa sua fala:

*do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador. (JAPIASSU, 1976 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p. 74 - 1356).*

Com base nessa colocação, Fazenda (2002 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016) afirma que tal interdisciplinaridade resulta simultaneamente em uma mudança significativa da pedagogia, com uma nova perspectiva na formação dos professores, através de uma nova forma de ensino. Desenvolve-se então a relação pedagógica dialógica, não mais a linear, onde se transmite o conhecimento de determinado assunto, assumindo a associação de que a associação de um é a associação de todos.

Para Nogueira (1998 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016), a interdisciplinaridade consiste na ação que integra áreas distintas do conhecimento, uma atividade de colaboração e de troca, com fácil comunicação e organização. Ela busca proporcionar um novo meio de trabalhar a noção de conhecimento, prevalecendo a interação entre “sujeito-sociedade-conhecimento” no vínculo “professor-aluno”, “professor-professor” e “aluno-aluno”, de modo que o âmbito escolar possua vitalidade, seja interativo e com conteúdo a serem debatidos entre outras disciplinas componentes da grade curricular.

Para Francischett (2005 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p. 8):

As características de um projeto interdisciplinar evidenciam-se por partirem da possibilidade de rever o velho e torná-lo novo, pois em todo novo existe algo de velho. Durante todo seu movimento de realização, há efetivação de diálogo, em que se revelam novos indicadores; é dada importância ao caráter teórico-prático; registra-se e efetiva-se as experiências vividas no cotidiano da sala-de-aula; faz revisão e releitura crítica de aspectos retidos na memória; trabalha em parceria como necessidade de troca e de consolidação do conhecimento; o ambiente de trabalho transgride todas as regras de controle costumeiro; respeita o modo de ser de cada um e o caminho que cada um busca para sua autonomia; surge de alguém que já desenvolvia a atitude interdisciplinar, contamina os outros.

Mediante ao que foi apresentado sobre a interdisciplinaridade, em que se define e como é caracterizada, percebe-se que os principais aspectos desse tipo de abordagem consiste na ênfase do diálogo, firmado na transmissão de conhecimento teórico e prático, troca de experiências e o desenvolvimento de trabalhos entre outras disciplinas. Em continuidade ao assunto, será discutido no próximo tópico, os objetivos dessa metodologia e seu processo de elaboração.

### 3.2 Intencionalidade e objetivos

Em relação à interdisciplinaridade, é clara a necessidade de uma significativa interação entre as disciplinas que compõem o curso de Arquitetura e Urbanismo, pois trata-se de uma modalidade muito ampla que estuda desde o planejamento urbano até o design de interiores, são tantas vertentes a serem abordadas, que a multidisciplinaridade torna-se substancial na formação de quem está entrando neste meio técnico, social e profissional, visando oportunidades no mercado de trabalho.

Partindo da ideia de que deve-se compreender o problema a ser resolvido e solucioná-lo de maneira que atenda às necessidades atuais e futuras, através da interdisciplinaridade aplicada ainda em graduação, os profissionais passam a ter uma visão mais clara e ampla de como o trabalho feito em grupo sob cooperação, precisa ser harmônicos e interativos, visto que, a área de arquitetura necessita interagir com outras profissões como engenheiros, eletricitas, gesseiros, entre várias outras, sendo não somente com áreas adversas mas também no próprio meio, pois comumente é visto escritórios com sociedades entre dois ou mais arquitetos, podendo haver também grupos colaborativos.

Quanto aos objetivos, Francischett (2005 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016) aponta sobre os aspectos dos trabalhos em projetos interdisciplinares, a partir da promoção da construção coletiva de uma nova forma de conhecimento, com base na melhor compreensão da realidade, acerca disso, a autora completa:

*assumir um paradigma teórico-metodológico que admita contradições, ambiguidades, conviver com incertezas; construir uma perspectiva crítica, reflexiva; construir uma visão de realidade que transcenda os limites disciplinares sem perder a especificidade; conceber o conhecimento científico enquanto representação do real; estabelecer relações entre conteúdo do ensino e realidade social escolar; desinstalar-nos de nossas posições acadêmicas tradicionais, das situações adquiridas e a abrir-nos para perspectivas e caminhos novos. (FRANCISCHETT, 2005, p. 9).*

No entanto, estes desafios precisam ser superados para que ocorra a comunicação entre as disciplinas que atualmente, desempenham-se mais isoladamente do que em conjunto, reforçando esse pensamento, Japiassu (1976 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p.129) fala:

O que realmente importa, no diálogo interdisciplinar, aquilo que não somente é desejável, mas também indispensável, é que a autonomia de cada disciplina seja assegurada como uma condição fundamental da harmonia de suas relações com as demais. Onde não houver interdependência disciplinar, não pode haver interdependência das disciplinas.

Em continuidade, a autora aponta a importância da autonomia, dos professores terem vasta experiência e conhecimento nesse tipo de metodologia para que seja colocada em prática de modo efetivo, quebrando assim o padrão comum da aplicação do ensino, onde o aluno se torna receptor de uma quantidade concentrada de informações que no fim das contas, não irão lhe agregar do modo que deveria ser. Sobre isso, Fazenda (2002 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p.16-1354) afirma:

Penso que é necessário tomarmos conhecimento desses estudos antes de empreendermos o caminho da ação interdisciplinar, pois uma reflexão epistemológica cuidadosa possibilita consideráveis avanços, e tais avanços poderão permitir a visualização de projetos concretos de investigação que em parte possam corresponder ao novo paradigma emergente de conhecimento que está surgindo, embora precise ficar claro que em termos de conhecimento estamos ainda em fase de transição. Estamos bastante divididos entre um passado que negamos, um futuro que vislumbramos e um presente que está muito arraigado dentro de nós.

Trabalhar a metodologia e a aplicação da interdisciplinaridade em ambientes acadêmicos, requer muito esforço e dedicação do corpo docente, além de incessantes pesquisas em novos meios, tecnologias e informações em diversas áreas de conhecimento, com a interação de especialistas em diversas áreas.

Entretanto, algumas faculdades de Arquitetura e urbanismo ainda não possuem o contexto interdisciplinar inseridos em suas práticas metodológicas. A interdisciplinaridade não é algo novo mas ainda não conseguiu se fazer abrangente em algumas modalidades de estudos como o curso em questão, no próximo tópico será discutida o modo de como essa metodologia se aplica em projetos de arquitetura e urbanismo.

### **3.3 Interdisciplinaridade na aplicação: do projeto à ação**

Um problema ou uma situação conflitante que intrigue os alunos é sempre um bom pontapé para início dos projetos, pois os direciona à solução do que precisa ser resolvido e à busca de informações. LEITE e MENDES ( apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016) afirma que os trabalhos, sejam eles de projeto ou não, são aspectos de uma pedagogia que transmite uma concepção de conhecimento escolar e quando se trata de conteúdo, a pedagogia aplicada aos projetos é reconhecida pelo caráter potencializador da interdisciplinaridade, o que é bem provável de acontecer, pois o trabalho em projetos permite o aumento da percepção dos alunos, indo além de disciplinas isoladas e firmando entre diversas áreas de conhecimento um contexto comum de aprendizado.

O desenvolvimento de projetos é uma forma de trabalho ligada ao processo de ensino- aprendizagem que através da educação, promovendo maior significância do conhecimento. Os trabalhos de projetos não são inseridos somente na proposta de

novos meios de desenvolver atividades, mas na mudança de práticas, voltados para a reestruturação da atividade pedagógica, deixando de lado os padrões educacionais estabelecidos, permitem que os alunos desenvolva e torne comuns os atos de decidir, debater, opinar e construir sua autonomia, através do seu papel social é possível a formação de novos cidadãos (MARTINS; TERÇARIOL, 2016)).

No que diz respeito ao modo de como é feito o projeto interdisciplinar, Hernández (1998 apud MARTINS; TERÇARIOL, 2016, p.1360) aponta as possíveis etapas:

- determinar com o grupo a temática a ser estudada e definir princípios norteadores;
- definir etapas: planejar e organizar as ações - divisão dos grupos, definição dos assuntos a serem pesquisados, procedimentos e delimitação do tempo de duração;
- socializar periodicamente os resultados obtidos nas investigações (identificação de conhecimentos construídos);
- estabelecer com o grupo os critérios de avaliação e avaliar cada etapa do trabalho, realizando os ajustes necessários;
- fazer o fechamento do projeto propondo uma produção final, como elaboração de um projeto executivo, no caso dos estudantes da graduação de Arquitetura e Urbanismo.

Esse processo é similar ao que acontece na instituição que é o objeto de estudo desta pesquisa (UNDB) que aplica à prática interdisciplinar nos cursos que são ofertado e com relação à arquitetura, eles são voltados para o exercício da contribuição social e na troca de experiências com mútuo ensinamento, onde são realizados trabalhos em comunidade a fim de oferecer alguma tipo de melhoria para os moradores.

São projetos de diversas vertentes como intervenções urbanas voltadas para o bairro, ou no desenvolvimento de projetos voltados para melhorias habitacionais, de parques e praças, regularização fundiária, em remanejamento de famílias que estão alocadas em área de riscos ambientais, em periferias, comunidades ou até mesmo associações ou entidades não governamentais.

O desenvolvimento de trabalhos e projetos realizados em equipes interdisciplinares são de grande importância no fomento de exercícios da prática profissional e principalmente no desenvolvimento de projetos nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo como recurso atual importante no processo de ensino-aprendizagem dentro do curso (MARTINS; TERÇARIOL, 2016).

Essa forma de aplicação da metodologia amplia e sistematiza a organização de saberes, desperta a sensibilidade por parte dos estudantes para o que lhe interessa, dentro da função social da escola. Além de permitir a validação do conhecimento praticado, o que resulta em melhores aspectos na qualidade de vida das pessoas e o estudante/profissional passa a ser sujeito cidadão, aquele que tem consciência

e participação no coletivo através da oferta de seus serviços. “Aprende-se por meio da reconstrução consciente da experiência” (DEWEY, 1973, p.33), experiência essa adquirida em sua vida no cotidiano e nas outras disciplinas que integram o currículo do curso. (MARTINS; TERÇARIOL, 2016).

A abordagem de projetos interdisciplinares na faculdade com o intuito de estender seu âmbito educacional para além da academia é de grande importância, principalmente na arquitetura e urbanismo, uma profissão que comumente é taxada pela sociedade como um serviço para ricos, o que não é errado pois, é perceptível que grande parte da população não faz uso de serviços técnicos justamente pelo tabu do alto preço.

Muitos trabalhos desenvolvidos ainda durante o período interdisciplinar (semestre) tende-se a estender e tornar-se um projeto de extensão. As faculdades de arquitetura e urbanismo estão investindo cada vez mais em projetos de pesquisa e extensão paralelo ao ensino durante os períodos, pois permite a aplicação da interdisciplinaridade e os estudantes podem desenvolver muitas habilidade a mais do que quando em um certo período letivo.

Fazendo um recorte acerca de projetos interdisciplinares na arquitetura e urbanismo, no próximo tópico será discutido como essa metodologia é aplicada ao objeto de estudo UNDB (Centro Universitário Dom Bosco), desde o processo desenvolvidos entre os discentes até chegar aos alunos e depois à comunidade que irá receber o projeto.

### **3.4 Projetos interdisciplinares desenvolvidos na instituição UNDB**

Os projetos interdisciplinares desenvolvidos no Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), são metodologias ativas de ensino, onde o aluno se torna o principal agente e o responsável no processo de aprendizado, com maior foco na assimilação de conteúdos de modo autônomo e participativo.

Tendo em vista esta intenção pedagógica atrelada à necessidade de exercer o lado social da graduação de arquitetura e urbanismo, as propostas projetuais são baseadas nos problemas reais de determinados lugares, a fim de que, a partir desse incômodo seja possível criar soluções que sejam cabíveis, aceitáveis e acessíveis à comunidade.

Na ementa elaborada pela própria faculdade em análise (UNDB), os projetos interdisciplinares são reconhecidos como um forte instrumento de contato com o conhecimento prático, pois, a perspectiva da ação multidisciplinar permite aos alunos a capacidade de múltiplas soluções criativas e viáveis, isso, quando respeitada a premissa básica da metodologia é desenvolvida, ou seja, a busca pela solução de

algum problema, não somente às respostas das perguntas, o que permite que o ensino se torne efetivo e de utilidade de todos.

O curso de Arquitetura e Urbanismo é muito abrangente e de grade curricular diferenciada, é uma modalidade de ensino prático e a ideia de ações multidisciplinares se adequam perfeitamente à tipologia da graduação.

Essa característica dinâmica atribuída é pertinente desde a Bauhaus, escola fundada na Alemanha em 1919 de ensino das artes, arquitetura e design, portanto, o processo de ensino-aprendizagem nas disciplinas de Arquitetura são bem diferentes do método de ensino tradicional brasileiro e os interdisciplinares atuam como ferramenta de grande importância na continuidade desses ensinamentos além de estreitar os laços entre os estudantes e a missão social que a formação dispõe, assim, a UNDB (2016) aponta como principais objetivos da aplicação dessa ferramenta:

1. Favorecer a busca de solução de problemas, oferecendo uma visão multifacetada dos problemas reais por meio da integração de diferentes disciplinas;
2. Produzir soluções factíveis para problemas reais da(s) profissão(ões) objeto dos cursos envolvidos;
3. Promover o aprendizado colaborativo.

O atual organograma do plano de atividades conta com parâmetros chaves para melhor desenvolvimento e resultados dos projetos interdisciplinares, através da realização de encontros, palestras, debates, visitas em campo, observação, análise e coleta de dados, os trabalhos contam com etapas de produção individual e coletiva e ao término da experiência, são extraídos os resultados (produto final), comunicação e lições de aprendizados, o modelo do quadro de ações elaborado pela instituição de ensino UNDB:

Os projetos interdisciplinares aplicados no Centro Universitário Dom Bosco seguem uma metodologia de trabalho com base no roteiro de atividades exposto acima, onde são desenvolvidos e apresentados ao longo de um semestre, são fundamentados e organizados em quatro etapas sendo elas:

Na etapa 1 ou também chamada de “imersão”, ocorre a realização das pesquisas e elaboração do método de estruturação do problema que deverá ser apresentado na sala através de mapas de empatia ou de conceito, na etapa 2 ou “ideação”, que corresponde ao processo de participação nos debates com o objetivo de encontrar as soluções possíveis para o problema vigente, nessa fase acontece também a participação dos envolvidos tanto na faculdade quanto no bairro que abriga a experiência (UNDB, 2020).

Figura 7 – Quadro geral de atividades dos projetos interdisciplinares

	<b>AÇÕES</b>	<b>PROCEDIMENTOS</b>
1.	Elaboração da Proposta de Projeto Interdisciplinar	1. Indicar as disciplinas e períodos que participarão do Projeto Interdisciplinar;
		2. Investigar problemas reais, ou análogos à realidade, que viabilizem a aplicação do Projeto Interdisciplinar;
		3. Apresentar a proposta de Projeto Interdisciplinar ao NDE do Curso, de acordo com as normas estabelecidas pela UNDB;
		4. Apresentar o Projeto à Diretora Acadêmica e à Assessoria Acadêmica da UNDB;
		5. Aprovar a proposta do trabalho interdisciplinar.
2.	Apresentação da Proposta do Projeto Interdisciplinar	1. Apresentar a proposta do Projeto aos alunos conforme data estabelecida no Calendário Acadêmico da UNDB.
3.	Aplicação do Projeto Interdisciplinar	1. Elaborar um cronograma para reuniões entre os professores que participarão do Projeto Interdisciplinar;
		2. Elaborar o plano de encontros de cada professor com sua turma (no mínimo 6 encontros);
		3. Realizar encontros/ seminários interdisciplinares em sala de aula com todos os professores e alunos que participarão do Projeto;
		4. Promover palestras com especialistas a fim de discutir a temática do Projeto Interdisciplinar;
		5. Realizar atividades voltadas à elaboração do Produto Final;
		6. Apresentar relatórios mensais, observando modelo de relatório da UNDB;
		8. Elaborar artigo científico, formatado para publicação, a partir da temática/resultados do projeto.
4.	Apresentação do Projeto	1. Planejar a apresentação dos resultados do Projeto Interdisciplinar no Encontro Científico da UNDB. (modalidade de apresentação, participantes e material);
		2. Apresentar os resultados do Projeto Interdisciplinar no Encontro Científico da UNDB.

Fonte – UNDB(2016)

Na etapa 3 “prototipação”, é o momento de filtro de possibilidades para a solução e a partir dessa solução definida, são elaborados os “protótipos” ou projetos para o resultado inovador escolhido e na fase final, “validação”, o projeto é apresentado aos envolvidos externos à academia para que seja analisada e comprovada a sua eficácia, após a aprovação, em sala são realizadas as conversas, debates, relatos, os feedbacks e são aplicados pelos professores avaliações (dissertações) para que seja possível analisar o aprendizado obtido e as habilidades desenvolvidas (UNDB, 2020).

Figura 8 – Etapas do processo de aplicação dos projetos interdisciplinares

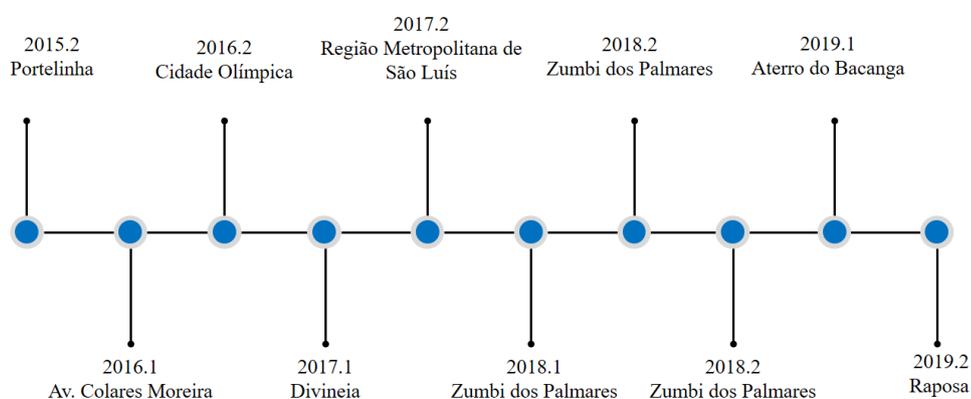
**ETAPAS DOS PROJETOS INTERDISCIPLINARES**



Fonte – UNDB(2016), adaptado pela autora

O roteiro de atividades juntamente com as etapas de aplicação são adotados em fase intermediária do curso, onde os alunos já estão mais familiarizados com noções projetuais, são eleitas de três a cinco disciplinas da grade curricular e os projetos são rigorosamente acompanhados e registrados pelo corpo docente envolvido na experiência.

Figura 9 – Esquema de linha do tempo dos projetos interdisciplinares do curso de arquitetura e urbanismo realizados pela UNDB



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Com relação ao histórico dos projetos, foi desenvolvida uma linha do tempo esquemática (Figura 9) onde são indicados os períodos em que foram realizados e suas respectivas localidades, foram contabilizados dez projetos ao longo dos anos em bairros que necessitavam de maior enfoque, visto que, são deixados de lado na maioria das vezes pelo poder público, são eles: Portelinha, Entorno do Renascença, Cidade Olímpica, Divineia, Zumbi dos Palmares, Raposa, Região Metropolitana de São Luís e Bacanga. Porém, é necessário uma análise mais aprofundada sobre estes projetos e sua relação com assessoria ou assistência técnica.

## 4 ANÁLISE DOS PROJETOS INTERDISCIPLINARES DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNDB

### 4.1 Levantamento dos projetos e comparativo com as práticas da assessoria e assistência técnica

Para desenvolvimento desta pesquisa, optou-se em realizar um levantamento de todas as informações a respeito dos planos de trabalhos dos projetos elaborados e aplicados pela UNDB, organizá-los sistematicamente de modo a fazer um resumo geral deles através de uma tabela separada por ano/período em que foi feito, o projeto realizado, o bairro que o recebeu e a proposta de solução elaborada pela equipe de alunos e professores.

Figura 10 – Levantamento de dados dos projetos interdisciplinares realizados pela UNDB.

ANO/ PERÍODO	PROJETO	BAIRRO	PROPOSTA
2015.2/ 3ºP	Ocupações Espontâneas em Áreas de Risco	Portelinha	Plano de Reabilitação Urbana: Como solucionar a atual situação das famílias que moram na área da Portelinha, Ponta do São Francisco, bairro da Ilhinha, de forma digna dentro do perímetro urbano da Cidade de São Luís
2016.1/ 7ºP	Estruturação do Espaço Público: Entorno direto e indireto da Av. CEL Colares Moreira	Renascença	Intervenção Urbana: Trabalhar os diferentes trechos da avenida de em prol de melhorias, considerando os diferentes impactos no modo de vida da população do entorno direto e indireto e garantindo o atendimento universal à todos os usuários
2016.2/ 3ºP	Habitação e Autoconstrução: um modelo de unidade habitacional social para a autoconstrução em comunidades carentes da cidade de São Luís – MA	Cidade Olímpica	Projeto Arquitetônico: modelo adequado de habitação para comunidades carentes com foco na autoconstrução
2017.1/ 3ºP	Espaço público e convivência comunitária	Divineia	Requalificação da Feira da Divineia: Organização do espaço de modo a garantir o acesso e o uso proativo do espaço público por toda a comunidade
2017.2/ 8ºP	Gestão de resíduos sólidos em habitações de interesse social	Região Metropolitana de São Luís	Repensar os espaços privados e de uso comum de empreendimentos habitacionais de interesse social com tipologia de condomínios fechados afim de incentivar e promover uma gestão sustentável de resíduos sólidos
2018.1/ 4ºP	Espaços Públicos na Cidade Informal	Paço do Lumiar	Regularização fundiária e reordenamento urbanístico, garantindo a segurança de posse e melhorando as condições gerais de habitação no assentamento através de intervenções simples e executadas em parceria com a comunidade no Residencial Zumbi dos Palmares
2018.2/ 3ºP	Melhorias habitacionais no residencial do Zumbi dos Palmares	Paço do Lumiar	Melhorar as condições de conforto e infraestrutura de moradias no Residencial Zumbi dos Palmares através de reformas e intervenções de baixo custo
2018.2/ 4ºP	Requalificação da quadra 09 do Residencial Zumbi dos Palmares	Paço do Lumiar	Transformar as vielas e vazios da quadra 09 em espaços públicos de qualidade
2019.1/ 7ºP	Operação Urbana Consorciada	Bacanga	Requalificação do uso e ocupação do solo aterro no centro histórico da cidade
2019.2/ 8ºP	Zonas Especiais de Interesse Social	Raposa	Conciliar a destinação de áreas para o desenvolvimento de projetos de interesse social no município da Raposa - MA com os princípios de desenvolvimento sustentável afim de permitir o desenvolvimento urbano e garantir a qualidade do habitat

Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Ao longo de cinco anos, já foram desenvolvidos dez projetos interdisciplinares (até o ano de 2019) entre turmas do 3º ao 8º período, voltados para habitação de interesse social, melhorias habitacionais, revitalização, reabilitação, intervenção urbana, requalificação, urbanismo, bioconstrução, entre outros, além da contribuição prática através da criação de projetos, há também a contribuição acadêmica através da elaboração de pesquisas, artigos, relatórios além da apresentações em encontros científicos.

Após a reunião de todas as informações substanciais obtidas, elaborou-se a análise de todos os planos pedagógicos dos projetos interdisciplinares realizados em comparação com as principais características atribuídas às práticas de Assessoria e Assistência Técnica descritas no tópico 2.6 que trata da discussão referente ao uso desses dois termos, a fim de identificar qual a relação de proximidade esses projetos estão inseridos, se é na assessoria ou assistência.

Para melhor entendimento, a assessoria e assistência técnica foram utilizadas separadamente e analisadas com base nos dez projetos já realizados, desta forma, dispõe-se primeiramente a figura 11, referente à Assistência Técnica e figura 12, Assessoria Técnica:

Figura 11 – Comparativo dos projetos interdisciplinares realizados pela UNDB à prática da Assistência Técnica.

CRITÉRIOS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA									
	POR 2015.2	REN 2016.1	CO 2016.2	DVN 2017.1	RMSL 2017.2	ZDP 2018.1	ZDP 2018.2	ZDP 2018.2	BAC 2019.1	RAP 2019.2
Trabalho realizados por Engenheiros, Arquitetos e Urbanistas com base na Lei 11.888/2008	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Apresenta atendimento individual restrito à alterações de caráter técnico/construtivo	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Comumente apresenta relação de hierarquia dos profissionais sobre as famílias assistidas (relação de dependência)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Prevê capacitação técnica para os profissionais e para a população	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Alterações realizadas em curto prazo, para melhorias pontuais, geralmente são voltadas para a melhoria da unidade habitacional existente	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Intervenções técnicas, pois possui natureza técnica, de cunho assistencialista	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Direito de acesso gratuito a serviços técnicos	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Incentivo à prática do mutirão	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
E a ideia do "trabalha para o outro"	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM

Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Figura 12 – Comparativo dos projetos interdisciplinares realizados pela UNDB à prática da Assessoria Técnica

CRITÉRIOS	ASSESSORIA TÉCNICA									
	POR 2015.2	REN 2016.1	CO 2016.2	DVN 2017.1	RMSL 2017.2	ZDP 2018.1	ZDP 2018.2	ZDP 2018.2	BAC 2019.1	RAP 2019.2
Trabalho realizados por Equipes multidisciplinares (Advogados, Geógrafos, Sociólogos, Assistentes Sociais, Engenheiros, Arquitetos, Administradores, Economistas, Psicólogos, etc)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Apresenta estruturação de coletivos, formação e fortalecimento dos “agentes da própria causa”, ações voltadas à emancipação cidadã	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Busca estabelecer uma relação horizontal entre profissionais e população concernente	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Desenvolve capacitação técnica para profissionais e população sociais, econômicas, políticas, etc	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Ações realizadas a médio e longo prazos, para melhorias mais abrangentes (habitacionais, sociais, econômicas, políticas, etc)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Ações sociais, troca de saberes, intervenções técnicas	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Defende e busca meios para garantir a cidadania, o direito à cidade e à moradia adequada em uma ação conjunta	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Incentivo à prática do mutirão e autogestão, baseia-se na ação coletiva, no trabalho de todos, na participação popular atrelados à construção de movimentos sociais	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
E a ideia do "trabalha com o outro"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Através do comparativo feito entre os dez projetos realizados juntamente aos aspectos que correspondem à assistência e assessoria separadamente, foi possível perceber maiores afinidades entre a execução dessas atividades nos preceitos da assistência, apesar de que houve uma singela transição para a assessoria técnica nos projetos realizados no Residencial Zumbi dos Palmares, quando na própria ementa pedagógica afirma: "intervenções simples e executadas em parceria com a comunidade", ainda que não seja esse o foco principal do trabalho interdisciplinar, encontrou-se nessa pequena passagem um imenso campo de possibilidades e atuação.

## 4.2 Elaboração e aplicação do questionário

Como complemento de recursos para a análise, a proposta da aplicação do método de questionário é essencial para descobrir de que modo a percepção das ações realizadas pelos alunos e professores para com os beneficiários se relacionam

com assessoria, ou se não há relação, de que forma esses vínculos poderiam ser estreitados, bem como entender o processo de desenvolvimento dos seus trabalhos, a dinâmica, participação nos projetos realizados e as experiências adquiridas.

Para tanto, na elaboração dos questionário utilizou-se como modelo de associação o quadro base de características da assessoria técnica, de modo que tais aspectos estivessem contidos dentro de cada questionamento, para assim, o resultado obtido ser o mais amplo e contextualizado possível.

Dessa forma, baseado no quadro já citado (Figura 6), as características da assessoria técnica compreendem:

1. Equipes multidisciplinares (Advogados, Geógrafos, Sociólogos, Assistentes Sociais, Engenheiros, Arquitetos, Administradores, Economistas, Psicólogos, etc);
2. Estruturação de coletivos, formação e fortalecimento dos “agentes da própria causa”, ações voltadas à emancipação cidadã;
3. Busca estabelecer uma relação horizontal entre profissionais e população concernente;
4. Desenvolve capacitação técnica para profissionais e população;
5. Ações realizadas a médio e longo prazos, para melhorias mais abrangentes (habitacionais, sociais, econômicas, políticas, etc);
6. Ações sociais, troca de saberes, intervenções técnicas;
7. Defende e busca meios para garantir a cidadania, o direito à cidade e à moradia adequada indissociavelmente;
8. Incentivo à autogestão e mutirão;
9. Ideia do “Trabalhar com o outro”;

Listadas as principais características que compreendem a assessoria técnica, buscou-se relacioná-las em cada questão, dessa forma, no que diz respeito ao tópico 1 (refrente à equipe multidisciplinar), não foi necessário transformá-lo em uma pergunta pois os projetos interdisciplinares desenvolvidos na UNDB, são exclusivamente formados por alunos e professores, então, configurou-se a questão apenas as alternativas de identificar quem respondia o questionário, se eram os estudantes ou o corpo docente.

Logo após a primeira pergunta que define qual público-alvo está respondendo o questionário, há a identificação de qual dos projetos elencados a pessoa participou para que ocorra a obtenção de dados seja a mais pontual possível. No que diz respeito ao tópico 2, que propõe autonomia entre os cidadãos, foi feita uma pergunta referente à ideia do coletivo e de emancipação dos beneficiários para poder estabelecer em que nível se encontra a relação corpo técnico – comunidade.

Resultante da percepção do tópico 2 e da pergunta que originou-se com base nessa característica, agrupou-se os itens 3, 8 e 9 pois tratam de princípios semelhantes e essências na assessoria técnica, a ideia da horizontalidade e o sistema de mutirão, então a partir da compreensão de como se deu a relação corpo técnico – comunidade, foram criadas questões referentes aos tópicos já mencionados nesse parágrafo (3,8 e 9) para que fosse possível observar se houve a ideia do trabalho colaborativo em prol de algo maior que é beneficiar a população local e se de fato não há dependência da comunidade com a equipe técnica.

Os itens 4, 6 e 7 resultaram em perguntas objetivas cujo o foco é identificar se aconteceram ações sociais ou alguma atividade de intuito capacitativo ou se buscaram assegurar os direitos básicos dos usuários. O item 5 foi modificado e substituído por questões mais relevantes, trata de avaliar qual o prazo de realização das intervenções, se foi à curto, médio ou longo prazo. Como os interdisciplinares ocorrem dentro de um semestre, não há como avaliar se as ações foram concluídas à prazo duradouro, devido a sua conclusão ser ao término do semestre que foi estabelecido.

Dessa forma, ao invés do item 5, foram acrescentadas questões referentes ao foco das intervenções, se foram em melhorias pontuais, mais voltadas pra unidade habitacional ou se tinha um contexto sócio-econômico ou político envolvido, além disso, houve a intenção de descobrir quem iria executar as propostas de intervenções, se era a própria comunidade, o poder público ou se não havia intenções de saírem do papel, entender qual o nível de participação da comunidade no desenvolvimento e execução da intervenção, se o aluno ou professor teve a oportunidade de conversar com a população e em que momento isso aconteceu.

Após a aplicação do questionário, será discutido no próximo capítulo os resultados alcançados através de dados gráficos e percentuais que estimam respostas mais precisas. Além da discussão do que foi obtido através das indagações, será possível a análise desses aspectos e conseqüentemente na elaboração de diretrizes propostas a melhorar a aplicação dos projetos interdisciplinares perante o olhar da assessoria técnica.

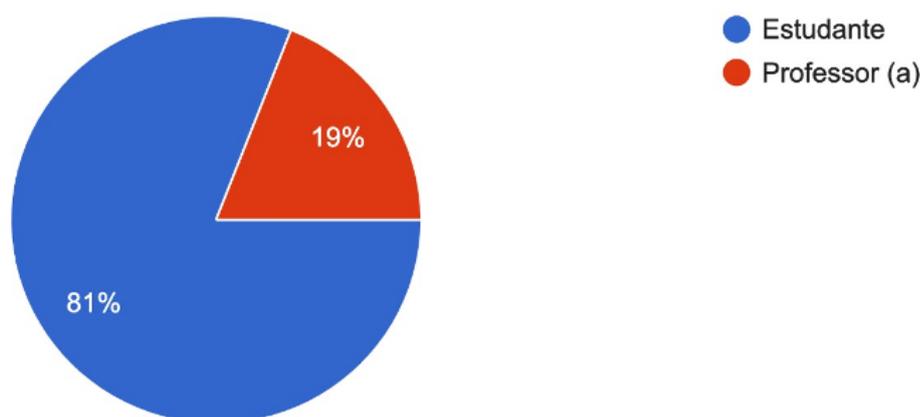
### **4.3 A percepção dos participantes**

O questionário aplicado nessa pesquisa foi divulgado e respondido por meio virtual, foi criado para que fosse possível compreender como são feitas as atividades e os processos participativos nos projetos realizados. Por se tratar de projetos interdisciplinares desenvolvidos na UNDB, o público-alvo restringiu-se à professores e alunos, resultando na quantidade de 42 respostas.

A definição dos usuários influenciou na primeira pergunta do questionário, que

indaga sobre a identificação de quem respondeu, as opções eram apenas estudantes e professores, dessa forma, de 42 pessoas que responderam ao questionário, 8 são professores e 34 são estudantes:

Figura 13 – Definição do público-alvo



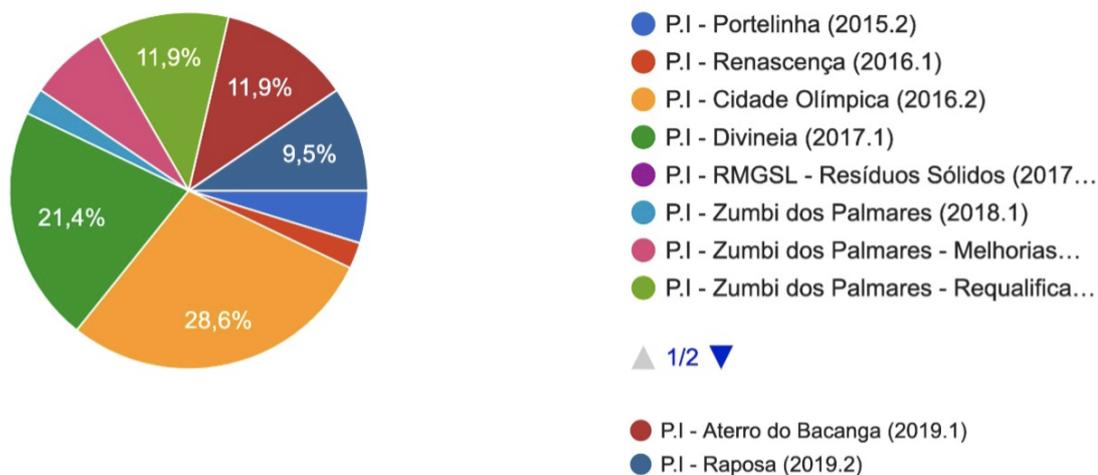
Fonte – Elaborado pela autora (2020)

No que diz respeito aos projetos interdisciplinares( Figura 14), foram analisados dez atividades, sendo elas: Portelinha (2015.2), Renascença (2016.1), Cidade Olímpica (2016.2), Divineia (2017.1), Região Metropolitana da Grande São Luís – Resíduos sólidos (2017.2), Zumbi dos Palmares (2018.1), Zumbi dos Palmares – Melhorias habitacionais (2018.2), Zumbi dos Palmares – Requalificação da quadra 9 (2018.2), Aterro do Bacanga (2019.1) e Raposa – HIS (2019.2).

Dos projetos realizados, somente o RMGSL – Resíduos sólidos não foi possível obter resposta, pois nenhum aluno ou professor que tenha participado deste trabalho respondeu ao questionário. Dessa forma, em ordem cronológica das atividades interdisciplinares que ocorreram, tem-se:

Portelinha (2015.2) com um percentual de 4,8%, onde 2 pessoas que participaram da proposta responderam às questões; Renascença (2016.1) com 2,4%, onde apenas 1 pessoa respondeu; Cidade Olímpica (2016.2) com 28,6% referente à 12 respostas, Divineia (2017.1) com 21,4%, 9 respostas; Zumbi dos Palmares (2018.1) com 2,4% e 1 resposta, Zumbi dos Palmares- Melhorias Habitacionais (2018.2) com 7,1% e 3 respostas; Zumbi dos Palmares (2018.2) – Requalificação da quadra 9 com 11,9% e 5 respostas; Aterro do Bacanga (2019.1) também com 11,9% e 5 respostas e por fim, Raposa – HIS (2019.2) com 9,5% e 4 respostas.

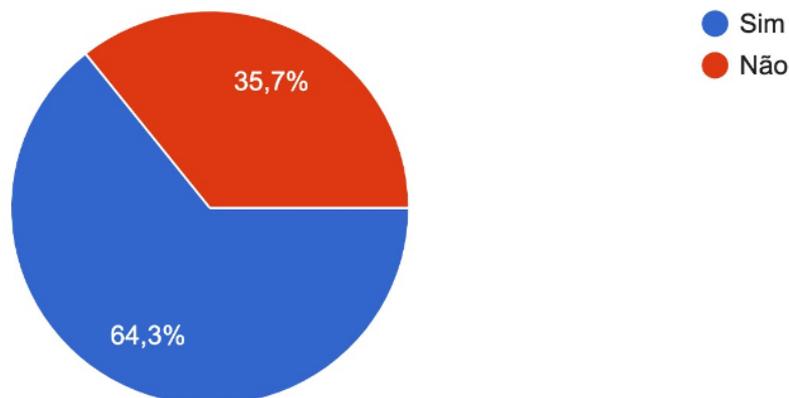
Figura 14 – Identificação da participação nos projetos interdisciplinares



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

No que diz respeito à ideia de horizontalidade, princípio fundamental na assessoria técnica, 64,3% afirmaram que se sentiram trabalhando diretamente com os beneficiários da proposta durante a execução do projeto interdisciplinar e 35,7% disseram que não sentiram tamanha proximidade com a população local, como o maior percentual é positivo, há um certo otimismo entre a percepção do “trabalhar com o outro” e não “ para o outro”.

Figura 15 – Percepção de trabalho direto com os beneficiários durante o interdisciplinar

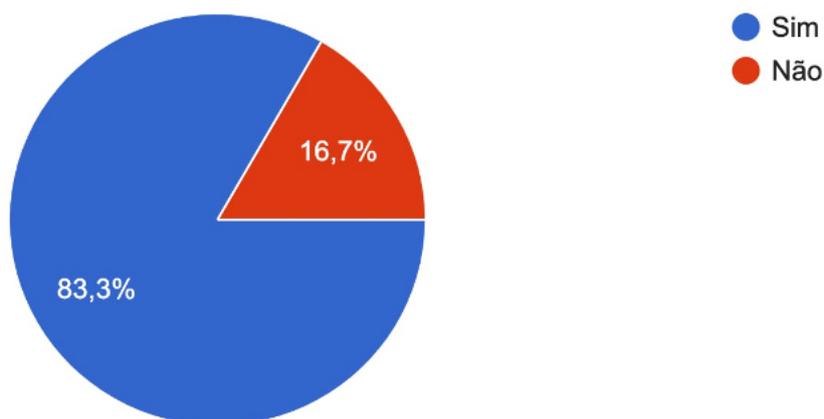


Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Sobre o contato com a população, 83,3% afirmaram que tiveram a oportunidade de conversar com os moradores e 16,7% não tiveram contato com a comunidade, entretanto, é válido ressaltar que o projeto interdisciplinar referente ao Aterro do Bacanga,

não teve a visita conjunta entre professores e alunos, de acordo como relato de uma das participantes, as visitas ficaram sujeitas à decisão de cada equipe, então tiveram grupos que foram ao local, fizeram o registro fotográfico mas não conversaram com os moradores, deixando o trabalho incompleto.

Figura 16 – Oportunidade de conversar com a comunidade



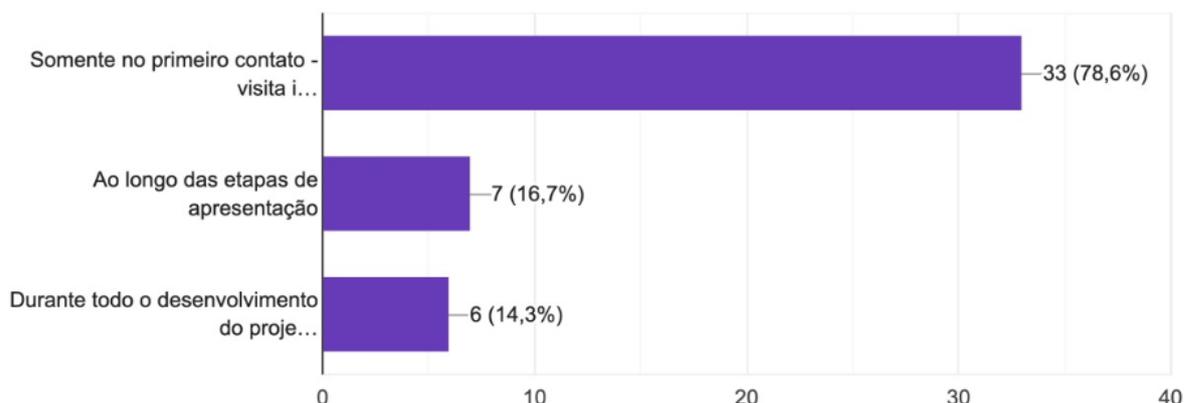
Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Na pergunta que se refere à que etapa do desenvolvimento do projeto aconteceram essas conversas, 78,6% afirmaram que as interações aconteceram apenas na visita inicial, ou seja, no primeiro contato com a comunidade, 16,7% responderam que as conversas se sucedeu ao longo das etapas de apresentação e 14,3% relataram que as interações foram pertinentes durante toda a evolução do trabalho.

É preciso lembrar do projeto interdisciplinar feito no Aterro do Bacanga, como mencionado na pergunta anterior, não houve a visita em conjunto (professores e alunos), dessa forma, algumas equipes foram até o local mas não usufruíram do contato com a população, logo não tiveram como responder a pergunta equivalente as etapas de trabalho em que ocorreram tais interações.

Com os índices citados, é possível perceber que grande parte das atividades interdisciplinares não contam com o processo participativo da comunidade, dessa forma, se não há o devido contato necessário durante toda a aplicação do projeto, este, provavelmente apresentará alguma adversidade, seja durante a etapa de concepção e apresentação ou posteriormente (na execução).

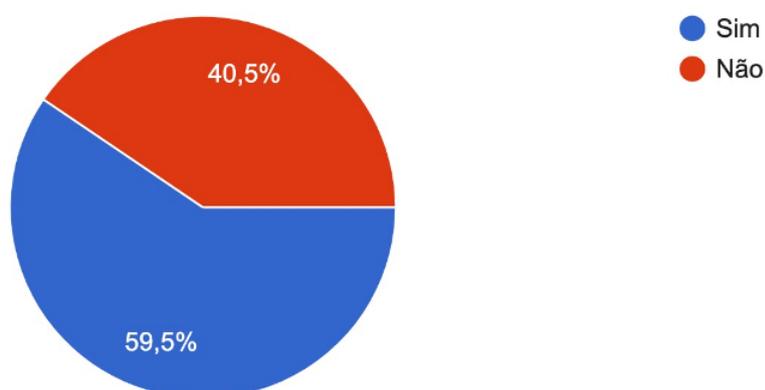
Figura 17 – Etapa de desenvolvimento do projeto que ocorreram as conversas



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

A questão referente à ideia do coletivo, buscou saber se foi possível perceber a intenção de tornar os beneficiários os agentes da própria causa, ou seja, promover a sua autonomia, assim sendo, 59,5% das pessoas responderam que sim, foi percebido o desejo de atribuir emancipação à comunidade e 40,5% responderam que não foi possível perceber tal independência. Apesar de ser pequena a diferença entre os dois resultados, o fato do maior dado ser positivo, torna-se bem relevante notar que as ações que acontecem nos interdisciplinares estão cada vez mais voltadas para a tendência emancipatória dos beneficiados.

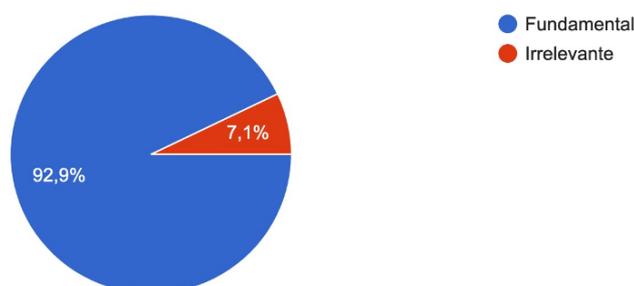
Figura 18 – Percepção acerca dos beneficiários quanto à autonomia no projeto



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Quanto à participação da comunidade no desenvolvimento do projeto, perguntou-se a respeito do que as pessoas consideravam ser importante e 92,9% das respostas afirmaram ser fundamental a presença dos beneficiados no projeto, mas 7,1% disseram que é irrelevante, o que é confuso, visto que desde as primeiras aulas no curso de arquitetura, aprende-se que a relação entre profissional e “cliente” deve ser a mais próxima possível, para que o projeto se torne bom e eficiente.

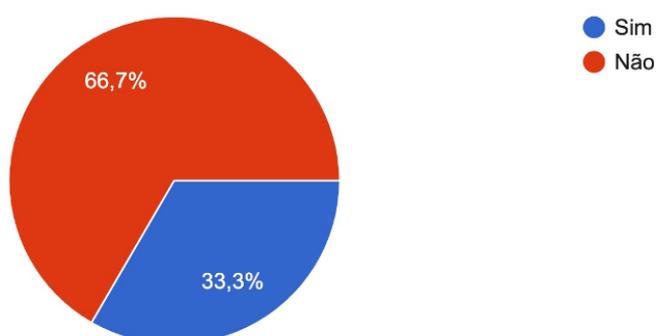
Figura 19 – Importância da comunidade no desenvolvimento do projeto



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Professores e alunos foram indagados sobre a realização de alguma atividade voltada para capacitação técnica entre os membros do curso e da comunidade, 66,7% responderam que não houve nenhuma prática desse tipo e 33,3% afirmaram que ocorreu, entretanto, no que diz respeito à assessoria técnica, esse índice ainda é abaixo do esperado e essa carência de atividade, permite um olhar de investimento em instruir e qualificar a população além da entrega de soluções projetuais.

Figura 20 – Identificar se houve a prática de capacitação técnica entre professores, alunos e comunidade

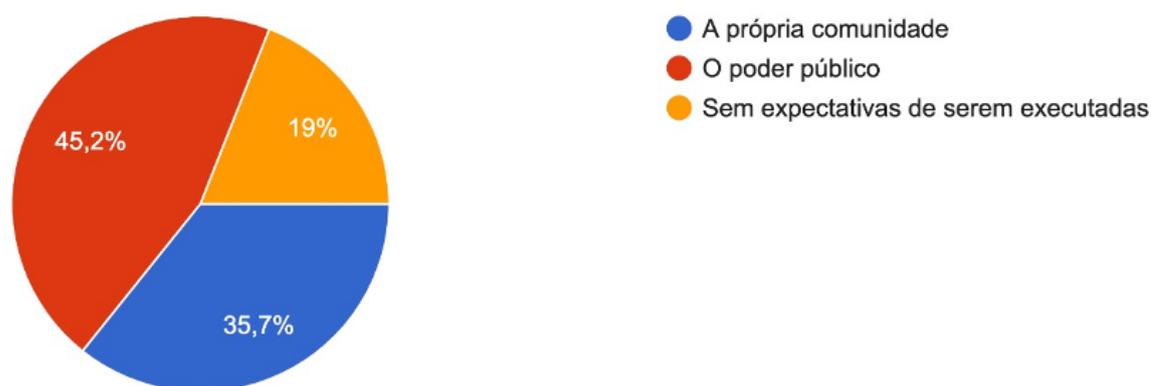


Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Como resposta referente à intenção de execução das propostas, perguntou-se à quem seria destinada a realização, assim, 45,2% responderam que a própria

comunidade executaria o projeto ( sendo por autoconstrução ou não), 35,7% afirmaram que o poder público quem tomaria a frente da construção e 19% disseram não ter expectativas de que os projetos iriam sair do papel, o que é péssimo diante do ponto de vista da assessoria que defende a ideia do mutirão. Porém, o maior percentual é sobre a expectativa dos beneficiários executarem os seus projetos, o que já é bem importante nesse processo.

Figura 21 – Intenção de execução das propostas de projeto



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

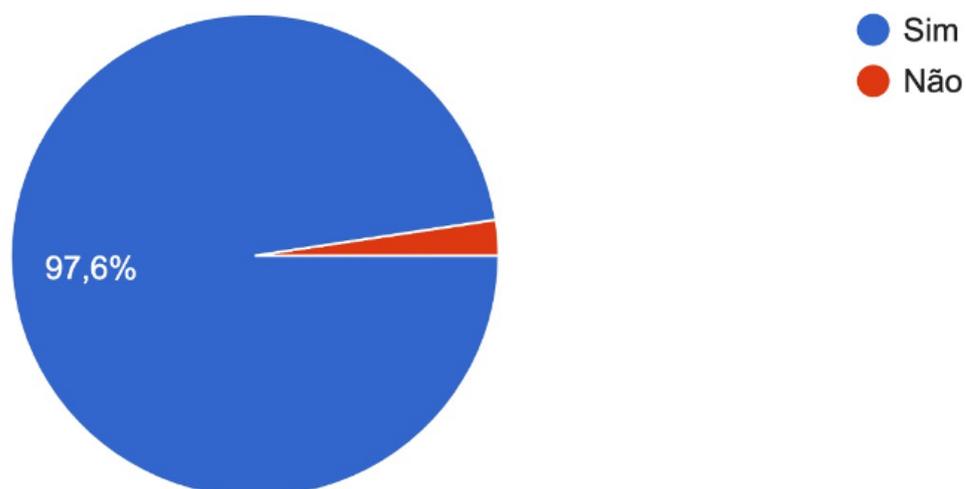
Com relação ao objetivo das melhorias propostas, foi perguntado qual a sua intencionalidade, se eram melhorias pontuais, mais voltadas em solucionar problemas da unidade habitacional ou se eram melhorias mais abrangentes, relacionadas ao contexto sócio-econômico e político. Dentre as respostas, 21 pessoas responderam que as melhorias eram mais pontuais, 20 afirmaram que foram referentes à melhorias abrangentes com foco na coletividade, requalificação do espaço e em projetos institucionais e 1 pessoa disse que não houve intervenção. Entre as intervenções pontuais e abrangentes há um certo equilíbrio, entretanto, quando ocorre uma alteração projetual mais direcionada pra moradia, em resolver soluções menores, mais rápidas, há uma caracterização de assistência e não de assessoria técnica.

Sobre a adoção de práticas de incentivo à ação social além da intervenção técnica, 33 pessoas afirmaram que não ocorreram nenhum tipo de ato social, 7 pessoas responderam que houve e essas ações foram referente ao dia das crianças, momentos de lazer, dinâmicas, doação de brinquedos e lanches e 2 pessoas afirmaram não lembram se ocorreu ou não algo relacionado à ação social. Esses dados permitem a reflexão sobre a adesão de mais medidas interativas além da entrega do projeto.

Quanto à percepção da missão dos projetos interdisciplinares de garantir e promover os direitos essenciais dos cidadãos, como o direito à moradia e à cidade, percebeu-se que 97,6% das pessoas responderam que sim e apenas 2,4% afirmou

que não. O resultado quase unânime de colaboração em prol dos direitos básicos é bem satisfatório e deve ser prevaído em todos os projetos.

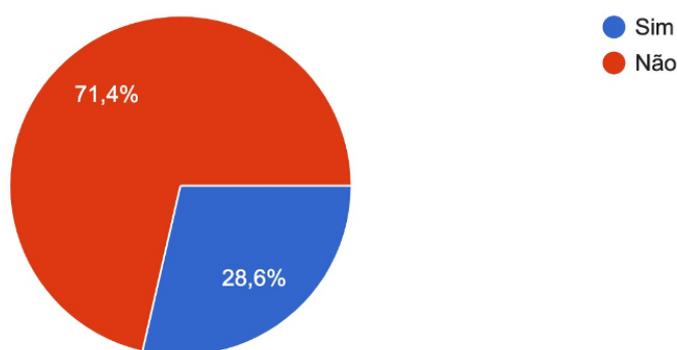
Figura 22 – Promoção dos direitos básicos dos cidadãos



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Sobre a prática de mutirão, outra característica fundamental da assessoria técnica, foi perguntado se houve a intenção de realizá-lo com base na autoconstrução, assim, 71,4% das pessoas responderam que não e 28,6% responderam que houve a intenção. O resultado não é satisfatório no que diz respeito aos parâmetros da assessoria técnica, entretanto, ainda que pequeno, o percentual que afirmou o incentivo é algo positivo, por permitir perceber que um dos principais pontos da assessoria já está sendo trabalhado, independente de já existir algum tipo de conhecimento sobre o tema ou não. O mutirão é um ato colaborativo que só tem a agregar e enriquecer as relações e experiências dentro dos projetos e da comunidade.

Figura 23 – Incentivo à prática do mutirão na comunidade



Fonte – Elaborado pela autora (2020)

Ao fim do questionário, há uma pergunta considerada pertinente e relacionada ao tema da pesquisa, refere-se sobre a adesão de mais práticas sociais efetivas no curso de arquitetura e urbanismo, não limitando-se apenas aos projetos interdisciplinares, 40 pessoas responderam afirmativas variadas porém positivas, 1 disse que não acha importante e 1 pessoa afirmou que só a realização dos interdisciplinares já são suficientes. O resultado favorável à atribuição de mais atividades sociais é interessante pois o curso de arquitetura tem uma formação social muito forte e precisa ser trabalhada todas as vertentes de atuação, não somente às áreas aplicadas em sala de aula.

#### 4.4 Proposta de diretrizes para ampliação dos Projetos Interdisciplinares perante o olhar da Assessoria Técnica

Com base no que foi proposto como objetivo principal nesta pesquisa, o comparativo entre as atividades interdisciplinares relacionadas com a assistência x assessoria técnica, juntamente com os resultados obtidos por meio do questionário, conduziram à proposta de diretrizes que buscam a efetivação da metodologia interdisciplinar por meio da implementação a partir dos princípios da assessoria técnica. Para a elaboração de tais parâmetros, atentou-se à opinião dos usuários ( professores e estudantes) que já participaram de alguns dos projetos avaliados neste trabalho. Dessa forma, considera-se:

- Investir na inserção da Assessoria Técnica na questão habitacional: A reconstrução da pauta na discussão sobre políticas habitacionais e públicas através da assessoria técnica, tende a amparar a população de baixa renda, que sofre bastante com problemas de moradias, espaços e condições precárias, reintegrando e enfatizando mais ainda essa abordagem em ambiente acadêmico. Os trabalhos analisados, tiveram maior parte das suas ações voltadas às práticas da Assistência Técnica,

porém, o projeto referente ao Residencial Zumbi dos Palmares (2018.1) apresentou mais características de assessoria, o que já é muito válido na evolução dos processos metodológicos;

- Para implementação da pauta da Assessoria Técnica em meio acadêmico é necessário atribuir ao corpo docente da instituição, a qualificação fundamental para que os professores se tornem mais capazes de dedicar-se à causa e conseguir direcionar o alunos ao trabalho que será feito. Muitas pessoas ainda não tem tanto conhecimento no âmbito da assessoria técnica, então, é preciso investir primeiramente na capacitação docente e em continuidade, ser repassada aos alunos;

- Desenvolver cada vez mais a prática de maior aproximação possível para com a comunidade, ela é essencial para a aplicação e elaboração dos projetos que serão propostos como melhoria aos moradores, é a partir desse contato que é feita a melhor análise e criação de solução para os beneficiários;

- Em continuidade ao assunto de aproximação, é muito importante que a equipe técnica crie vínculos com os moradores, para que as pessoas se sintam acolhidas e ajudadas ao trabalho que está sendo feito, as visitas, reuniões, acompanhamentos e conversas não devem ser realizadas apenas no primeiro contato e sim durante todo o desenvolvimento da atividade, como costuma ocorrer em qualquer projeto arquitetônico;

- Buscar promover autonomia entre os moradores para que estes tenham entendimento e aumentem a percepção sobre estruturação de coletivos, formação e fortalecimento dos “agentes da própria causa”, ações voltadas à emancipação cidadã, além de assegurar a cidadania, o direito à cidade e à moradia aos beneficiários;

- Prevaler a essência da horizontalidade entre técnicos e moradores, ao contrário do que ocorre na assistência técnica, onde predomina a verticalidade, uma hierarquia onde ao topo está arquitetos, urbanistas e engenheiros e na base a comunidade, totalmente dependente do serviço técnico que lhes serão conferidos. A participação da comunidade é fundamental no processo colaborativo da assessoria técnica e precisa ser significativo para que os próprios beneficiário se sintam abraçados pela causa, desenvolvendo a ideia do “trabalhar com o outro” e não “para o outro”;

- Como meio de promover maior interação com a comunidade local, buscar desenvolver atividades de capacitação técnica no próprio bairro entre os moradores e a equipe acadêmica, é sempre válido a troca de conhecimento e instruir as pessoas sobre coisas básicas ensinadas na sala de aula, como a orientação solar, melhor posicionamento da construção dentro do lote, distribuição de cômodos, até funções mais específicas como os sistemas e técnicas construtivas, materiais econômicos e acessíveis que podem ser facilmente utilizado pela própria população, técnicas corretas de acabamentos, pinturas, instalações, entre várias outras atividades.

Entretanto, sabe-se que os projetos interdisciplinares são feitos dentro de um semestre, então, por questões de logísticas, plano de ensino acadêmico, dia a dia dos moradores, outras demandas dos alunos e professores, recomenda-se desenvolver sistemas de mini cursos, de duas à quatro semanas ou encontros semanais, de modo que essa capacitação ocorra paralelamente às atividades já pré-definidas para que não haja conflitos durante o desenvolvimento do projeto. A ideia é passar noções de conhecimentos e práticas, porém sem grande aprofundamento devido à carga horária do trabalho.

- Além de proporcionar o compartilhamento de conhecimentos mais técnicos, outra forma de interagir e criar maiores laços com a comunidade é através da realização de ações sociais, perceber que a contruibuição não deve ser apenas um projeto já pré-estabelecido, mas olhar além e buscar colaborar de outras formas também, seja na doação de alimentos, brinquedos, roupas, materiais ou qualquer outra coisa que irá agregar bastante a comunidade em questão;

- Solucionar melhorias pontuais é muito característico da assistência técnica, como o intuito dessa pesquisa é atribuir foco na assessoria técnica, recomenda-se a percepção de um olhar mais abrangente, que vá além de um conjunto de paredes, cômodos e teto, mas que envolva também questões fundiárias, regularização, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, busque articulações à outros aspectos fundamnetais ao cidadão como um serviço de transporte, educação, saúde, lazer, cultura, trabalho, entre outros aspectos relacionados à políticas públicas e o contexto sócio-econômico;

- Não deve-se romantizar a ideia do processo de mutirão autoconstruído, pois ele demanda muito tempo e requer muito esforço, dedicação e atenção . Nem sempre a ideia do processo autogerido será bem aceita pela comunidade, por isso, ressalta-se a importância do contato com a comunidade ao longo do projeto.

Não é viável propor algo que não será executado da forma que foi pensada pela equipe técnica. Mutirão demanda muito tempo de trabalho, tempo esse que talvez os moradores nao tenham, devido suas rotinas particulares, ou os alunos e professores não têm condições de estarem presentes ao longo de todo o processo devido à outros trabalhos do curso.

- Dessa forma, recomenda-se que esse tipo de trabalho seja ajustado entre colaboradores e comunidade, para que assim seja definido qual a melhor forma de execução das propostas de intervenções. Em caso de não ser possível a ação do mutirão, sugere-se a participação colaborativa do poder público, ou parcerias entre fornecedores, armazéns de construção para que seja oferecido recurso financeiro ou doação de materiais ou até mesmo mão-de-obra que venha a executar os projetos e tirar cada sonho do papel;

- Além de desempenhar todas essas orientações, recomenda-se também o incentivo ao investimento no ensino de extensão, de modo que este consiga suprir e dar continuidade às demandas que um projeto interdisciplinar feito em período curto não conseguiu atender. Atualmente, existe inúmeros escritórios modelos que atuam especificamente com ATHIS ( Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social), dessa forma, os projetos interdisciplinares e o escritório modelo trabalhariam juntos, em prol da formação de técnicos e profissionais com visão crítica sobre a realidade existente, as demandas que ela possui e total aptidão para lidar com a realidade de grande parte da população, além de se tornar cidadãos conscientes e que colaboram com a sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu em meio a uma inquietação diante da necessidade de inserir a pauta da assessoria técnica no contexto atual de discussão e práticas relacionadas ao ensino de arquitetura e urbanismo. Arelada a essa questão, buscou discutir também o incentivo à realização de atividades de ensino e extensão dos projetos interdisciplinares à assessoria técnica.

Para a organização estrutural da pesquisa, iniciou-se a abordagem teórica discutindo à modo breve sobre o processo de urbanização das cidades brasileiras a partir de 1890, como os espaços urbanos e rurais foram configurados para receber a grande demanda populacional e como essa sequência de impactos refletiram fortemente na questão habitacional.

Diversos problemas foram gerados e influenciaram diretamente na população de baixa renda. As cidades se expandiram cada vez mais, deixando poucas opções e espaços para a moradia popular, lugares insalubres, inadequados que comprometem a segurança e a saúde dos moradores.

Em meio ao problema da moradia, surgiu a pauta da assessoria técnica, um movimento datado desde a década de 70, intimamente ligado às causas sociais e emancipatórias da população. Grupos formados por pessoas de diversas áreas, sem vínculos com o governo e que buscavam atribuir qualidade de vida às famílias de baixa renda.

Com o passar dos anos, a assessoria técnica foi se expandindo, porém em meados dos anos 2000, surgiu os primeiros indícios de uma prática semelhante à assessoria: a assistência Técnica. Entretanto, a assistência está mais relacionada à um instrumento político definido sob a Lei 11.888/08, trata-se de aspectos menos abrangente e mais pontuais do que as atividades exercidas na assessoria técnica.

Por se tratar de práticas mais amplas, as assessorias técnicas são mais positivas pelo ponto de vista da arquitetura e portanto mais necessárias desde os primeiros contatos com o curso.

Dessa forma, foi apresentada a assessoria técnica como um instrumento muito importante no auxílio da questão habitacional, um problema enfrentados pela maioria da população, bastante decorrente e ainda sem solução, mas que encontra através dessa prática uma perspectiva de melhor futuro para as moradas.

Tendo em vista a abordagem da assessoria técnica, este trabalho, buscou estabelecer uma relação entre a prática e a metodologia interdisciplinar desenvolvida na instituição UNDB, esta possui um caráter mediador de grande relevância entre o

meio acadêmico e à realidade que grande parte da população ludovicense enfrenta.

A partir da intenção de associar a assessoria técnica com os projetos interdisciplinares já feitos na instituição, buscou-se analisar os projetos que já foram feitos, de modo a perceber com que prática eles estão mais relacionados. Através dessa análise, observou-se que os projetos realizados em comunidades estão mais associados à assistência técnica, algo distinto da assessoria e que não possui o foco da pesquisa.

Como meio de atrair o interdisciplinar à forma projetual que consiste a assessoria, era necessário descobrir qual a percepção dos usuários sobre a dinâmica de como se deu o processo participativo em cada um deles, para isso, foi elaborado um questionário voltado para professores e estudantes, com perguntas que culminavam na compreensão de cada um desses trabalhos.

De acordo com o questionário, os participantes se indenticaram com as práticas da assessoria técnica , alguns aspectos precisam ser melhorados e mais praticados. Aspectos esses que juntamente com a análise dos projetos, resultaram em diretrizes que propõe tornar os projetos interdisciplinares ainda melhores do ponto de vista da assessoria técnica e contribuirão bastante na capacitação técnica dos alunos que participarem dessa experiencia .

Por fim, é válido ressaltar que esta pesquisa não buscou impor soluções aos trabalhos acadêmicos realizados na instituição ou tampouco definir o que é certo ou errado na metodologia aplicada ao longo dos anos, mas procurou despertar o olhar para as experiências das assessorias técnicas e após apresentar a imensidão de possibilidades que ela possui, propor meios que a tornem mais amplas e próximas dos interdisciplinares.

## REFERÊNCIAS

- ATHIS. 2020. <<https://www.athis.org.br/assessorias-tecnicas/>>. Accessed: 2020-05-10. Citado 2 vezes nas páginas 29 e 30.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. iv enanparq: Encontro da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em arquitetura e urbanismo. **Porto Alegre**, v. 25, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 35 e 37.
- BALTHAZAR, Renata Davi Silva. **A permanência da Autoconstrução: um estudo de sua prática no Município de Vargem Grande Paulista**. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 12 e 23.
- BÖHM, Thais. Minha casa minha vida não reduziu deficit habitacional, afirma estudo. 2018. Citado na página 12.
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no brasil: arquitetura moderna. **Lei do**, 1998. Citado 2 vezes nas páginas 20 e 28.
- BRASIL, Constituição. Brasil. constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado**, 1988. Citado 4 vezes nas páginas 18, 30, 31 e 32.
- CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência a assessoria técnica: entre o discurso e a prática. **Anais**, 2019. Citado na página 34.
- DEMARTINI, Juliana. Assessoria técnica para o habitar popular moradia digna e assistência técnica: Como estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando?). 2016. Citado 6 vezes nas páginas 34, 35, 37, 38, 39 e 40.
- DEMARTINI, Juliana. **ASSESSORIA TÉCNICA PARA O HABITAR POPULAR MORADIA DIGNA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: COMO ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO ESTÃO AVANÇANDO?** Tese (Doutorado) — Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Citado na página 36.
- DEWEY, Jonh. Escola e democracia: Vozes. 1973. Citado na página 48.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. [S.l.]: Edições Loyola, 2002. v. 4. Citado 2 vezes nas páginas 44 e 46.
- FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. O entendimento da interdisciplinaridade no cotidiano. **Colóquio do Programa de Mestrado em Letras da UNIOESTE. Cascavel**, 2005. Citado 3 vezes nas páginas 42, 44 e 45.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. 2009. Citado na página 43.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho; trad. **Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed**, 1998. Citado na página 47.

IAB. Manual para a implantação da assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para projeto e construção de habitação de interesse social. 2010. Citado na página 32.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. **Accessado em: 2020-07-01**, v. 2, 2015. Citado na página 12.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. [S.l.]: Imago editora, 1976. Citado 3 vezes nas páginas 43, 44 e 45.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 2, 2018. Citado na página 33.

LEITE, Lucia Helena Alvarez; MENDES, Verônica. Os projetos de trabalho: Um espaço para viver a diversidade e a democracia na escola. **Revista de Educação, Porto Alegre: Projeto, ano**, v. 3, p. 25–29. Citado na página 46.

LOPES, João Marcos de Almeida. Sobre arquitetos e sem-tetos: técnicas e arquitetura como prática política. 2011. Citado na página 25.

LOURENÇO, C; RIBEIRO, S. História e pedagogia: a influência da bauhaus para o ensino do design. **Encuentro**, p. 1–4, 2007. Citado na página 42.

MARICATO, Erminia. Metrópole na periferia do capitalismo. ilegalidade, desigualdade e violência. **Capital & Class**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 23, n. 3, p. 182–185, 1999. Citado na página 12.

MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. **Habitação e cidade**. [S.l.]: Atual, 1997. 13 p. Citado 2 vezes nas páginas 16 e 17.

MARTINS, Djanine Dolovet; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima. A busca da interdisciplinaridade nas disciplinas de projeto arquitetônico no curso de graduação em arquitetura e urbanismo. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p. 1352–1371, 2016. Citado 7 vezes nas páginas 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Interdisciplinaridade. **São Paulo: Érica**, 1998. Citado na página 44.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. Assessorias técnicas: trajetória e destinos entre o mercado eo estado. **Oculum Ensaios**, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, n. 6, p. 88–99, 2006. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 24.

ROLNIK, Raquel. **Arquitetura: direito de todos**. 2015. Accessed: 2020-07-01. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/assessoria-tecnica/>). Citado na página 13.

RONCONI, Reginaldo. Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o programa funaps comunitário. **São Carlos: EESC-USP**, 1995. Citado na página 27.

SCHOSSLER, Daniela Cristina. **Projetos interdisciplinares visando à formação de alunos pesquisadores**. Dissertação (Mestrado), 2013. Citado na página 42.

UNDB. **Centro Universitário Unidade de Ensino Superior - Dom Bosco**. 2016. Citado na página 49.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. **Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização**. 2016. Citado na página 18.

VILAÇA, Ícaro. **Os primeiros mutirões autogeridos e a constituição das assessorias técnicas**. 2016. Disponível em: <http://www.ct-escoladacidade.org/contraconduas/editorias/trabalho-e-arquitetura/os-primeiros-mutiroes-autogeridos-e-a-constituicao-das-assessorias-tecnicas/#easy-footnote-bottom-9>). Citado 3 vezes nas páginas 24, 25 e 26.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. [S.l.]: Global Editora, 1986. v. 16. Citado 6 vezes nas páginas 18, 19, 20, 21, 22 e 28.

## **Apêndices**

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE SOBRE A DINÂMICA E PARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS INTERDISCIPLINARES REALIZADOS



**Pesquisa: Uma proposta de diretrizes às práticas projetuais voltadas para o aprendizado interdisciplinar da UNDB**

**Formulário: Pertencente à responsável pela pesquisa**

**Curso: Arquitetura e Urbanismo ( UNDB)**

**Orientador: Prof. Me. Raoni Muniz Pinto**

**Trabalho de Conclusão de Curso: Juliana Araujo Frazão - graduanda em Arquitetura e Urbanismo**

Oi, tudo bem? Esse questionário foi desenvolvido como parte de uma pesquisa voltada para estudantes e professores do curso de arquitetura e urbanismo da UNDB, cujo o intuito é compreender como são feitas as atividades e os processos participativos nos projetos realizados. Esta pesquisa possui caráter estritamente acadêmico, os dados coletados serão mantidos em sigilo e usados somente na aplicação do Trabalho de Conclusão de Curso, desde já agradeço a sua contribuição!

1. Você é estudante ou professor (a)?

Estudante

Professor (a)

2. Qual projeto interdisciplinar você participou?

P.I - Portelinha (2015.2)

P.I - Renascença (2016.1)

P.I - Cidade Olímpica (2016.2)

P.I - Divineia (2017.1)

P.I - RMGSL - Resíduos Sólidos (2017.2)

P.I - Zumbi dos Palmares (2018.1)

P.I - Zumbi dos Palmares - Melhorias Habitacionais (2018.2)

P.I - Zumbi dos Palmares - Requalificação da quadra 09 (2018.2)

P.I - Aterro do Bacanga (2019.1)

( ) P.I - Raposa (2019.2)

3. Durante a execução do projeto interdisciplinar, você se sentiu trabalhando diretamente com os beneficiários da proposta?

( ) Sim

( ) Não

4. Você teve a oportunidade de conversar com a população?

( ) Sim

( ) Não

5. Em que etapa de desenvolvimento do projeto ocorreram essas conversas?

( ) Somente no primeiro contato - visita inicial

( ) Ao longo das etapas de apresentação

( ) Durante todo o desenvolvimento do projeto

6. No projeto você percebeu a ideia do coletivo, onde os beneficiários se tornaram os agentes da própria causa, assumindo assim o papel principal no projeto?

( ) Sim

( ) Não

7. De que maneira você classifica a participação da população nas suas decisões projetuais?

( ) Fundamental

( ) Irrelevante

8. No desenvolvimento do projeto ocorreu alguma prática de capacitação técnica entre professores, alunos e comunidade?

( ) Sim

( ) Não

9. Com relação as melhorias propostas, quem teria a intenção de executá-las?

( ) A própria comunidade

( ) O poder público

( ) Sem expectativas de serem executadas

10. As intervenções feitas ao longo do projeto interdisciplinar que você participou, focaram em melhorias pontuais (unidade habitacional) ou mais abrangentes (no que diz respeito ao contexto social, político, econômico, etc.)?

11. Houve alguma prática de ação social além de intervenção técnica? Se sim, qual?

12. Você entende que de alguma forma o projeto interdisciplinar que você participou buscou assegurar a cidadania, o direito à cidade e à moradia aos beneficiários?

Sim

Não

13. Na aplicação do projeto, houve incentivo à prática de mutirão com base na autoconstrução para a comunidade?

Sim

Não

14. Você considera importante a efetivação de mais práticas sociais no curso de arquitetura e urbanismo da UNDB?

## **Anexos**

## **ANEXO A – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - PORTELINHA (2015.2)**

### **1. INFORMAÇÕES SOBRE AS DISCIPLINAS**

Disciplina: Projeto de Arquitetura: Habitação Antropologia da Casa Estudo das Cidades

Professores: Fabiana Aquino/ Marcio Smith/ Marcio Rodrigo (Responsável)/ José Antônio

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Período: 3º

### **2. OBJETIVOS**

I. Conhecer os diferentes modos de morar, compreendendo a relação existente entre cultura e arquitetura;

II. Desenvolver a habilidade de análise dos diferentes significados da casa ou do habitat como cenário da vida;

III. Compreender a necessidade de sentir-se seguro e tranquilo na moradia em contexto de violência e insegurança urbana;

IV. Desenvolver o senso crítico e julgamento de ideias relacionadas às políticas públicas de moradia;

V. Conhecer, no planejamento, os aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas, individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;

VI. Tipologia de edificações populares de baixo custo, seus materiais e sistemas construtivos.

### **PROJETO: OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS EM ÁREAS DE RISCO**

Com o advento da Ponte José Sarney, popularmente chamada de Ponte do São Francisco em meados de 1980, São Luís teve o seu crescimento direcionado para além do estuário do Rio Anil. Criou-se um dos nossos grandes eixos viários, a AV. Marechal Castelo Branco, surgindo assim os bairros residenciais de classe média e média alta do São Francisco, Basa e Jardim Renascença, com tipologias de habitações unifamiliares, térreas e de dois pavimentos dispostas em quadras de malha ortogonal. Surge com isso uma grande procura de habitações e investimentos nestas áreas, ocasionando com isso um adensamento de médio e curto prazo. Essa prosperidade urbana logo trouxe também suas consequências diretas: geração de empregos, crescimento populacional, adensamento, ocupações espontâneas e, posteriormente, falta de infraestrutura,

segurança e salubridade.

A classe média e média alta demandam e geram empregos diretos, principalmente dentro de suas próprias habitações, como por exemplo, atividades doméstica, caseiras, pequenos consertos e afins. Esses empregos, em sua grande maioria, são ocupados por trabalhadores que não possuem condições financeiras para transporte, saúde, alimentação e moradia de forma digna, conseqüentemente buscam se instalar em locais próximos aos seus trabalhos, negligenciando até mesmo condições mínimas de segurança e qualidade de vida. Assim nasceram as invasões ou ocupações espontâneas na área da Ilhinha. Este é sem dúvida um dos maiores problemas, não apenas desta localidade, mas sim das cidades. A formação de uma invasão implica o aumento da violência dos bairros em detrimento do conceito de propriedade particular, além da desvalorização imobiliária devido a criação de uma vizinhança indesejada e bem distinta tanto dos hábitos, costumes, às vezes, cultura e, o mais evidente a renda.

A Ilhinha, conjunto de ocupações espontâneas geradas pelo aglomerado urbano dos bairros do São Francisco e Renascença, não foi diferente. A comunidade da área denominada Portelinha, caracterizada por habitações parte tipo palafitas e parte alvenaria de tijolo cerâmico, em um terreno de beira de estuário do Rio Anil com fortes correntes marítimas e piso de lama preta altamente instável, hoje convive com uma situação de despejo e reassentamento dos seus moradores. Esse problema deve ser estudado por diferentes óticas.

Há alguns que defendam que as palafitas, naquele local em específico, cria uma poluição visual urbana, ou seja, agride um dos mais belos cartões postais de São Luís (vista da Ponta do São Francisco para o Centro Histórico) e devem ser remanejados para outro local. Também, por ser uma invasão, estes populares sequer possuem direitos àquela terra, pois é um patrimônio de todos. Essa foi a opinião dos moradores do Bairro do Renascença, São Francisco e Basa, que alegam problemas principalmente de segurança e salubridade.

Outros, levam em consideração a imagem da família e sua desapropriação e a desumanidade em relação ao seu remanejamento de uma área onde estas já possuem raízes e onde tiram todo o seu sustento segundo a SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos).

A desocupação da área por parte da PREFEITURA para a criação de uma área de vivência para a população de entorno direto e indireto dos bairros, já é uma certeza. Porém não foi resolvido o que fazer com as famílias moradoras desta localidade da Portelinha, Ponta do São Francisco.

Assim, a PREFEITURA se sente pressionada para dar uma solução para este remanejamento e não sabe como agir ao certo. Você futuro profissional de arquitetura

e urbanismo, como vislumbra a solução para esse debate?

**4. PROBLEMA** Questão principal: Como solucionar a atuação situação das famílias que moram na área da Portelinha, Ponta do São Francisco, bairro da Ilhinha, de forma digna dentro do perímetro urbano da Cidade de São Luís.

## **ANEXO B – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - RENASCENÇA (2016.1)**

### **1. DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Disciplinas: Antropologia e Sociologia Urbana, Desenho Universal, Metodologia do Projeto de Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional.

Professores: Marcio Rodrigo, Raissa Muniz, Patrícia Martins e Márcio Jansen.

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Período: 7º

### **2. OBJETIVOS**

I. Analisar e operacionalizar métodos e técnicas de pesquisa para o desenvolvimento dos estudos sociais no meio urbano.

II. Conhecer os aspectos antropológicos e sociológicos relevantes para as necessidades individuais e coletivas quanto ao ambiente construído.

III. Analisar equipamentos e mobiliários urbanos em áreas do entorno direto e indireto da Av. Cel. Colares Moreira.

IV. Planejar o desenvolvimento urbano para via primária da cidade e seu entorno direto e indireto.

V. Promover a acessibilidade universal em áreas do entorno direto e indireto da Av. Cel. Colares Moreira.

VI. Estudar os impactos sociais, econômicos, ambientais e de infraestrutura de uma intervenção urbanística no âmbito do bairro.

### **3. PROJETO: ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: ENTORNO DIRETO E INDIRETO DA AVENIDA CEL. COLARES MOREIRA, RENASCENÇA, SÃO LUÍS – MA.**

O Renascença é um bairro localizado na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, e é composto pelo Renascença I e II. Sua origem está relacionada com o projeto de expansão urbana de São Luís, elaborado por Ruy de Mesquita no ano de 1958, que teve como eixo estruturante a Ponte do São Francisco e as Avenidas Marechal Castelo Branco e Colares Moreira. Esse plano tinha como princípio instituir a ocupação da orla marítima, que se tornava um atrativo para o mercado imobiliário da época. A implantação do primeiro “shopping center” de São Luís no Renascença e as transformações resultantes na legislação urbana contribuíram para a consolidação do bairro.

Uma das peculiaridades do Renascença I são as suas áreas verdes, compostas em grande parte pelos manguezais, que margeavam os igarapés do Rio Anil, e basicamente é composto por residências unifamiliares, prédios residenciais e comerciais. O Renascença II, se destaca pela grande concentração de prédios residenciais e comerciais, e atividades diversas, tais como: shopping center e instituições de ensino. No seu entorno temos uma Unidade de Conservação, conhecida como Lagoa da Jansen, que passou por um processo de urbanização, oferecendo atividades de lazer para parte da população de São Luís.

Recentemente, o Poder Público realizou uma série de intervenções para a melhoria do trânsito na região, incluindo a implantação de retornos de quadras, alterações geométricas, reordenamento de estacionamentos, a sinalização de uma faixa preferencial para ônibus na Avenida Colares Moreira. Essa Avenida é de extrema importância para o desenvolvimento de atividades diárias de parte da população, pois liga as Avenidas dos Holandeses e Jerônimo de Albuquerque para o Centro da Cidade. Além disso, a concentração de serviços e atividades econômicas na região é um fator primordial para o planejamento urbano da cidade de São Luís.

A Avenida Colares Moreira possui uma extensão de 5,9 km, e está compreendida entre o Elevado do Trabalhador e o Retorno do São Francisco, sendo assim facilmente divisível em 04 trechos:

Trecho 01: Entorno direto e indireto de trecho demarcado da rotatória do São Marcos ao Marcus Center, incluindo parte da Avenida Jerônimo de Albuquerque (até o elevado do trabalhador) Trecho 02: Entorno direto e indireto de trecho demarcado do Marcus Center à Avenida Mário Meirelles (Renascença II) Trecho 03: Entorno direto e indireto de trecho demarcado da Avenida Mário Meirelles à Avenida Grande Oriente. (Renascença I)

#### **4. PROBLEMA**

Quais os impactos de uma intervenção urbana no entorno direto e indireto de grande eixo de circulação poderia trazer para a cidade?

## **ANEXO C – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - CIDADE OLÍMPICA (2016.2)**

### **1. DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 3º

Disciplinas: Antropologia da Casa, Estudo das Cidades, Metodologia do Projeto de Interiores e Mobiliário, Projeto de Arquitetura: Habitação e Técnicas Avançadas de Informática.

Professores: Marcio Rodrigo, José Antônio, Caroline Pedraça, Andreia Camara, Fabiana Moraes Rêgo e Raoni Muniz.

### **2.TEMA**

Habitação e Autoconstrução: um modelo de unidade habitacional social para a autoconstrução em comunidades carentes da cidade de São Luís – MA.

### **3.OBJETIVOS**

- Elaborar uma proposta arquitetônica de unidade habitacional de interesse social;
- Realizar a análise do entorno e das condições de habitabilidade, a partir do conceito de moradia digna;
- Identificar como os padrões comportamentais dos moradores são refletidos na habitação;
- Proporcionar o debate da autoconstrução em comunidades carentes no meio acadêmico;
- Propor a utilização de novos materiais e sistemas construtivos na autoconstrução;

### **4. JUSTIFICATIVA**

A autoconstrução pode ser definida como “processo de construção da casa (própria ou não) por seus moradores que podem ser auxiliados por parentes, amigos, vizinhos ou por profissional remunerado” (MARICATO, 1982, p. 74). Nesse sentido, ela não é apenas uma preferência dos moradores, mas sim uma alternativa para o problema da moradia, resultante do cenário socioeconômico do Brasil.

O Ministério das Cidades (2008) aponta que o déficit habitacional brasileiro é estimado em 6,3 milhões de domicílios, considerando que o qualitativo chega a 10,5 milhões, ou seja, além das famílias que não possuem uma casa, uma grande parte habita locais inadequados para a sua sobrevivência.

A autoconstrução, por seu caráter colaborativo, pode promover uma sociabi-

lidade saudável e que fortaleça os laços comunitários entre famílias moradoras de assentamentos precários. Apresenta-se, portanto, como uma alternativa à construção de grandes conjuntos habitacionais, privilegiando a reabilitação de espaços urbanos densamente ocupados, sem a necessidade de reassentamentos e a consequente quebra dos vínculos comunitários entre as famílias.

O trabalho técnico especializado da arquitetura e do urbanismo contribui para aumentar a produtividade e eficiência dos processos da construção civil, tendo em vista que a racionalização da construção garante o acesso a uma moradia com estrutura física segura e seguindo princípios bioclimáticos da sua região. Ao adotar uma abordagem que garanta a adequação da construção ao seu meio socioeconômico e cultural, com a utilização de materiais acessíveis e de fácil manuseio, o projeto pode proporcionar uma economia de gastos às famílias e minimizar os impactos ambientais em assentamentos precários. Assim, uma equipe especializada com funções técnicas e sociais deve fazer parte do processo da autoconstrução, para minimizar os impactos no crescimento urbano, contribuindo para a consolidação de uma cidade formal.

Por fim, o projeto arquitetônico de uma edificação permite que o morador possa prever o resultado do partido arquitetônico da sua edificação e os custos envolvidos na sua execução, pois com um orçamento prévio pode-se ter um maior controle na gestão e gastos financeiros de uma obra.

## **5.PROBLEMA PRINCIPAL**

Como seria um modelo adequado de habitação para comunidades carentes com foco na autoconstrução?

## **ANEXO D – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - DIVINEIA (2017.1)**

### **1.DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 3º

Disciplinas: Antropologia da Casa, Estudo das Cidades, Metodologia do Projeto de Interiores e Mobiliário, Projeto de Arquitetura: Habitação e Técnicas Avançadas de Informática.

Professores: Marcio Rodrigo, José Antônio, Andreia Camara, Fabiana Moraes Rêgo e Raoni Muniz.

### **2.TEMA**

Espaço público e convivência comunitária: requalificação da Feira da Divinéia.

### **3.OBJETIVOS**

- Elaborar uma proposta de reorganização da Feira da Divinéia, utilizando instrumentos do urbanismo tático;
- Realizar a análise do entorno e das condições de utilização dos espaços públicos, a partir do conceito de “espaço cívico”;
- Identificar como os padrões comportamentais de feirantes e moradores são refletidos no espaço urbano;
- Identificar as demandas e carências por serviços e infraestrutura na região;
- Proporcionar o debate sobre a gestão empreendedora em comunidades carentes no meio acadêmico;
- Propor a utilização de novos materiais e sistemas construtivos nas estruturas da feira (barracas, banheiros públicos, et.);
- Proporcionar o debate da padronização/individualização nos elementos do espaço construído e mobiliário urbano.

### **4.JUSTIFICATIVA**

Localizado na periferia de São Luís, junto aos bairros de Vila Luisão e Sol e Mar, o bairro da Divinéia surgiu da ocupação espontânea da área por moradores de assentamentos vizinhos. Há uma forte relação de complementaridade entre estes três assentamentos, com o uso compartilhado de bens e serviços, pelos moradores.

Ocupado de forma irregular, o bairro assumiu características de assentamento precário, carente de infraestrutura de saneamento e serviços públicos, apresentando altos índices de criminalidade e informalidade nas relações econômicas e sociais. Por

outro lado, a área é valorizada em função da proximidade com a área “nobre” das praias do Olho d’Água e Araçagi, exploradas pelo mercado imobiliário local, e pelo acesso por Corredores Primários importantes, como a Avenida dos Holandeses e a Avenida São Luís Rei de França.

De acordo com a Lei nº 3.253/1992, o bairro localiza-se na Zona Residencial - ZR6, mas a maioria dos imóveis encontra-se fora dos padrões estabelecidos para a Zona. Também o sistema viário e as atividades econômicas instaladas no bairro fogem aos padrões legais estabelecidos, como exemplifica a instalação da feira do bairro, localizada na Avenida Brasil, interferindo diretamente no acesso e no tráfego de veículos e pessoas em uma grande área do bairro.

Segundo o Plano Diretor de São Luís (Lei nº 4.669/2006), a Divinéia está inserida na Macrozona de Qualificação, pois é: “habitada, predominantemente, por população de baixa renda e baixo nível de escolaridade, com grande concentração de assentamentos espontâneos, que apresentam infraestrutura básica incompleta e deficiência de equipamentos e serviços urbanos, necessitando de investimentos públicos para fins de regularização fundiária, implantação de programas de habitação popular e equipamentos públicos que melhorem a qualidade de vida dos moradores” (Lei nº 4.669/2006).

A Feira da Divinéia consiste em uma prática tradicional do comércio ambulante no bairro, instalada de forma improvisada na Avenida Brasil e atende aos bairros vizinhos de Olho d’Água, Sol e Mar, Jardim Atlântico, Conjunto Habitacional Turu, Chácara Brasil, Vivendas do Turu, Planalto Turu II, Santa Rosa, além de assentamentos e bairros do município de São José de Ribamar. Na feira, constata-se a venda de produtos diversos, inclusive alimentícios, sem as mínimas condições de salubridade e conforto, acarretando ainda graves conflitos com o trânsito de veículos (inclusive ônibus) e com moradores da área, que têm seus acessos prejudicados.

Ao adotar uma abordagem que garanta a adequação das atividades da feira da Divinéia ao seu meio socioeconômico e cultural, com a utilização de técnicas simples, materiais acessíveis e de fácil manuseio, o projeto de urbanismo tático pode proporcionar uma economia de gastos aos feirantes, com melhoria dos rendimentos, e maior conforto às famílias moradoras da região, proporcionando um espaço adequado para compras, além de possibilitar outras formas de uso do espaço público como espaço cívico, no qual os cidadãos possam atuar de forma ativa.

O urbanismo tático se propõe a atacar os problemas da cidade com ações rápidas e facilmente executáveis, em intervenções que são reversíveis, mas que mostram a possibilidade de mudança de longo prazo. O projeto interdisciplinar, portanto, propõe a discussão e elaboração de um Plano de Intervenções Táticas que indique soluções para problemas concretos da área e possa ser implementado pela própria

comunidade.

### **5.PROBLEMA PRINCIPAL**

Questão principal: Como organizar a Feira da Divinéia de modo a garantir o acesso e o uso proativo do espaço público por toda a comunidade?

## **ANEXO E – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - RESÍDUOS SÓLIDOS (2017.2)**

### **1.DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 8º

Disciplinas: Bioarquitetura, Urbanização Brasileira: Desafios e Perspectivas, Saneamento e Infraestrutura e Projeto de Arquitetura: Habitação de Interesse Social.

Professor tutor: Raoni Muniz Pinto

Professores: Andreia Camara, Marcio Rodrigo Pereira, Patrícia Martins, Raoni Muniz e Tatyana Medeiros.

**2.TEMA** Gestão de resíduos sólidos em habitações de interesse social na região metropolitana de São Luís

### **3.OBJETIVOS**

**GERAL** - Discutir e apresentar soluções de reutilização e reuso de resíduos sólidos em condomínios fechados de habitação de interesse social na cidade de São Luís – MA.

### **ESPECÍFICO**

- Analisar a política nacional de resíduos sólidos e sua inter-relação com a política nacional de habitação de interesse social;
- Relacionar as diferentes escalas de ação da política nacional com o planejamento urbano municipal;
- Sistematizar os aspectos construtivos, econômicos e sociais do condomínio escolhido para o estudo de caso;
- Identificar e caracterizar resíduos sólidos provenientes do condomínio;
- Discutir os aspectos culturais e comportamentais dos moradores em relação a geração de resíduos e descarte;
- Propor adaptações e novos mobiliários e espaços adequados a gestão de resíduos sólidos no condomínio;

### **4.JUSTIFICATIVA**

As cidades brasileiras enfrentam grandes problemas urbanos, tendo a questão dos resíduos sólidos como algo muito desafiador para a implantação de políticas públicas. Há uma imensa preocupação de grande parte da população no que se refere o lixo urbano, em especial quando se trata dos tipos de resíduos cuja degradação é muito demorada como é o caso dos plásticos, metais e vidros. Cada vez mais o lixo

nas grandes cidades traz maiores preocupações, pois são produzidos em quantidade muito maior, tornando o problema com soluções mais difíceis de serem aplicadas. [...] os resíduos sólidos são entendidos como um dos poluentes mais perniciosos.

O gerenciamento dos resíduos sólidos, principalmente nos ambientes urbanos, torna-se importante mecanismo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. [...] pode ser associado tanto à saúde da população quanto à proteção do meio ambiente, na medida em que resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças, bem como a contaminação do solo e águas. Adicionalmente, a coleta deficiente de resíduos sólidos pode catalisar eventos de enchentes e inundações. Outro fator importante refere-se à geração de gases de efeito estufa por decomposição da matéria orgânica presente no lixo. (IBGE, 2015)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi instituída pela Lei Federal nº. 12.305/10, após longos vinte e um anos de discussões no Congresso Nacional, marcando uma forte articulação institucional envolvendo os Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de soluções para os graves problemas causados pelos resíduos, que vem comprometendo a qualidade de vida dos brasileiros. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece princípios, objetivos, diretrizes, metas e ações, e importantes instrumentos, como os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que buscam contemplar os diversos tipos de resíduos gerados, alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, bem como metas para diferentes cenários, programas, projetos e ações correspondentes.

Atualmente, a maioria do lixo recolhido pelas prefeituras acaba em lixões quando é sabido que a maior parte deste poderia ser reutilizada e/ou reciclada, se houvesse o gerenciamento de resíduos sólidos e sistemas de reciclagem condizentes com a realidade de cada município. Segundo dados de 2015 do IBGE, em todo o território nacional, apenas latas de alumínio possuem alto índice de reciclagem (aproximadamente

97

## **5.PROBLEMA PRINCIPAL**

Questão principal: Como repensar os espaços privados e de uso comum de empreendimentos habitacionais de interesse social com tipologia de condomínios fechados afim de incentivar e promover uma gestão sustentável de resíduos sólidos?

## **ANEXO F – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - ZUMBI DOS PALMARES (2018.1)**

### **1.DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 4º

Disciplinas: Arquitetura e Urbanismo no Brasil, Fundamentos de Sistemas Estruturais, Morfologia Urbana, Projeto de Arquitetura: Edifício de Usos Coletivos, Teoria e Projeto de Urbanismo.

Professor tutor:

Professores: José Antônio Lopes, Lena Brandão, Marcio Jansen, Raoni Muniz e Telmo Mendes.

### **2.TEMA**

Espaços Públicos na Cidade Informal: proposta de urbanização no Residencial Zumbi dos Palmares em Paço do Lumiar-MA

### **3.OBJETIVOS**

- Discutir os desafios de urbanidade em assentamentos precários nas periferias das cidades brasileiras.
- Analisar o espaço e territórios do Residencial Zumbi dos Palmares a partir de múltiplos aspectos objetivos e subjetivos.
- Identificar problemas e potencialidades na área de estudo do ponto de vista urbanístico.
- Proporcionar a discussão entre docentes, discentes e moradores afim de promover a construção do conhecimento de forma conjunta.
- Propor intervenções nos espaços livres públicos do residencial.

### **4.JUSTIFICATIVA**

A expansão urbana está ocorrendo mais rápido que a instalação de infraestrutura necessária à qualidade da vida nos novos bairros, resultando em assentamentos não planejados, com espaços públicos reduzidos e muita demanda por transporte e saneamento. Há estudos que indicam que as áreas urbanas estão crescendo em um ritmo duas vezes maior que o crescimento da população urbana, principalmente nos países em desenvolvimento.

Este processo de urbanização acelerada, às vezes induzida pelo poder público, está associado a um aumento na posse insegura, especialmente para pessoas que moram em áreas da periferia urbana, aumentando o número de pessoas que vivem e

trabalham informalmente nestas áreas.

Em Paço do Lumiar, a situação de assentamentos como os Conjuntos Marly Abdala I, Marly Abdala II, Zumbi dos Palmares e Mercês, refletem as relações dinâmicas entre áreas urbanas e rurais, com implicações para as populações rurais e pequenos agricultores que moram ao redor da área urbana, especialmente no que diz respeito aos seus meios de vida. Esta situação acarreta uma série de conflitos sobre o uso e ocupação do solo que carecem da mediação de mecanismos institucionais de resolução de conflitos.

Localizado em Paço do Lumiar, o Residencial Zumbi dos Palmares possui parcelamento do solo organizado, com arruamento e lotes regulares e definidos, no entanto, apresenta características de assentamento precário, pois sofre com a falta de infraestrutura, principalmente de esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e espaços públicos.

Com baixa densidade e uma estrutura urbana simples de 08 (oito) ruas e 01 (uma) avenida, com 09 (nove) quadras residenciais e 01 (uma) quadra destinada ao uso institucional, o conjunto possui 92 lotes de 10m x 20m (200m), em média, e é cercado por vias para o tráfego de veículos e pessoas da região, ao lado de outros assentamentos, como Residencial Abdala II, Conjunto Roseana Sarney, Cidade Verde e Parque Horizonte. A largura média das ruas do conjunto é de 6,8m.

A ocupação e uso dos lotes é predominantemente residencial, com uma quadra dedicada ao prédio da Associação de Moradores, uma creche e à única área livre do assentamento, utilizada como campo de futebol. A creche instalada no Residencial serve a todas as comunidades vizinhas.

O Residencial Zumbi dos Palmares foi uma ocupação pioneira na área, instalado em terreno de propriedade do governo do Estado que, no entanto, não chegou a regularizar a posse ou propriedade dos imóveis em nome dos moradores. Considerando a duração de sua ocupação, a legitimidade social desta ocupação e o nível e coesão da organização comunitária, há um alto nível de controle sobre a terra e as residências pelos moradores, mas a situação jurídica ainda irregular, com a consequente insegurança de posse dos imóveis, reforça o caráter de precariedade do assentamento.

Portanto, a carência de equipamentos urbanos e espaços públicos, ou áreas verdes que amenizem as condições climáticas e proporcionem espaços de lazer ou fruição para a comunidade, além da desorganização da quadra 09, foram alguns problemas encontrados no assentamento. A melhoria das condições de habitabilidade do Residencial Zumbi dos Palmares teria um impacto positivo nos assentamentos vizinhos.

## **5.PROBLEMA PRINCIPAL**

Questão principal: Como articular ações de regularização fundiária e reordenamento urbanístico, garantindo a segurança de posse e melhorando as condições gerais de habitação no assentamento através de intervenções simples e executadas em parceria com a comunidade?

## **ANEXO G – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - ZUMBI DOS PALMARES/ MELHORIAS HABITACIONAIS (2018.2)**

### **1.DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 3º

Disciplinas: Antropologia da Casa, História das Cidades, Metodologia de Projeto de Interiores, Projeto de Arquitetura: Habitação e Técnicas Avançadas de Informática.

Professor tutor: Marcio Rodrigo

Professores: Andreia Camara, Caroline Pedraça, Marcio Rodrigo e Raoni Muniz

### **2.TEMA** Melhorias habitacionais no residencial do Zumbi dos Palmares

### **3.OBJETIVOS**

- Discutir o direito da moradia relacionando-o com as questões de habitabilidade em assentamentos precários nas periferias das cidades brasileiras.

- Refletir sobre o contexto socioespacial das periferias urbanas nas cidades brasileiras.

- Aplicar conhecimentos metodológicos de projetos de arquitetura em habitações de comunidades carentes.

- Utilizar tecnologias de informática na proposição de projetos de arquitetura residencial.

### **4.JUSTIFICATIVA**

A expansão urbana está ocorrendo mais rápido que a instalação de infraestrutura necessária à qualidade da vida nos novos bairros, resultando em assentamentos não planejados, com espaços públicos reduzidos e muita demanda por transporte e saneamento. Há estudos que indicam que as áreas urbanas estão crescendo em um ritmo duas vezes maior que o crescimento da população urbana, principalmente nos países em desenvolvimento.

Este processo de urbanização acelerada, às vezes induzida pelo poder público, está associado a um aumento na posse insegura, especialmente para pessoas que moram em áreas da periferia urbana, aumentando o número de pessoas que vivem e trabalham informalmente nestas áreas.

Em Paço do Lumiar, a situação de assentamentos como os Conjuntos Marly Abdala I, Marly Abdala II, Zumbi dos Palmares e Mercês, refletem as relações dinâmicas entre áreas urbanas e rurais, com implicações para as populações rurais e pequenos agricultores que moram ao redor da área urbana, especialmente no que diz respeito

aos seus meios de vida. Esta situação acarreta uma série de conflitos sobre o uso e ocupação do solo que carecem da mediação de mecanismos institucionais de resolução de conflitos.

Localizado em Paço do Lumiar, o Residencial Zumbi dos Palmares possui parcelamento do solo organizado, com arruamento e lotes regulares e definidos, no entanto, apresenta características de assentamento precário, pois sofre com a falta de infraestrutura, principalmente de esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e espaços públicos.

Com baixa densidade e uma estrutura urbana simples de 08 (oito) ruas e 01 (uma) avenida, com 09 (nove) quadras residenciais e 01 (uma) quadra destinada ao uso institucional, o conjunto possui 92 lotes de 10m x 20m (200m), em média, e é cercado por vias para o tráfego de veículos e pessoas da região, ao lado de outros assentamentos, como Residencial Abdala II, Conjunto Roseana Sarney, Cidade Verde e Parque Horizonte. A largura média das ruas do conjunto é de 6,8m.

A ocupação e uso dos lotes é predominantemente residencial, com uma quadra dedicada ao prédio da Associação de Moradores, uma creche e à única área livre do assentamento, utilizada como campo de futebol. A creche instalada no Residencial serve a todas as comunidades vizinhas.

O Residencial Zumbi dos Palmares foi uma ocupação pioneira na área, instalado em terreno de propriedade do governo do Estado que, no entanto, não chegou a regularizar a posse ou propriedade dos imóveis em nome dos moradores. Considerando a duração de sua ocupação, a legitimidade social desta ocupação e o nível e coesão da organização comunitária, há um alto nível de controle sobre a terra e as residências pelos moradores, mas a situação jurídica ainda irregular, com a consequente insegurança de posse dos imóveis, reforça o caráter de precariedade do assentamento.

Portanto, a existência de um projeto para a construção das primeiras moradias do Residencial Zumbi dos Palmares não foi o suficiente para garantia da qualidade dos espaços dessas unidades, uma vez que a padronização de moradias tende a afastar o espaço construído das reais necessidades particulares de cada família. O processo de autoconstrução sem assistência técnica adequada gera reformas e ampliações, que embora aumente a área construída, acaba por criar situações de aumento de desconforto e funcionalidade dos espaços. Sendo assim, a melhoria das condições de habitabilidade do Residencial Zumbi dos Palmares teria um impacto positivo nos assentamentos vizinhos.

**5.PROBLEMA PRINCIPAL** Questão principal: Como melhorar as condições de conforto e infraestrutura de moradias no Residencial Zumbi dos Palmares através de reformas e intervenções de baixo custo?

## **ANEXO H – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR ZUMBI DOS PALMARES/QUADRA 09 (2018.2)**

### **1. DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 4º

Disciplinas: Morfologia Urbana, Teoria e Projeto de Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo no Brasil, Projeto de Arquitetura: Edifício de Usos Coletivos, Fundamentos de Sistemas Estruturais.

Professor tutor:

Professores: José Antônio Lopes, Lena Brandão, Marcio Jansen, Raoni Muniz e Telmo Mendes.

### **2. TEMA**

Requalificação da quadra 09 do Residencial Zumbi dos Palmares

### **3.OBJETIVOS**

- Compreender as relações dos espaços públicos e privados com a comunidade.
- Identificar problemas e potencialidades na área de estudo do ponto de vista urbanístico.
- Proporcionar a discussão entre docentes, discentes e moradores afim de promover a construção do conhecimento de forma conjunta.
- Propor intervenções na quadra 09 do Residencial Zumbi dos Palmares.

### **4.JUSTIFICATIVA**

A expansão urbana está ocorrendo mais rápido que a instalação de infraestrutura necessária à qualidade da vida nos novos bairros, resultando em assentamentos não planejados, com espaços públicos reduzidos e muita demanda por transporte e saneamento. Há estudos que indicam que as áreas urbanas estão crescendo em um ritmo duas vezes maior que o crescimento da população urbana, principalmente nos países em desenvolvimento.

Este processo de urbanização acelerada, às vezes induzida pelo poder público, está associado a um aumento na posse insegura, especialmente para pessoas que moram em áreas da periferia urbana, aumentando o número de pessoas que vivem e trabalham informalmente nestas áreas.

Em Paço do Lumiar, a situação de assentamentos como os Conjuntos Marly Abdala I, Marly Abdala II, Zumbi dos Palmares e Mercês, refletem as relações dinâmicas entre áreas urbanas e rurais, com implicações para as populações rurais e pequenos

agricultores que moram ao redor da área urbana, especialmente no que diz respeito aos seus meios de vida. Esta situação acarreta uma série de conflitos sobre o uso e ocupação do solo que carecem da mediação de mecanismos institucionais de resolução de conflitos.

Localizado em Paço do Lumiar, o Residencial Zumbi dos Palmares possui parcelamento do solo organizado, com arruamento e lotes regulares e definidos, no entanto, apresenta características de assentamento precário, pois sofre com a falta de infraestrutura, principalmente de esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e espaços públicos.

Com baixa densidade e uma estrutura urbana simples de 08 (oito) ruas e 01 (uma) avenida, com 09 (nove) quadras residenciais e 01 (uma) quadra destinada ao uso institucional, o conjunto possui 92 lotes de 10m x 20m (200m), em média, e é cercado por vias para o tráfego de veículos e pessoas da região, ao lado de outros assentamentos, como Residencial Abdala II, Conjunto Roseana Sarney, Cidade Verde e Parque Horizonte. A largura média das ruas do conjunto é de 6,8m.

A ocupação e uso dos lotes é predominantemente residencial, com uma quadra dedicada ao prédio da Associação de Moradores, uma creche e à única área livre do assentamento, utilizada como campo de futebol. A creche instalada no Residencial serve a todas as comunidades vizinhas.

O Residencial Zumbi dos Palmares foi uma ocupação pioneira na área, instalado em terreno de propriedade do governo do Estado que, no entanto, não chegou a regularizar a posse ou propriedade dos imóveis em nome dos moradores. Considerando a duração de sua ocupação, a legitimidade social desta ocupação e o nível e coesão da organização comunitária, há um alto nível de controle sobre a terra e as residências pelos moradores, mas a situação jurídica ainda irregular, com a consequente insegurança de posse dos imóveis, reforça o caráter de precariedade do assentamento.

Portanto, a carência de equipamentos urbanos e espaços públicos, ou áreas verdes que amenizem as condições climáticas e proporcionem espaços de lazer ou fruição para a comunidade, além da desorganização da quadra 09, foram alguns problemas encontrados no assentamento. A melhoria das condições de habitabilidade do Residencial Zumbi dos Palmares teria um impacto positivo nos assentamentos vizinhos.

A ocupação irregular e descontínua da quadra 09 resultou no aparecimento de becos e vazios urbanos insalubres sujeitos a alagamentos e apropriação privada do espaço urbano. O projeto pretende dotar estes espaços de características e elementos sustentáveis que garantam o convívio, segurança e mobilidade dos moradores.

**5.PROBLEMA PRINCIPAL** Questão principal: Como transformar as vielas e

vazios da quadra 09 em espaços públicos de qualidade?

## **ANEXO I – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - ATERRO DO BACANGA (2019.1)**

### **1.DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 7º

Disciplinas: Antropologia e Sociologia Urbana, Metodologia de Projeto de Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, e Projeto de Arquitetura: Verticalização.

Professor tutor:

Professores: Marcio Rodrigo, José Antonio, Lenda Brandão e Raoni Muniz

**2.TEMA** Operação Urbana Consorciada Bacanga: proposta de requalificação do aterro no centro histórico de São Luís – MA.

### **3.OBJETIVOS**

- Discutir a aplicabilidade das operações urbanas consorciadas como um instrumento de inclusão social em áreas centrais.

- Metodologia de projeto de urbanismo: Discutir a inserção de novas atividades e usos no Centro e seus impactos – econômicos, sociais, culturais - no patrimônio edificado na área.

- Adquirir a capacidade de coordenar os diversos atores da área de Planejamento Urbano com a aplicação dos instrumentos institucionais do estatuto da cidade e ainda do Plano Diretor, o Plano de Habitação de Interesse Social, e o Uso e Ocupação do Solo .

- Projeto de Arquitetura: Verticalização: discutir densidade urbana e sua relação com o desenho urbano e tipologias edilícias.

### **4.JUSTIFICATIVA**

#### **1. Caracterização do Problema e a Situação Atual do Aterro**

Visando a melhoria do sistema de tráfego e transporte de São Luís, o Governo do Estado executou as obras de aterramento das margens do rio Bacanga no período de 1986 a 1989. De acordo com o Relatório Executivo do projeto, um dos Objetivos Básicos da Obra era “implantar na cidade um grande parque para dotá-la de instrumento de lazer acessível à população de baixa renda, devido à facilidade de transporte [...] isso se dará através da urbanização da área disponível após a execução dos aterros” (PROENGE: 1986).

O Aterro do Bacanga está localizado às margens do conjunto urbano tombado pelo governo federal, sob a responsabilidade do IPHAN, que foi reconhecido como

Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1997, e é servido por vias estruturantes do sistema viário municipal, como as Avenidas Beira-Mar e Senador Vitorino Freire.

O Aterro possui dimensões generosas, com uma área total de 525.850,51m, que pode ser subdividida em dois trechos: o trecho 01 compreende a área entre o Terminal Hidroviário e o canal do Portinho, com 135.152,36m; o trecho 02 compreende a área entre o canal do Portinho e a barragem do Bacanga, com 390.698,15m.

Apesar das potencialidades, o aterro só foi utilizado plenamente uma única vez, quando da visita do Papa João Paulo II, que celebrou uma missa campal utilizando uma estrutura construída na época com essa finalidade (“papódromo”).

De fato, o projeto do parque urbano previsto não foi implantado e atualmente o Aterro do Bacanga encontra-se degradado e subutilizado, ocupado por usos eventuais e permanentes que pouco contribuem para a manutenção da infraestrutura instalada, como a feira-livre, que ocorre às quintas-feiras; o espaço para montagem de circos e parques de diversão; o campo de futebol; e o bolsão de estacionamento, que serve de local para treinamento de autoescolas.

O abandono das instalações existentes levou a uma completa deterioração das vias internas, áreas verdes e do posteamento de iluminação, além do surgimento de pontos onde se acumula água e onde o terreno ganho no aterro já está cedendo.

Além destes problemas, a falta de fiscalização possibilita a instalação de usos que reforçam a sensação de insegurança na área como bares e restaurantes informais. Também a falta de uma ocupação e uso definido para a estrutura do papódromo, aumenta os níveis de insegurança e risco da área.

## 2. Operações urbanas.

Operações urbanas consorciadas são definidas como o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental<sup>1</sup>.

De acordo com a Lei Federal nº. 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, esse instrumento urbanístico deverá ser instituído por lei municipal específica, baseada no plano diretor, tendo em vista propor um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como a implantação de infraestrutura, a nova distribuição de usos, as densidades permitidas, os padrões de acessibilidade, etc.

As operações urbanas possuem grande potencial de qualificação espacial para as cidades, na medida em que permitem tratamento urbanístico dos espaços. Esse tipo de intervenção urbana é dificilmente obtido apenas pelo Plano Diretor e/ou pelo

Zoneamento, principalmente em médias e grandes cidades.

Em 2015, a Lei nº 13.089/2015, o Estatuto das Metrôpoles, criou o dispositivo das Operações Urbanas Consorciadas Interfederativas, prevendo a participação de entidades de diferentes níveis de governo (municipal, estadual e/ou federal) em uma mesma operação urbana.

### 3. Justificativa

Entre 1991 e 2010, a área central de São Luís, Patrimônio Mundial, perdeu 28,6

A área central da cidade de São Luís, por suas qualidades urbanas, poderia oferecer ao morador ou visitante uma experiência diferenciada de trabalho, compra e lazer, valorizada pelo caráter patrimonial do entorno. Neste contexto, cabe ao Poder Público tornar o Centro atrativo à população que utiliza os serviços públicos e atividades comerciais e ao turista interessado em seu acervo histórico e cultural.

Para competir com outros destinos comerciais na cidade - como shopping centers e centros de serviços (medical centers, etc.) nos novos centros urbanos e com centros comerciais da periferia - o Centro deve oferecer boa acessibilidade, espaços públicos de qualidade e um volume significativo de áreas comerciais diversificadas.

A Operação Urbana Bacanga visa requalificar a área do Aterro do Bacanga com funções e atividades que integrem aquele espaço, hoje subutilizado, às necessidades da cidade, atraindo para o Centro usuários e visitantes capazes de dinamizarem a economia da região.

A área do aterro do Bacanga funciona como uma extensão do Centro Histórico de São Luís, com fácil acesso a moradores de toda a cidade, através de dois terminais de transporte coletivo urbano e um terminal hidroviário, e com capacidade para abrigar equipamentos permanentes e provisórios que estimulem a visitação e vivência da área reconhecida pela UNESCO como Patrim nio Mundial.

A Opera o Urbana Bacanga deve reforçar os vínculos e fluxos dos moradores, usuários e turistas com a região preservada por seus valores históricos e culturais, integrando o Centro Histórico   orla do rio Bacanga e resgatando a vivência e usufruto das atividades ribeirinhas, além de oferecer suporte a atividades da região central, com estacionamento, ciclovias, restaurantes, áreas de contempla o e lazer, etc.

**5.PROBLEMA PRINCIPAL** Questão principal: Como planejar o uso e ocupa o do solo do Aterro do Bacanga na área central da cidade de São Luís?

## **ANEXO J – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR - RAPOSA (2019.2)**

### **1. DISCIPLINAS E PERÍODOS ENVOLVIDOS**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 8º

Disciplinas: Bioarquitetura, Direito Urbanístico e Ambiental, Mobilidade Urbana, Projeto de Arquitetura: habitação de interesse social, Saneamento e Infraestrutura, Urbanização Brasileira: desafios e perspectivas.

Professor tutor:

Professores: Andreia Câmara, Patrícia Martins, Marcio Jansen, Raoni Muniz, Lena Brandão e Marcio Rodrigo.

### **2. TEMA**

Zonas Especiais de Interesse Social no município da Raposa – MA.

### **3. OBJETIVOS**

- Bioarquitetura;
- Direito urbanístico e ambiental;
- Mobilidade urbana
- Projeto de Arquitetura
- Saneamento e infraestrutura
- Discutir a produção do espaço urbano, relacionando-a com o processo de segregação socioespacial nas cidades brasileiras.

### **4. JUSTIFICATIVA**

O Município da Raposa. O município da Raposa foi fundado em 10 de novembro de 1994, separando-se de Paço do Lumiar. Distante 30 km de São Luís, o município possui uma área de 79,823 km, conta com 26.327 habitantes, o que resulta numa densidade populacional de 397,21 hab/km (IBGE, 2010). Até o século XVI, a região atualmente ocupada pelo município era tradicionalmente habitada pela etnia indígena dos potiguaras.

Fundada no final dos anos 1940 por três imigrantes de Acaraú, Ceará, Antônio do Pucal, José Baiaco e Chico Noca, que se estabeleceram com suas famílias, a povoação tem como atividades principais de subsistência a pesca e a produção de rendas, ambas realizadas de forma artesanal. Devido ao seu inicial isolamento, a comunidade foi considerada uma ilha linguística cearense por pesquisadores que a visitaram no final da década de 1970. Essa situação foi se alterando com a construção de primeiro

acesso rodoviário em 1964 e seu asfaltamento em 1977 (CÂMARA MUNICIPAL, 2019).

A cidade é cercada de praias, dunas e manguezais. O município ficou conhecido pelo seu artesanato e pelo sabor de seus peixes frescos comercializados nos bares e restaurantes da cidade e, pela beleza das suas praias desertas. No turismo, atualmente, Raposa é destino alternativo à visitação da capital São Luís do Maranhão, tendo como principais atrativos os passeios nas praias e dunas da região. Os turistas além de apreciarem a bela paisagem podem desfrutar os frutos do mar preparados pelos habitantes de Raposa (CÂMARA MUNICIPAL, 2019).

A cidade também abriga a maior colônia de pescadores do Maranhão. Nas lojas de artesanato são comercializados: toalhas de mesa, panos de prato, passadeiras, saídas de praia, chapéus, cortinas, além de uma série de outros artefatos confeccionados em rendas de bilro carinhosamente tecidas em almofadas de renda por mulheres de pescadores, arte essa que foi trazida pelos cearenses a mais de setenta anos fugindo da seca (CÂMARA MUNICIPAL, 2019).

A flora predominante na região é o manguezal e a restinga. As densas florestas de manguezais totalmente preservadas do município são um viveiro natural para uma infinidade de animais marinhos, que dependem do ecossistema para alimentação e reprodução (CÂMARA MUNICIPAL, 2019). A fartura de peixes e mariscos que se alimentam nos manguezais são a prova da riqueza desse ecossistema. Espécies como o guará (*eudocimus ruber*), a garça (*ardea alba*), o taquiri (*nyctanassa violacea*) e a saracura-do-mangue (*aramides mangle*) dependem diretamente dos manguezais, além de outras aves como o talha-mar, a garça-azul, o socó, o martim-pescador, o gavião-carijó, o anu-coroca, a irerê, a coruja-das-torres, o bem-te-vi e a maritaca, cuja algazarra, ao amanhecer e ao final do dia, ecoa pelos canais.

Há presença também de aves migratórias como o maçarico, a batuíra, o trinta-réis-boreal e as gaivotas que todos os anos migram de outros países para se alimentarem e se reproduzirem na costa nordestina. Além de aves é possível avistar nos manguezais alguns mamíferos como o guaxinim, o macaco-prego, o mucura, morcegos e o peixe-boi-marinho. A presença do boto-cinza (*sotalia guianensis*) no município também é comum, porém estes animais preferem áreas próximas as praias e estuários (CÂMARA MUNICIPAL, 2019).

A pesca é um dos pontos fortes e a segunda fonte de renda das famílias raposenses. Juntamente com a agricultura, a pesca se configura como a atividade principal da região, mas no entanto, representa um dos menores rendimentos familiares entre as cinco principais atividades de trabalho do município. (IPEA, 2015). A atividade é anual, com intervalos que dependem da influência das marés, dos ventos e das chuvas. São utilizados barcos de pesca fabricados em pequenos estaleiros comunitários na própria região, cujo trabalho também é artesanal. Estes barcos além de servirem para

a pesca servem de transporte de turistas para áreas turísticas do município como as dunas e os manguezais.

Existem vários tipos de embarcações como o catamarã, a biana, a lancha, o iate e etc. . . o tráfego de canoas é mais comum nos igarapés. O Município de Raposa tem uma diversidade de peixes, crustáceos e moluscos, o município pratica a pesca na costa, nos estuários, manguezais e em alto-mar entre 16 e 27 milhas náuticas, sendo a maioria servindo de alimento para a população local e para a população do interior do Maranhão. Toda essa fartura capturada no município abastece supermercados, restaurantes, bares e o mercado do peixe em São Luís (CÂMARA MUNICIPAL, 2019).

No âmbito social, no entanto, o município apresenta o pior IDH-M entre os quatro municípios da Ilha do Maranhão, com taxas de analfabetismo mais de três vezes a da capital (15,27

#### Zonas Especiais de Interesse Social

A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, constituiu, sem dúvida alguma, um dos maiores avanços da legislação brasileira para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma sustentável. Entre os instrumentos tem-se as Zonas Especiais de Interesse Social, que são instrumentos estratégicos para baratear e viabilizar a produção habitacional para famílias de média e baixa renda.

A criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), abrangendo a destinação de vazios urbanos e imóveis não utilizados para habitação de interesse social é estratégica para potencializar os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), considerando o aumento da demanda por terrenos urbanos e as condições mais favoráveis para a aprovação do instrumento, estabelecidas pelos programas habitacionais. De acordo com a Constituição Federal e com o Estatuto da Cidade, cabe aos municípios o protagonismo na aplicação de instrumentos de política urbana que façam cumprir a função social da propriedade e o direito constitucional à moradia digna.

Para promover o acesso à moradia digna para todos os segmentos da população, com prioridade para a baixa renda, a Política Nacional de Habitação definiu como seus principais eixos de atuação: (i) a integração urbana de assentamentos precários; (ii) a produção habitacional; e (iii) a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano. Para viabilizar o acesso ao solo urbano com infra-estrutura, tendo em vista a provisão de habitações de interesse social, a Política Nacional de Habitação destaca o papel estratégico da política fundiária, a ser implementada mediante aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, tais como o parcelamento e edificação compulsórios e o IPTU progressivo, o Solo Criado, e o estabelecimento de ZEIS (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009).

A aprovação da Lei nº 11.977 de 2009, que regulamentou o PMCMV e o processo de regularização fundiária de interesse social, incluindo a definição e condições de aplicação das ZEIS, constitui um novo e importante avanço para a efetivação do direito de todos à cidade e à moradia. Nesse marco, as ZEIS – que já eram aplicadas de forma pioneira por diversos municípios – tornam-se um instrumento fundamental, tanto para as políticas de integração urbana dos assentamentos precários, quanto para a constituição de reservas fundiárias e ampliação da oferta de solo urbano à habitação de interesse social, oferecendo resposta a uma condição básica para viabilizar as metas do PMCMV (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009).

**5. PROBLEMA PRINCIPAL** Questão principal: Como conciliar a destinação de áreas para o desenvolvimento de projetos de interesse social no município da Raposa - MA com os princípios de desenvolvimento sustentável afim de permitir o desenvolvimento urbano e garantir a qualidade do habitat?